



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS  
HUMANAS**

**EMANOELA AGOSTINI**

***“QUE A VERDADE SEJA BEM COMUM DE TODOS OS HOMENS”:  
UMA ANÁLISE DAS TEORIAS FILOSÓFICAS DA VERDADE EM BLOCH E FEBVRE***

**Erechim**

**2018**

**EMANOELA AGOSTINI**

***“QUE A VERDADE SEJA BEM COMUM DE TODOS OS HOMENS”:***  
**UMA ANÁLISE DAS TEORIAS FILOSÓFICAS DA VERDADE EM BLOCH E FEBVRE**

Dissertação de Mestrado, apresentada para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Fábio Feltrin de Souza

**Erechim**  
**2018**

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

AGOSTINI, EMANOELA

Que a verdade seja bem comum de todos os homens::  
Uma análise das teorias filosóficas da verdade em Bloch  
e Febvre/ EMANOELA AGOSTINI. -- 2018.  
122 f.

Orientador: Fábio Feltrin de Souza.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado  
Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH, , 2018.

1. História. 2. Teorias da Verdade. 3. Revolução  
Historiográfica . 4. Continuidade . I. Souza, Fábio  
Feltrin de, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**EMANOELA AGOSTINI**

***“QUE A VERDADE SEJA BEM COMUM DE TODOS OS HOMENS”:***  
**UMA ANÁLISE DAS TEORIAS FILOSÓFICAS DA VERDADE EM BLOCH E FEBVRE**

Dissertação de Mestrado, apresentada para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Fábio Feltrin de Souza

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 28/02/2018

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Fábio Feltrin de Souza

---

Prof. Dr. Jerzy André Brzozowski – UFFS

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani - UFSM

Para Décio M. Agostini

## AGRADECIMENTOS

Sou grata por aquilo que recebi da vida e pela fé que tenho. Minha família me ensinou a crer em Deus e sou muito feliz por isso. É nesta fé que me fortaleço.

Ao meu pai Décio que estaria com um sorriso largo e orgulhoso ao ver a conclusão deste trabalho. Ele sempre foi minha inspiração.

À minha mãe pelas palavras de incentivo, pelo amor que dedica a mim e pelo apoio incondicional.

Ao orientador Fábio, porque ao seu lado aprendi muito. Por sua paciência, orientação e ensinamentos. Certamente me fez crescer.

Agradeço aos professores Carlos Henrique Armani e Jerzy Brzozowski por aceitarem gentilmente o convite para a banca de defesa e pela leitura do trabalho.

Ao professor Jerzy um agradecimento muito especial por ter sido meu orientador em outros momentos e por tudo que me ensinou. É para mim um exemplo, além de ser um grande amigo.

À Fabíola por seus conselhos, incentivo e amizade. Serei sempre grata a esta grande amiga que apareceu no meu caminho e encheu meu coração de alegria e tranquilidade.

Ao professor Thiago Leite, por ser um professor admirável e um grande amigo, sem ele a banca de defesa não seria possível.

À minha irmã Genecelea e aos meus irmãos Dressani, André e Denian por serem meus amigos, apoiadores e por acreditarem em mim.

Ao meu amor Andrei, um presente da filosofia. Sua presença e amor me fortaleceram em todos os momentos. Meu companheiro de vida que torna meus dias mais felizes.

Aos meus amigos e colegas de mestrado Juliana e João que estiveram ao meu lado todo tempo. Eles me ensinaram a ser melhor do que eu era. Ao João pela amizade e companhia. A Juliana pela doçura e incentivo.

Aos meus sobrinhos Kristian, Kevin, Giulia e Joaquim por serem meus amores.

Às minhas amigas Alissa, DeJane, Michele, Potira, Scheila e Tiara acima de tudo pela amizade verdadeira e sincera. Por serem compreensivas e por me incentivarem. Cada uma, com seu jeito, diminui o peso deste trabalho.

Aos professores da UFFS que me ensinaram muito e me permitiram este momento. Grande parte do que sou enquanto estudante devo a eles.

Ao José Luís e Adélia, meu tios queridos que amo tanto e que estiveram ao meu lado desde a infância.

Ao teacher Paulo que sempre me ajuda e que me motiva.

Ao meu sogro Dulcimar e sogra Célia pela preocupação e atenção que sempre têm comigo.

À Deise minha afilhada por ser uma pessoa muito especial na minha vida.

Aos meus padrinhos e madrinhas, Ivanir, Amauri, Beatriz e Nelson pelo carinho e pela participação em minha formação.

Às direções e coordenações das escolas que trabalho pela compreensão durante a realização do curso e por todo apoio.

À secretaria de pós-graduação pelas informações precisas.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar qual teoria filosófica da verdade está presente na escrita de Marc Bloch e Lucien Febvre. Ao lado desse objetivo, está a intenção de perceber se a teoria presente nos fundadores dos *Annales* é semelhante a que orienta a escrita dos historiadores metódicos Langlois e Seignobos, considerando que o discurso dos historiadores “annalistas”, principalmente o Febvre, assim como o de alguns herdeiros desse movimento, é de ruptura em relação à historiografia metódica. Neste sentido, buscamos contestar a ideia de “revolução historiográfica” sinalizando as continuidades entre essas historiografias. Este estudo demanda interdisciplinaridade e realiza diálogos entre áreas da história e da filosofia. A fim de atender a esses objetivos, primeiro, apresentamos o surgimento e a institucionalização dos *Annales*, inscrevendo o movimento no contexto histórico-científico no limiar do século XX e expondo alguns diálogos interdisciplinares mantidos por Bloch e Febvre. Ainda no primeiro capítulo comentamos acerca da noção de paradigma e questionamos a ideia de ruptura historiográfica dos *Annales*, argumentando que muitos dos aspectos anunciados como novidade já estavam presentes na historiografia “tradicional”. Num segundo momento esclarecemos o que é a verdade, o que são portadores de verdade e apresentamos as teorias da verdade como correspondência e coerência para então analisar essas questões na escrita dos historiadores “annalistas”, trabalho realizado na terceira parte desta dissertação. As principais fontes de análise foram: *O problema da incredulidade no século XVI* e *Combates pela história* de Febvre; *Apologia da história ou o ofício do historiador* e *Os reis taumaturgos* de Bloch e *Introdução aos estudos históricos* de Seignobos e Langlois. Percebemos que, salvo especificidades, a definição e os critérios de identificação da verdade de Bloch, Febvre, Seignobos e Langlois são muito próximos. Esses historiadores definem a verdade como correspondência entre as afirmações contidas no testemunho e/ou ciência histórica e os fatos pertencentes a realidade do pretérito. Além disso entendem que os critérios que identificam as afirmações verdadeiras contidas no testemunho fundamentam-se na coerência entre esses testemunhos e demais vestígios e em relação ao conhecimento histórico já produzido. Nos parece, portanto, que a noção de verdade é mais um traço de continuidade entre as historiografias em questão.

Palavras-chave: História. Teorias da Verdade. Revolução Historiográfica. Continuidade.



## ABSTRACT

The aim of this study is to analyze what philosophical theory of truth is present in Bloch's and Febvre's writings. In addition to this, there is the intention to see if the theory present in the founders of the *Annales* is similar to that which guides the writings of the methodical historians Langlois and Seignobos, considering that the discourse of the "Annales" historians, mainly Febvre, as other heirs of this movement, is a rupture in relation to methodical historiography. Based on this, the idea of "historiographical revolution" is challenged, pointing out the continuities between these historiographies. This study demands interdisciplinarity and conducts dialogues between history and philosophy areas. In order to meet these objectives, first, the emergence and institutionalization of the *Annales* was presented, contextualizing the movement in the historical-scientific context at the threshold of the twentieth century and exposing some interdisciplinary dialogues by Bloch and Febvre. In the first chapter the notion of paradigm was commented and the idea of historiography rupture of the *Annales* was questioned, it was also realized that many of the aspects announced as novelty were already present in the "traditional" historiography. In a second moment it was clarified what truth is, what truth bearers are, and the theories of truth as correspondence and coherence were presented, and then in the third part of this dissertation, those questions were analyzed in the "Annales" historians writings. The main sources of analysis were: *The Problem of Unbelief in the Sixteenth Century* and *The Comebacks through History* by Febvre; *The Historian's Craft* and *The Thaumaturge Kings* by Bloch and *Introduction to the Study of History* by Seignobos and Langlois. It was realized that, except for some specificities, the definition and truth-identification criteria of Bloch, Febvre, Seignobos and Langlois are very close. These historians define the truth as a correspondence between the statements contained in the testimony and/or historical science and the facts pertaining to the reality of the past. Furthermore, they understand that the criteria that identify the true statements contained in the testimony are based on the coherence between these testimonies and other vestiges and on the historical knowledge already produced. It seems, therefore, that the notion of truth is another trace of continuity between the historiographies in question.

Key Words: History. Theories of Truth. Historiographic Revolution. Continuity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1.1 Apresentação do tema</b> .....	<b>9</b>
<b>1.2 História e verdade: uma relação antiga</b> .....	<b>13</b>
<b>1.3 História e verdade: posições alternativas</b> .....	<b>20</b>
<b>2 MARC BLOCH E LUCIEN FEBVRE: UMA APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1 Fins do século XIX e início do XX</b> .....	<b>28</b>
<b>2.2 Diálogos intelectuais interdisciplinares na formação dos <i>Annales</i></b> .....	<b>35</b>
<b>2.3 <i>Annales</i> e sua institucionalização</b> .....	<b>43</b>
<b>2.4 <i>Annales</i>: um novo paradigma historiográfico?</b> .....	<b>47</b>
<b>3 TEORIAS FILOSÓFICAS DA VERDADE</b> .....	<b>53</b>
<b>3.1 O que é verdade?</b> .....	<b>53</b>
<b>3.2 Teoria da verdade como correspondência para Russell e para o Primeiro Wittgenstein</b> .....	<b>60</b>
3.2.1 Teoria da verdade como correspondência para Russell.....	61
3.2.2 Teoria da verdade como correspondência para o Primeiro Wittgenstein.....	64
<b>3.3 Teoria da verdade como coerência para Neurath e Blanshard</b> .....	<b>69</b>
3.3.1 Teoria da verdade como coerência para Neurath .....	69
3.3.2 Teoria da verdade como coerência para Blanshard .....	75
<b>4 TEORIAS FILOSÓFICAS DA VERDADE EM BLOCH E FEBVRE</b> .....	<b>81</b>
<b>4.1 História: uma ciência</b> .....	<b>81</b>
<b>4.2 História e Verdade</b> .....	<b>84</b>
4.2.1 Verdade: definição e critérios.....	84
4.2.2 História e realidade.....	87
4.2.3 História e acesso à realidade: os vestígios.....	90
4.2.4 Definição e critérios de identificação da verdade para Bloch e Febvre .....	91
<b>4.3 Teorias da verdade nos Metódicos</b> .....	<b>98</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação do tema

Os historiadores Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956) e Marc Leopold Benjamin Bloch (1886-1944) são importantes nomes da historiografia do século XX. Eles são estudados, sobretudo a partir de seu vínculo com o movimento historiográfico francês conhecido como *Annales*. Nas discussões sobre história da historiografia são apresentados como fundadores desse movimento, inaugurado com a publicação da Revista *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929. Também produziram importantes obras no campo da história moderna e medieval como *Problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais* (Febvre), *Os reis taumaturgos* e *Sociedade feudal* (Bloch), que ainda são referências para os historiadores dedicados a essas áreas. Esses historiadores serão estudados nesta dissertação em sua relação com os *Annales*, movimento que teria representado uma mudança de paradigma no interior da produção historiográfica.

A historiografia brasileira, pelo menos até o início deste século, possui notadamente um maior número de produções e publicações referentes aos *Annales* do que qualquer outra escola ou movimento historiográfico (ROCHA, 2010). Possivelmente a postura combativa assumida por alguns historiadores em referência a autores e obras da Escola Histórica Alemã e Escola Metódica – Escolas responsáveis pela cientificação da história no século XIX – tenha contribuído para a pouca relevância dada a estes movimentos na pesquisa historiográfica brasileira, tendo em vista a inegável influência dos *Annales* em nossa historiografia (ROCHA, 2010). Se realizarmos uma busca por dissertações e teses da CAPES veremos o elevado número de trabalhos que se referem de algum modo aos *Annales* e um quase silêncio sobre a historiografia alemã e metódica. É perturbador o ínfimo número de obras traduzidas de autores como Ranke, Monod entre outros consagrados. Marcia Mansor D'Allessio (1994) escreveu um ensaio sobre a influência francesa dos *Annales* no Brasil. Resultado de uma pesquisa com dissertações da PUC – SP e USP entre os anos de 1930 e 1970, e demonstrou a predominante presença da historiografia “annalista”. Existia no Brasil, neste período, uma “Missão Francesa”. Era assim denominado por Braudel o grupo de professores franceses que vieram lecionar na USP em 1934, destacando que desta data em diante aprofundou-se as relações entre intelectuais brasileiros e franceses (D'ALLESSIO, 1994, p. 127).

Escola dos *Annales* é um tema que suscita variadas formas de interpretação que são trabalhados por um grande número de historiadores, principalmente aqueles que se dedicam à

filosofia da história, ou à história da historiografia como, por exemplo: GOFF (1986 e 1994); DUBY (1993); BOURDÉ e MARTIN (1983); BURKE (1991); BOUTIER e DOMINIQUE (1992); DOSSE (2003); NOVAIS e FORASTIERI DA SILVA (2011); entre outros. Essas diferentes perspectivas foram reunidas por Forastieri da Silva (2001, p.170) em três grupos: aquela promovida por historiadores que se consideram herdeiros ou seguidores dos *Annales*, normalmente bastante elogiosa em relação ao movimento; aquela que faz uma análise crítica, dura e questionadora voltada à desconstrução da visão saudosista dos que se afirmam herdeiros; e por fim aquela que se dedica ao estabelecimento de um meio-termo, analisando tanto a importância quanto os problemas deste movimento. Pretendemos nos guiar a partir da terceira perspectiva. Longe de analisar todas as contribuições e problemas que permeiam os *Annales*, nossa intenção é perceber qual teoria filosófica da verdade os historiadores utilizam. Com o propósito de responder a esta questão, outras são levantadas ao longo do trabalho: A dita “revolução historiográfica” dos *Annales*, em comparação aos seus predecessores, trouxe mudanças substanciais na noção epistemológica de verdade? Como Bloch e Febvre entendem a relação entre verdade e história? Está implícito em seus textos certa continuidade da concepção de verdade presente na “historiografia tradicional”? Ressaltamos que a intenção não é verificar se a História, enquanto área do conhecimento, faz afirmações verdadeiras, ou se ela está mais próxima ou mais distante, do que as demais ciências, daquilo que é o “verdadeiro”.

Esta pesquisa se propõe a realizar um exercício epistemológico dentro da perspectiva da história da historiografia e filosofia da história. A indagação sobre a possibilidade do historiador poder oferecer contribuições nessa área surge, muitas vezes, como problema. Normalmente se entende que este trabalho é exclusividade dos filósofos. A epistemologia da história também é chamada de filosofia da história. Ela é um ramo de estudos dentro da filosofia que se preocupa com os fundamentos da ciência em questão. Nesse sentido, existe filosofia da biologia, filosofia da matemática, filosofia do direito, etc. A filosofia da história analisa a possibilidade de produção do conhecimento histórico, no que se refere a método, objetividade, verificação e verdade, fato histórico, temporalidade, entre outras questões. Ela não deve ser confundida com a filosofia da história metafísica<sup>1</sup>, que corresponde a especulações filosóficas que buscavam um

---

<sup>1</sup> Julião explica que existem genericamente três acepções de filosofia da história: 1 Filosofia da História Teológica (Nesta acepção o curso da história da humanidade está atrelado aos desígnios de Deus, portanto é uma visão providencialista da história, cujo expoente é Santo Agostinho); 2 Filosofia da História Metafísica, ou Especulativa (Esta filosofia, presente no século XVIII, tem como objeto descobrir o motor da história, ou seja seu sentido;, autores como Kant e Hegel se enquadram nesta acepção de filosofia da história) e 3 Filosofia Crítica da História (Característica do século XIX, busca analisar as condições do conhecimento científico da história, é uma filosofia de caráter analítico; autores como Ranke, Droysen, Dilthey elaboraram reflexões dentro desta acepção e filosofia da história). Cf. JULIÃO (2010, p. 236-250). Ainda sobre a diferença entre filosofia e filosofias da história Barros

sentido e uma explicação para história enquanto realidade e não enquanto conhecimento. Immanuel Kant (1724-1804), Friedrich Hegel (1770-1831), Karl Marx (1818-1883) e Auguste Comte (1798-1857) são exemplos de filósofos que elaboraram filosofias da história no sentido metafísico (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 44-60).

Seguindo uma proposta interdisciplinar, a dissertação também utilizará a história da historiografia. Trechos das obras de Bloch e Febvre serão utilizados como fontes. Arno Wehling, (2006, p. 175) afirma que, ao lidar com historiografias como fontes, num estudo da história da historiografia, é possível alcançar importantes contribuições para o âmbito metodológico e epistemológico da história. Será possível que a história da historiografia seja um “laboratório” para a epistemologia da história? Essa é a questão de Wehling e sua conclusão é positiva. Fazendo aquilo que o autor chama de “desconstrução da historiografia”, é factível perceber alguns “obstáculos epistemológicos”, e aperfeiçoar a ciência histórica (WEHLING, 2006, p. 186).

Esta análise poderá fornecer argumentos capazes de questionar parte do discurso que os historiadores vinculados a esse movimento produziram sobre si mesmos e sobre os outros (metódicos). Evidenciar que em alguns aspectos existe mais continuidade que ruptura em relação à Escola Metódica. As críticas à “lenda dourada dos *Annales*”<sup>2</sup> são feitas por diferentes autores. Essa crítica parte de duas direções, uma que desconstrói o discurso de revolução e inovação dos *Annales*, demonstrando a permanência de aspectos do “antigo regime historiográfico” em sua história, e outra que resgata trabalhos de alguns historiadores do século XIX, que se interessavam por assuntos culturais e sociais, reiterando que não existiam somente historiadores políticos e factuais como os *Annales* afirmavam. Dentro deste debate se situa Georg Iggers, que problematiza os *Annales* em ambas as direções. O autor chama a história elaborada por esta escola de “história ciência social”, afirmando que “apesar de toda sua sofisticação, não passaria de um positivismo mais ventilado e dotado de maiores recursos para poder satisfazer os cânones daquilo que se considera verdade em matéria histórica” (IGGERS *apud* SILVA, 2001, p. 123).

Posicionado nessa perspectiva de problematização do movimento, José D’Assunção Barros (2010) também faz algumas contribuições. O autor analisa os aspectos que foram

---

(2012) também esclarece o que são as teorias da história, frequentemente confundidas com as filosofias da história. Teorias da história, para o autor, são “como espaços *coletivos* de reflexão” nos quais se inscrevem os historiadores, formando comunidades de historiadores. Positivismo e o Historicismo são exemplos de teorias da história. Barros admite que permanecem ambiguidades entre as filosofias e as teorias da história. Marx personifica essa ambiguidade, pois nele estão presentes uma teoria e uma filosofia da história.

<sup>2</sup> Expressão de Jaques Revel. Cf. LE GOFF (2001, p.25-57).

inovações efetivas dos *Annales*, e aqueles que fazem parte do “mito de criação”. A necessidade de se firmarem institucionalmente na França fez com que os historiadores de 1ª e 2ª geração dos *Annales* se opusessem à escola vigente de então, a Escola Metódica. Foi criticando vários aspectos da Escola Metódica e alguns setores mais conservadores do Historicismo Alemão, que os historiadores dos *Annales* foram se estabelecendo. Esses historiadores “annalistas” faziam um discurso simplificador e generalizante em relação aos historiadores anteriores e de autovalorização em relação a si mesmos. As generalizações sobre movimentos e escolas históricas, muitas vezes necessárias para fim didáticos, podem gerar equívocos. O Historicismo, a título de exemplo, não se tratava de um “pensamento rigorosamente homogêneo” (BARROS, 2010, p. 81). Por essa razão, ressalta a importância dos historicistas, na busca de uma historiografia técnica, profissional e com metodologia própria, na intenção de firmar o lugar da história como área do conhecimento. Alguns setores do Historicismo também fizeram significativas contribuições para marcar a singularidade das ciências humanas. Johann Gustav Droysen (1808-1884) e Wilhelm Dilthey (1833-1911) podem ser citados como autores que, a partir da hermenêutica, trabalharam nesse objetivo.

Os historicistas e metódicos eram chamados pelos *Annales* de historiadores historicizantes<sup>3</sup> e de positivistas. De modo geral isso quer dizer que o historicistas alemães e metódicos franceses, aos olhos dos “annalistas”, preocupavam-se com temas políticos, entendiam o documento como única fonte histórica, compreendiam que o historiador poderia e deveria ser neutro na pesquisa histórica, buscavam o estabelecimento de leis gerais, acreditavam no “progresso da civilização” e por fim que obedeciam um certo nacionalismo. De acordo com os “annalistas” a Escola Metódica pertencia ao “antigo regime” da historiografia e os *Annales* representava a “revolução francesa da historiografia” (BURKE, 1991, p. 18). O discurso revolucionário, de acordo com François Dosse, evidencia que os *Annales* lutavam contra alguns adversários: um já em vistas de ser derrotado, a história historicizante, e outros que estavam se firmando e deveriam ser respeitados nas áreas das ciências humanas, a saber o conhecimento da geografia e as ciências sociais. As críticas aos primeiros inimigos eram exageradas, e os “annalistas” utilizavam vários rótulos inadequados, como “história factual” e “história positivista” para se referirem à Escola Metódica e ao Historicismo Alemão. Isso, também, pode ser entendido como uma estratégia dos *Annales*: atacar aqueles que eram “ao mesmo tempo os mais frágeis epistemologicamente e os mais fortes institucionalmente” (BARROS, 2010, p. 88).

---

<sup>3</sup> Segundo Febvre (1989, p. 117) quem “batizou” a história metódica de historicizante foi Henri Berr.

Novais e Forastieri, na introdução do livro de sua organização, *Nova História em Perspectiva*, comentam que na sucessão das escolas na história da historiografia esse fenômeno de crítica se manifesta. A escola nova que procura se afirmar faz isso em detrimento da anterior. Na pretensão de ultrapassar e conquistar seu espaço reduzem, simplificam e deformam o conteúdo da antecedente (NOVAIS; SILVA, 2011, p. 12).

## 1.2 História e verdade: uma relação antiga

Situados, em certa medida, no debate contemporâneo que põe em dúvida ou problematiza a ideia de inovação dos *Annales* seguimos o texto comentando acerca da relação entre verdade e história. A preocupação com a verdade esteve presente em todas as escritas históricas. Mesmo nas manifestações históricas “pré-científicas”, ou seja, anteriores ao século XIX a “intenção de verdade” fica evidente (BARROS, 2014, p. 41). Conforme a análise de Barros, a busca pela verdade faz parte da “identidade mínima” da história desde a Antiguidade. A frase de Fevre utilizada como parte do título: “que a verdade seja bem comum de todos os homens” revela que a verdade pode ser entendida como um valor necessário aos homens. O conceito de verdade, assim como o próprio conceito de História, possui uma historicidade. Apresentamos, na sequência algumas alterações destes conceitos na história da historiografia. No período arcaico, na Grécia Antiga (do século VIII a.C. ao VI a.C.), “verdade” (*alétheia*) significava revelação<sup>4</sup>. Eram as musas filhas de Zeus com *Mnemosýne* (memória) que conheciam os fatos do passado, presente e futuro. Elas podiam revelar aos aedos esses fatos. No século V a. C, na Grécia, apareceu pela primeira vez a palavra “história”. Neste período ela designava “tanto saber quanto busca, pesquisa e resultado da pesquisa” (MEIER, 2013, p. 41). É nos textos de Heródoto de Halicarnasso (484 a.C- 425 a.C), conhecido como “pai da história”, que a palavra estava presente. Para François Hartog, existiam discursos que se assemelhavam à história antes de Heródoto, então o título que melhor lhe caberia seria de “pai dos historiadores” (HARTOG, 2003, p. 13-14). É interessante perceber que em Heródoto existe uma “dessacralização da verdade”. A verdade não parte mais das musas, mas é resultado da investigação do homem (SOUZA, 2013, p.247-248). A História significava relato verídico e sua verdade estava relacionada com a testemunha ocular. A assinatura do autor demonstrava

---

<sup>4</sup> A título de curiosidade, o conceito de verdade do filósofo contemporâneo Martin Heidegger (1889-1976) retoma alguns aspectos desta noção grega de verdade como revelação. Para Heidegger o conceito de verdade significa desvelar, revelar aquilo que está obscuro ou encoberto. A diferença é que em Heidegger quem desvela é o *Dasein* e para os gregos só as musas possuem essa capacidade. Cf. § 44 de Ser e Tempo de Heidegger.

que ele tinha recolhido relatos, feito observações, visto e ouvido, o que legitimava a investigação. Segundo Hartog, Tucídides foi o iniciador da história “verdadeira”; ele quis transformar os profissionais da história em “mestres da verdade”. Na *História da Guerra do Peloponeso* ele procurou romper com as histórias anteriores a ele, como é o caso das de Heródoto. Como o objetivo da história de Heródoto era “Impedir que as obras realizadas pelos homens, no decorrer do tempo, fossem suprimidas da memória e que grandes e admiráveis ações [...] deixassem de ser relatadas” (HERÓDOTO *apud* HARTOG, 2013, p. 78), Tucídides desqualifica sua história<sup>5</sup>, pois a verdade não é a preocupação de Heródoto. Isso não quer dizer que Heródoto escrevia mentiras, só significa que “seu projeto era diferente”. O conhecimento, identificado posteriormente como histórico, na Antiguidade utilizava dois recursos: “ver” e “ouvir”, mas só a visão poderia produzir um conhecimento claro, seguro e confiável. Por essa razão, só se poderia fazer história no presente. Quanto mais distante fosse a época, menos perfeito seria o conhecimento sobre ela, assim pensava Tucídides (HARTOG, 2013, p. 77-91). Cabe registrar que o conceito de verdade dos historiadores na Antiguidade está em conformidade com o conceito de Aristóteles exposto na *Metafísica* (1011b26-27): “dizer do que é que ele não é e do que não é que ele é, é o falso; dizer do que é que ele é e do que não é que ele não é, é o verdadeiro”. Em Aristóteles encontramos a primeira manifestação da verdade como correspondência.

No que se refere ao conceito de história, até o final da Antiguidade, não percebemos grandes alterações em comparação ao conceito grego. “História” na *Poética* de Aristóteles (384 a.C-322 a.C) significava a reprodução do que aconteceu, principalmente das ações políticas e militares. “História” no sentido de “acontecimento” esteve presente, primeiro, em Políbio (203 a.C-120 a.C). Ela se constituiu no contexto literário significando a unidade de toda literatura histórica, e estava mais vinculada à soma dos acontecimentos que suas relações. É em Cícero (106 a.C-43 a.C) que vemos grande preocupação com a verdade na história. Ele não questionava se a história podia ser verdadeira, mas se perguntava como os historiadores podiam se ater à verdade. De modo geral, na Antiguidade, “história” se referia aos acontecimentos políticos e militares, tratava-se da reflexão sobre episódios e ações memoráveis, com o propósito de aprender algo com essas ações. Em Roma, sobretudo, havia a preocupação com o exemplo político. A história em Roma ao mesmo tempo legitimava a expansão e transmitia o exemplo dos pais (MEIER, 2013, p 47-59).

---

<sup>5</sup> Podemos perceber já nos primeiros historiadores a tentativa de superar a história/historiador anterior (Heródoto) com o objetivo de valorizar e estabelecer a nova história/historiador (Tucídides), comprovando a tese de Novais e Silva (2011, p. 12) de que esta estratégia é comum na história da historiografia.



Até a Alta Idade Média, “‘História’ era o registro exclusivamente daquilo que o próprio autor vivenciou, representando, portanto, conhecimento seguro, que, por consequência, possui altíssimo grau de veracidade” (ENGELS, 2013, p.63). Sendo assim, percebemos que o conceito de verdade histórica na primeira metade da Idade Média se assemelha ao da Antiguidade, por isso se mantém a necessidade da testemunha ocular. *Grosso modo*, na Idade Média, a versão mais conhecida sobre a verdade é a de Tomás de Aquino, presente na obra *Quaestiones Disputatae de Veritate*, segundo o qual “verdade” é adequação da coisa e do intelecto. O homem se mantém passivo no ato de conhecer: “O intelecto não está sujeito ao erro, por se tratar de um processo natural. Ora, o objeto do intelecto é a essência da coisa” (BOEHNER; GILSON, 2012, p. 475). Contudo, é possível que a verdade em história, durante a Idade Média, não fique restrita à noção citada acima, pois o próprio conceito de “história” se tornou muito plural até o século XIII. Podia ser acontecimento, representação pictórica, peça teatral religiosa, comunicação sobre o acontecimento, ou o próprio ato de comunicar. “Os conceitos de ‘*historia*’, ‘*fabula*’, ‘*vita*’, ‘*chronique*’, ‘*conte*’, ou ‘*roman*’ podiam significar a mesma coisa, no sentido de um simples relato” (ENGELS, 2013, p. 66). No século XIII a expressão “*geste*” foi classificada como entretenimento e “*histoire*” ou “*estoire*” significava, a partir de então, relatos que deveriam estar comprometidos com a verdade. No antigo *trivium*, história era um conhecimento auxiliar da gramática e da retórica, não era, portanto, um campo autônomo. O conhecimento sobre o passado ainda deveria ser útil para as normas de vida: *vitae magistra*. A história bíblica e a geral se confundiam, porque ambas faziam parte do projeto salvífico de Deus. A Bíblia era vista como um livro histórico como os demais. E ainda a história geral podia servir de exemplo para a prática do bem (ENGELS, 2013, p. 80-83).

Nesse sentido, os humanistas do Renascimento trouxeram muitas contribuições pois, a fim de estudar a Antiguidade Clássica como um todo, separaram a história geral da história bíblica. Editaram muitos dos textos antigos e conseguiram o distanciamento do seu próprio tempo com o objetivo de estudar um passado mais remoto, além de demonstrarem consciência temporal da distância que possuíam em relação à Antiguidade (GÜNTHER, 2013, p. 92). Ainda na esteira do Renascimento, alguns fatores desencadearam mudanças no conceito de história, principalmente a formação dos primeiros Estados Nacionais e a consolidação do absolutismo, era o início da Idade Moderna. Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Francesco Guicciardini (1483-1540) atualizam o pensamento histórico em benefício de uma conscientização política. Os exemplos retirados da história, para Maquiavel, serviam para a vida política. No século XVI, a interpretação histórica do direito romano permitiu a análise das instituições e das normas jurídicas contemporâneas àquele século, foi o que fez, por exemplo, Jean Bodin (1530-1596)

que analisou o desenvolvimento histórico do Direito Público e das instituições. Ainda neste século surgiu grande interesse pela metodologia da “*Historie*”. Foram organizadas coletâneas nas quais poetas, juristas, retóricos e filósofos demonstravam interesse pela disciplina e preocupação com a escrita da história (GÜNTHER, 2013, p. 85-100).

Já ao longo do século XVIII, o conceito de história sofreu significativas mudanças. A compreensão do mundo físico como um todo foi se modificando, o conceito de matéria, movimento, tempo, já não eram os mesmos e “[...] trouxeram muito mais desafios do que impulsos de desenvolvimento para o conceito de História nessa época” (GÜNTHER, 2013, p. 101). Neste século havia grande desvalorização da história frente à “ciência”. Mesmo sendo um período de ampla produção, a pesquisa histórica ficou submetida à metodologia jurídica para estabelecimento da verdade. Dessa forma, não desenvolveu uma metodologia própria. O conhecimento histórico permaneceu sendo útil durante o século XVIII, no que se refere ao ensino moral: “A História é a mais confiável mestra da moral” (ADELUNG *apud* GÜNTHER, 2013, p. 111). Nesse período, a história não era singular e não formava uma unidade. Era “*Historien*” que significava relatos individuais. A verdade nas *Historien* pode ser entendida por meio de uma metáfora pictórica. Segundo Günther (2013, p. 111), os historiadores modernos, ao compararem acontecimentos ficcionais com os históricos, afirmavam que os últimos são pintados de acordo com a natureza e são menos enganosos que os primeiros. A verdade seria uma imagem não “enfeitada” que o historiador deveria pintar. Metáforas de espelho e imagem estão associados, normalmente, ao conceito de verdade como correspondência. O pensamento é verdadeiro e reflete o mundo como as imagens são refletidas pelo espelho.

Foi no último terço do século XVIII que o conceito de história, como entendemos hoje, se firmou, segundo Koselleck (2013, 118). O conceito moderno de história foi consolidado por dois processos: criação de um coletivo singular e a fusão da história como conjunto de acontecimentos e de *Historie* como narrativa, conhecimento sobre esses acontecimentos. Como comentado anteriormente, até meados do século XVIII a história era um amontoado de histórias individuais. Foi na segunda metade deste século que a história começou a “migrar” para o singular. A função do coletivo singular era “[...] de unificar uma série de acontecimentos em um todo inter-relacionado” (KOSELLECK, 2013, p. 121). Aos poucos a história foi perdendo sua função exemplar, e a história plural deixando de ter espaço. A história volta-se para si, procura entender o que é a “história em si”. Nessa autorreflexão a “História vai aumentando sua pretensão à verdade, a partir do seu genuíno e complexo conteúdo realista” (KOSELLECK, 2013, p. 124). O sentido que hoje atribuímos à história abarca ao mesmo tempo uma série de acontecimentos, sua narrativa e conhecimento: “O que é decisivo é que no último terço do

século XVIII, foi transposto um patamar. Os três níveis (situação objetiva, a representação dela, e a ciência a respeito) foram reunidos num único conceito” (KOSELLECK, 2013, p. 134).

Com a concepção moderna do conceito de história, chegamos ao século XIX, conhecido como o “século da história”. É neste século que ela se tornou uma disciplina científica, rompendo com a literatura e filosofia. Não é somente a história que nasce como ciência no século XIX, a psicologia, a geografia e as ciências sociais também resultaram da intensa atividade científica do período. “Esse nascimento da história como disciplina se confunde com a grande confiança na marcha progressiva das ciências” (DOSSE, 2010, p.15). A história deixou de ser a “mestra da vida”, que oferecia exemplos do passado, e tornou-se a “guia para o futuro”, devendo fornecer a direção para o progresso da humanidade. Essa história surge, de acordo com Dosse, como um desdobramento do século das luzes e das filosofias da história de Hegel, Marx e Kant que viam a história como ascendente.

Até a primeira metade do século XIX, as obras históricas ainda estavam “numa relação complexa entre três polos, que podemos chamar de recursos: a erudição, a filosofia, a literatura” (DOSSE, 2010, p.20). A história não era autônoma e não tinha legitimidade por si, isto dificultava o posicionamento teórico dos historiadores. Contudo, diante da instabilidade das instituições e governos, provocadas pela Revolução Francesa, a história científica começava a surgir como uma voz para a nação. Aos poucos os historiadores ligados à narrativa nacional foram firmando um campo exclusivo da história. Na segunda metade do século XIX, mais precisamente depois da derrota na guerra Franco-Prussiana (1870-71), os historiadores franceses, diante da necessidade de uma história profissional e nacional, criaram a Escola Metódica. A Escola Metódica, assim como o Historicismo Alemão do século XIX, desempenhou papel fundamental para a formação da disciplina histórica e para sua obrigatoriedade de ensino.

Os historiadores, a fim de consolidar a história como uma disciplina científica, precisavam se distinguir a todo custo da literatura. O fortalecimento das ciências naturais, na segunda metade do século XIX, foi a grande motivação para esse afastamento. Essas ciências foram se impondo como um modelo a ser seguido por qualquer ramo do conhecimento. Elas foram se tornando cada vez mais indutivas e experimentais. Diante de um cientificismo crescente a história foi induzida a romper com duas disciplinas que eram suas aliadas tradicionais: literatura e filosofia. Se a história permanecesse atrelada a elas, seu conhecimento seria visto como instável, de fraco teor científico, e por essa razão questionável (DOSSE, 2010, p. 22). A Alemanha foi o primeiro país onde a história conseguiu o *status* de disciplina científica. É possível relacionar o surgimento da história científica na Alemanha com a tentativa

de unificação desse país, no início do século XIX. O principal representante da historiografia alemã no período foi Leopold Von Ranke (1795-1886); ele ficou conhecido como um historiador de Estado (REIS 1999, p.13). Muito embora suas preocupações fossem além da história nacional, ele queria que a história tivesse método próprio e rigor científico. A erudição alemã era apoiada nas ciências auxiliares (filologia, paleografia, numismática, diplomática, entre outras) e servia de inspiração para os historiadores franceses. “Ranke é chamado de ‘escravo da verdade histórica’” (DOSSE, 2010, p. 24). Várias críticas foram feitas a Ranke, a partir da descontextualização de uma de suas frases: o historiador deve escrever o que “de fato aconteceu”. Esse pensamento foi interpretado como resultado de uma “ingenuidade” do autor, apesar de seu significado estar relacionado com o desejo de Ranke por uma história objetiva. Seu conselho era para que historiador se afaste de parcialidades, paixões, convicções, etc, esses sentimentos que assombram e permeiam a escrita da história. No Historicismo Alemão, o historiador tem um compromisso com a verdade e ao que parece ela é entendida como correspondência. A escrita da história deveria corresponder ao passado tal e qual ele foi.

Admiradores da história profissional que havia surgido na Alemanha e da disposição do ensino superior alemão, alguns historiadores franceses como Gabriel Monod (1844-1912) Gustave Fagniez (1842-1927) e Ernest Lavisse (1842-1922) queriam a formação de uma nova história “científica” agora na França. Na virada do século XIX para o XX os historiadores franceses procuraram criar meios para alcançar certa autonomia em relação aos alemães. A confirmação da nova história científica francesa se deu pela criação da *Revue historique* (1876) por Monod, e pela nomeação de Lavisse como diretor do departamento de história na Sorbonne. Outro indicativo é o aumento no número de disciplinas históricas na Universidade: na Sorbonne, haviam duas cátedras de história em 1878 e elas passaram para 12 em 1914 (PROST, 2012, p. 34). O método historiográfico, inspirado no historicismo alemão, foi estabelecido pelos historiadores franceses Victor Langlois (1829-1869) e Charles Seignobos (1854-1942) na obra *Introdução aos estudos históricos* (1898). Essa obra foi escrita como um guia para os jovens historiadores na profissão.

Os historiadores franceses que trabalharam para tornar a história uma disciplina científica e obrigatória foram chamados de Metódicos. Sua concepção de verdade histórica se apresenta, ao que parece, como correspondência. Logo na introdução da primeira edição da *Revue historique*, percebemos frases associadas a essa noção de verdade. Monod afirma que sua história se difere da literatura, ou mesmo da história romântica produzida até então. A história como um campo da literatura, buscava, segundo o autor “conservar para a posterioridade a lembrança de acontecimentos que viram e dos quais tomaram parte, muito mais do que retrair

a seus contemporâneos uma imagem fiel dos tempos anteriores” (MONOD, 2006, p.20). A crítica aqui é de que a história romântica não estava preocupada em ser uma imagem fiel do passado, coisa que a história científica deveria ser. Quando se usa uma metáfora de imagem ou espelho para se referir a verdade, estamos mais próximos da teoria da verdade como correspondência.

A hegemonia da história, constituída ao longo do século XIX, foi abalada no início do século XX, pela eminência da sociologia. Esta disciplina prometia um método mais rigoroso e teorias para a compreensão de toda sociedade. Outras três questões, na década de 30, de natureza desiguais começaram a interferir e ameaçar o predomínio da Escola Metódica: “o definhamento das faculdades de letras, a criação dos *Annales* e do Centro Nacional de Pesquisa Científica” (PROST, 2012, p. 37). Essas questões acabaram por evidenciar um certo imobilismo na história universitária dominada pelos historiadores metódicos. Nesse contexto, Marc Bloch e Lucien Febvre lançam em 1929 a *Annales d'histoire économique et sociale*. O contexto internacional de crítica aos nacionalismos, que haviam levado à Grande Guerra, também contribuiu para a contestação da história nacional e política. Os metódicos, com o tempo, foram sendo desaprovados, acusados de fazer somente este tipo de história. Os historiadores “annalistas” aproveitaram e ampliaram a crítica aos metódicos, para disseminarem uma nova proposta de fazer história. Eles possuíam duas intenções, de acordo com Prost (2012, p. 38): que ela se tornasse um novo paradigma e que servisse como uma estratégia profissional. Seus fundadores pretendiam ocupar cargos universitários, que até então pertenciam aos metódicos, por essa razão Prost acredita que a proposta dos *Annales*, para além de uma de “revolução historiográfica”, vinha para estabelecer profissionalmente seus historiadores. Sob essa perspectiva, podemos entender *Annales* como a materialização da ideia de que todo empreendimento científico está envolto num projeto de poder (PROST, 2012, p. 39). *Annales* surgiu como uma inovação historiográfica, uma abertura da história para as demais ciências como sociologia e economia, como uma vontade de síntese, como uma história-problema e de maior abrangência.

A história dos *Annales* manteve um discurso de oposição, de ruptura e inovação em relação à historiografia que a precedeu, contudo “do ponto de vista epistemológico, pouco a distingue do ‘positivismo histórico’<sup>6</sup> que ela pretendeu substituir” (CLARK, 2011, p.183). Um dos nossos objetivos é apontar essa continuidade epistemológica por meio da noção de verdade

---

<sup>6</sup> Aspas nossas. Não consideramos os metódicos como positivistas, discutiremos essa noção ao longo da dissertação.

dos fundadores dos *Annales*. Não é o caso de ignorar suas inovações e contribuições, porém ao estudar a história da historiografia se reconhece que, apesar de inovações, existe “uma ampla zona de continuidades” (RAPHAEL, 2011, p.147).

Clark, ao analisar as obras de Braudel – considerado o sucessor e herdeiro do legado de Bloch e Febvre –, afirma que a desconfiança do autor em relação ao tempo curto é que a sua realidade é aparente, não é a realidade como ela é. Essa realidade só é percebida no estudo dos processos de longa duração. Clark discute se Braudel pode ser considerado um estruturalista, aos moldes de Ferdinand de Saussure (1857-1913) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009). Sua conclusão é de que Braudel se difere do estruturalismo, pois nessa corrente de pensamento não há preocupação com um “mundo real”. “O que importa é o quanto esse tipo de história se distingue da corrente principal do estruturalismo por sua busca de uma realidade que não se reduz a inteligibilidade” (CLARK, 2011, p. 197). Afirmar que a realidade existe de fato, independente da inteligibilidade é o que a filosofia chama de realismo. Essa noção é fundamental para a teoria da verdade como correspondência, afinal o enunciado é verdadeiro se corresponde à realidade/ ao mundo/ao estado de coisas no mundo. O conceito de realidade para as teorias filosóficas da verdade será discutido no segundo capítulo, isso nos permitirá maior fundamentação na compreensão desse conceito nos historiadores estudados. O realismo de Braudel revela seu desejo de “mostrar como o mundo era em tempos passados, independente de como era visto por aqueles que nele viviam” (CLARK, 2011, p.195). Esse conceito de realidade parece indicar que Braudel está ligado à verdade como correspondência. Bloch (2001, p.69), por sua vez, usa no *Apologia da história* frequentemente as palavras reconstruir e reconstituir. “Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; [...]”. Reconstruir significa reconstituir no formato anterior. O trabalho do historiador é, portanto, escrever a história de acordo com o formato que ela teve. Escrever como aquilo, de fato, aconteceu.

### **1.3 História e verdade: posições alternativas**

Contemporaneamente, o tema “história e verdade” pode ser discutido sob distintas perspectivas. Podemos analisar este problema a partir da hermenêutica com Paul Ricoeur (1913-2005) ou do pós-estruturalismo com Michel Foucault (1926-1984), ou sob a perspectiva pluralista do estadunidense Hayden White (1928-) ou ainda nos apoiando na filosofia analítica da história como é o caso de Jean Cruz Cruz. Vamos apontar a seguir a relação entre verdade e história, com base no entendimento de Foucault e Cruz. A intenção é introduzir o leitor nesse

debate, analisando alguns aspectos significativos em relação aos assuntos: objetividade do conhecimento histórico, posições alternativas referentes ao tema e os efeitos sociais do contrassenso no tocante à verdade em história.

Cruz (2007, p. 63-64) aponta que a história é normalmente entendida como particular e contingente, enquanto na ciência se busca o universal e o necessário. Portanto, é impróprio falar em ciência histórica? O autor argumenta que é possível falar em ciência e em verdade na história, em razão de que a história possui caráter de necessidade. Para demonstrar essa característica, primeiro vamos esclarecer o que significa o termo “necessário”, e depois apontar em que sentido ele se aplica à história. Segue a definição clássica de necessidade na qual o autor se apoia: “O que é deve ser necessariamente quando é, e o que não é, não pode ser, quando não é, eis uma afirmação necessária. Mas tanto não significa que tudo o que é será por necessidade, e que tudo o que não é não será necessariamente” (ARISTÓTELES, 1985, p.129). A conclusão é que se a existência de algo é necessária, então sua negação é falsa. Ao interpretar Aristóteles, Cruz afirma que existem duas necessidades, uma do *antecedente* e uma do *consequente*. Outros comentadores, diferente desta interpretação, percebem pelo menos quatro tipos de necessidade em Aristóteles: Primeiro, a “necessidade lógico-ontológica que se exprime nos primeiros princípios do ser e do logos”; Segundo, a necessidade física ou natural, que se fundamenta nas leis da física; Terceiro, “a necessidade temporal ou do passado, da qual falamos habitualmente quando dizemos que o passado é inevitável, inelutável ou imutável [...]”; E quarto, “a necessidade que poderíamos chamar de veritativa. [...] mais explicitamente, em 19a 23-24: ‘O que é necessariamente é quando é; e o que não é necessariamente não é quando não é’” (BARBOSA FILHO, 2003, p.233-234). Percebemos, por outro lado que a ideia da necessidade do *antecedente* – aquela fundamentada em causas, usada pelas ciências naturais – e a do *consequente* – aquela que se assenta naquilo que já ocorreu – estão presentes nas duas interpretações. A necessidade do *consequente* afirma algo acerca de um fato. “César cruzou o Rubicão” não foi, por sua vez, um fato necessário, mas livre. Porém, sua verdade já é necessária. “Assim, pode haver uma não-necessidade do objeto acompanhada de uma necessidade de sua verdade” (CRUZ, 2007, p. 64).

Para o autor existem ainda três aspectos importantes que ajudam na sustentação da possibilidade da verdade em história. A primeira é que a história consegue dos fatos humanos certezas universais, “um valor universal de seres singulares ou acontecimentos irreiteráveis: ‘César cruzou o Rubicão’, é uma verdade tão válida para todos como a que as pedras caem” (CRUZ, 2007, p. 64). O que difere é que “César cruzou o Rubicão” é válido somente em relação àquele César em específico, já “as pedras caem” é válido para todas as pedras. A segunda é a

permanência do “ato cognoscente” acerca do objeto. De acordo com Cruz, a verdade individual ultrapassa o tempo, sendo transmitida pelas gerações por meio dos historiadores<sup>7</sup>. Por fim, o autor afirma que a garantia da cientificidade histórica está, sobretudo, em seu método crítico. A história é sempre corrigível e busca a exatidão por meio da crítica contínua.

Para Cruz a verdade da história se assenta sobre o “sólido fundamento da realidade do pretérito” (2007, p. 79). O autor não nega a subjetividade na história, “não se trata de objetivismo puro e nem de subjetivismo puro” (2007, p.72), inclusive afirma que a ciência histórica deve buscar uma “universalidade intersubjetiva”, o que ele nega é que o passado esteja à disposição do pesquisador. Aqueles que compreendem o passado como um material à disposição, entendem também que ele carece de realidade. “Isso significa que falta ao passado valor próprio ou em si, e que todo seu sentido provém do projeto do pesquisador: projeto que é futuro” (2007, p. 74). O passado é visto como possibilidade e não necessidade, o que contraria um dos conceitos básicos na filosofia. O autor não desconsidera que o historiador, ao tentar compreender o passado, se utiliza de novas ideias, conceitos, valores, aspectos culturais e sociais do seu entorno. Contudo, Cruz garante que a realidade do pretérito possibilita fazer afirmações históricas verdadeiras. O conhecimento histórico é aproximativo e incompleto, o que não significa que é falso. Aquilo que permite a correção contínua das hipóteses é a realidade do fato, não uma realidade que virá a ser. “A história não é manipulação, mas descobrimento de realidades: parte da própria realidade do passado e deve manter-se em contato ininterrupto com ela” (CRUZ, 2007, p. 76).

O historiador da filosofia Cruz situa-se, visivelmente, no que a tradição filosófica chamou de teoria da verdade como correspondência. Para esta teoria, a verdade é a correspondência da proposição, pensamento, ou do enunciado com o fato no mundo. Os correspondentistas são identificados com o realismo, o qual entende que a realidade é independente de qualquer mente individual ou coletiva. Todos os objetos existem independente da consciência. Contudo, existem outras teorias da verdade, as mais comuns são da coerência e a pragmatista. A verdade pode ser entendida como coerência: de modo geral esta teoria sustenta que uma afirmação é verdadeira se e somente se for coerente em relação a um sistema de crenças ou proposições, e será considerada falsa se estiver em conflito com o sistema em questão. É possível, também, apreender a verdade a partir da teoria pragmatista: verdade é então o

---

<sup>7</sup> Existe uma fragilidade neste argumento, talvez pela falta de esclarecimento sobre o que é “ato cognoscente” acerca do objeto: refere-se à produção de conhecimento em torno do fato elaborada pelo historiador? O problema é o seguinte: o fato de que “Cesar cruzou o Rubicão” é o mesmo, não muda com as gerações, mas a interpretação, a produção de conhecimento sobre este fato, feita pelos historiadores, não permanece a mesma.



resultado de um consenso que permanece estabelecido, “a opinião que está fadada a ser concordada por todos os que investigaram é o que queremos dizer com verdade, e o objeto representado nessa opinião é o real” (PEIRCE, 1992, p. 139, *apud* WAAL, 2007, p. 48). As três teorias citadas são as mais comuns.

Qual é a teoria da verdade pressuposta na ciência histórica? Quando os historiadores estão mais preocupados com as evidências e com a “descoberta” de fatos, a fim de escrever uma história tal qual ela ocorreu, podemos dizer que eles estão mais alinhados à verdade como correspondência. Quando os historiadores percebem a importância da reconstrução e interpretação, notam que suas afirmações se relacionam mais com um conjunto de enunciados e ideias em relação ao assunto, do que concordam com o passado, eles estão trabalhando com a coerência (WALSH, 1978, p. 71-90). Quando os historiadores consideram que o resultado de sua investigação é a verdade, tendo em vista que este resultado se manteve mesmo sendo submetido a todos os testes, eles se aproximam da teoria pragmatista da verdade. Em sua maioria, de acordo com Cupani (2010, p. 148), os historiadores estão mais propensos em admitir a verdade como correspondência, muito embora na produção historiográfica contemporânea percebemos a presença das teorias da coerência e pragmatista com frequência. Os historiadores muito apegados à correspondência da afirmação com a evidência podem esquecer que as evidências são interpretadas. Outros historiadores, que valorizam mais a interpretação e uma narrativa coerente, podem colocar o passado à disposição.

Discutimos até aqui uma das muitas maneiras de considerar a relação entre verdade e história. Esse problema produziu interpretações alternativas, muitas das quais se tornaram paradigmas da historiografia atual. Um dos autores que mais influenciou nessa mudança de perspectiva foi Foucault. Para ele, a verdade em história, ou em qualquer outro discurso científico revela relações de poder. Muitas vezes, a história serve para legitimar poderes, a verdade é produto de uma determinada sociedade e época: “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele [...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade” (FOUCAULT, 1979, p.12).

O acesso a qualquer suposta realidade original e verdadeira é mediado pela mente humana e pela linguagem. Não existe verdade em si, a verdade é entendida dentro de um regime de verdade, ou política de verdade. A verdade é um discurso que ganha realidade no interior daquele regime. Regime de verdade deve ser compreendido como: “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979, p.140). Foucault afirma que o desejo de verdade é o desejo do poder

(MUNSLOW, 2009, p. 172). A verdade não é correspondência, é uma construção. É um discurso que serve a interesses e tem função disciplinadora. A sociedade em diferentes momentos produziu verdades. Os historiadores precisam considerar essa produção de verdade e seus efeitos, mais que isso, deveriam escrever sobre a história da verdade. Ao ser questionado sobre seu livro *História da sexualidade*, responde: “Não quero fazer a sociologia histórica da proibição, mas a história política de uma produção de ‘verdade’. [...] A história da ‘verdade’ – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita” (FOUCAULT, 1979, p. 230-231).

De filiação pós-estruturalista, Michel Foucault nega uma causalidade histórica linear, a história é descontínua e cheia de rupturas. A escrita da história deve ser um “infinito processo interpretativo.” A história nunca é objetiva, naquele sentido pretendido pelos empiristas de separação total entre sujeito e objeto. Ela é dependente do historiador e do contexto social/cultural de produção. A perspectiva histórica de Foucault se opõe à tradição modernista, aquela surgida no século XIX que pretendia fazer da história uma ciência. Estava presente nas pretensões científicas da história a ideia de referencialidade e essencialidade (MUNSLOW, 2009, p. 167).

Para Foucault, existe a necessidade do estudo das evidências no arquivo, mas é condição fundamental que os “fatos históricos sejam compreendidos principalmente como criações discursivas epistêmicas, tanto das pessoas do passado como também do historiador, [...]” (MUNSLOW, 2009, 164 -175). Ao lado de Foucault, outro teórico que impactou a produção histórica contemporânea foi Hayden White. O crítico norte americano pode ser associado à *linguistic turn*<sup>8</sup>, e os efeitos desse movimento na história também são relacionados à “pós-modernidade”. Decorre destes uma forma de ceticismo em relação a qualquer certeza na história. A partir dos últimos trinta anos a linguagem mereceu grande atenção por parte dos historiadores e teóricos. White se inscreve dentro dessa perspectiva linguística, e destaca a importância da escrita e da “imaginação histórica”. A história, na compreensão de White, é uma produção narrativa que cria significados. Os eventos históricos não possuem significado em si, o historiador é que lhes confere significados. “As situações históricas não são inerentemente trágicas, cômicas ou românticas. [...] Como uma dada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza do historiador [...]” (WHITE, 1978, p. 85 *apud* MUNSLOW, 2009, p. 192). A história deve ser vista como representação e a escrita da história como um empreendimento literário, não no sentido de negar qualquer possibilidade de correspondência com o passado,

---

<sup>8</sup> *Linguistic turn*, que significa “giro linguístico” se tornou popular com Richard Rorty, em 1966.

mas no sentido de colocar em dúvida essa relação. Por ser uma produção textual, o texto histórico deve estar mais ligado a outros textos numa comunicação intertextual. Sua referencialidade deve ficar em segundo plano. Talvez o mais adequado seria classificar a escrita da história como uma “correspondência narrativa”<sup>9</sup>. Isso significa que durante a elaboração do texto, o historiador faria enquadramentos, transformando eventos em fatos históricos (MUNSLOW, 2009, p. 191). Não é a narrativa que corresponde ao passado, mas a correspondência está a serviço da narrativa.

Entender a verdade na história como correspondência com apego ao realismo, ou concluir que a história é narrativa de produção de significados, são posições que geram consequências. Negligenciar a verdade como correspondência seria o mesmo de dizer que o passado está à nossa disposição e que a história é simples manipulação. Devemos manter certas preocupações frente ao “desencanto”<sup>10</sup> sobre a possibilidade de fazer afirmações verdadeiras em história. Prost (2012, p. 256) ataca o desencanto cético que está espalhado por livros e revistas na contemporaneidade. Este ceticismo sustenta que o conhecimento histórico é fruto de interpretações subjetivas. O autor alerta que “o público vai acabar acreditando neste postulado”. Como fica a função social da história diante desse ceticismo exagerado? O historiador tem compromisso com o presente; deve, a partir da história, clarear a complexidade do presente, oferecendo ferramentas para sua melhor compreensão. Prost ainda questiona: como aqueles historiadores que não acreditam na verdade da história podem justificar o ensino obrigatório da sua disciplina? (2012, p. 256). O autor admite que a história não possui verdades absolutas, mas isso é bem diferente de sustentar a impossibilidade da verdade em história. Se acreditássemos na frase de “Barthes escolhida por White como epígrafe de um de seus livros ‘o fato tem apenas uma existência linguística’” (PROST, 2012, p. 257), as consequências seriam desastrosas. O professor de história contemporânea da Universidade de Valência, Marc Baldó, quando questionado sobre os efeitos do “pós-modernismo” sobre a história, comenta que os positivos dizem respeito à relativização do conhecimento, que nos levaram a entender que existem construções sociais e linguísticas que o envolvem. No que se refere aos negativos, o que o desagrada é a ideia de que não existe verdade nem mentira, tudo depende do ponto de vista: “Pode ser que não exista a verdade absoluta, mas é verdade, por exemplo, que há pessoas que exploram outras. A pós-modernidade, portanto, relativizou a capacidade humana de conhecer o mundo” (BALDÓ, 2014).

---

<sup>9</sup> Expressão de Munslow, 2009, p.189.

<sup>10</sup> Expressão de Antoni Prost, 2012, p. 254.

Não obstante garantir que a história corresponde à realidade do passado, que as evidências salvaguardam sua verdade e, por fim, que existe apenas uma verdade, uma história, pode ser ainda mais perigoso. Este discurso convence os leitores de que estão diante do passado e que esta é a história verdadeira. Munslow, ao tratar deste assunto, traz o exemplo de um livro chamado *Telling the truth about history*, das historiadoras Appley, Hunt e Jacob. O título é altamente sugestivo e propagandístico. O objetivo dessas autoras é reforçar a “herança democrática essencial da América”, essa visão corresponde à “real” e “verdadeira” história americana (MUNSLow, 2009, p. 225). O perigo de tais colocações são evidentes, uma história, provavelmente carregada de ideologia e a serviço de alguns interesses políticos, se impõe como a história verdadeira. Se os historiadores assumissem uma postura mais modesta de que esta é a sua história, é uma de muitas versões do passado e se fossem conscientes que o significado do passado depende de suas narrativas – os estragos seriam bem menores.

Para Hayden White, a voz do historiador não deve ser nem ativa, nem passiva, devendo ser uma espécie de *voz média*. Os primeiros a sugerirem a necessidade de um estilo de escrita sob uma *voz média* foram Roland Barthes (1915-1980) e Jacques Derrida (1930-2004). White entende que o estilo de escrita que possibilita a utilização da *voz média* é o *modernismo literário*. As características estilísticas dessa escrita são expostas na interpretação de Erich Auerbach (1892- 1957) sobre um texto de Virginia Woolf (1882-1969):

1. O desaparecimento do “escritor” como narrador dos fatos objetivos; quase tudo afirmado aparece na forma de reflexão na consciência da “*dramatis personae*”;
2. A dissolução de qualquer “ponto de vista [...] fora do romance do qual as pessoas e os eventos dentro eles são observados [...]”;
3. A predominância de um “tom de dúvida e interrogação” na interpretação do narrador desses eventos aparentemente descrita de uma maneira “objetiva”;
4. O emprego de tais dispositivos como “*erlebte Rede, fluxo* de consciência, *monologue interieur*” para “propósitos estéticos que “obscurecem e obliteram a impressão de realidade objetiva completamente conhecida ao autor [...]”;
5. O uso de novas técnicas para representação da experiência de tempo e temporalidade. Exemplo: o uso de “ocasião de chance” para liberação de “processos de consciência” que permanecem não conectados a um “tema específico”; obliteração da distinção entre tempo “interior e exterior” e representação de “eventos”, não como “episódios sucessivos de uma história”, mas ocorrências do acaso. (WHITE, 2006, p.205)

\*\*\*

Notamos, a partir das provocações anteriores, que o assunto “história e verdade” é fonte de ampla e frutífera discussão. Ao analisar algumas formas de compreensão do tema, fica evidente sua importância e suas implicações. Ao final desta introdução precisamos relembrar os objetivos que motivam nossa pesquisa e a maneira como tencionamos alcançá-los: Pretendemos analisar qual é a teoria filosófica da verdade implícita nos textos de Bloch e

Febvre; Perceber se a chamada “revolução historiográfica” dos *Annales* trouxe mudanças substanciais na noção epistemológica de verdade; e problematizar a noção de “paradigma historiográfico revolucionário” presente no discurso dos membros do movimento.

Diante destes objetivos, no primeiro capítulo faremos uma apresentação dos historiadores estudados e da Escola dos *Annales*. Para isso será analisado brevemente o contexto histórico, intelectual e científico na passagem do século XIX para o XX. Também serão apontados quais eram os diálogos intelectuais dos historiadores no período, e por último a institucionalização dos *Annales* e a problematização do conceito: “novo paradigma historiográfico”. No segundo capítulo haverá uma discussão acerca da verdade. Com este propósito examinaremos alguns aspectos fundamentais no esclarecimento deste assunto, como: definição de verdade, critério de verdade e portadores de verdade. Esta seção ainda conta com uma explanação de teorias da verdade como correspondência e coerência, no âmbito da filosofia analítica. Esta análise será feita a partir de alguns filósofos proeminentes representantes destas teorias. Este capítulo fornecerá elementos que facilitarão a compreensão do conceito de verdade para Bloch e Febvre. Nas obras estudadas, os historiadores não tratam diretamente sobre a verdade, por essa razão é importante perceber como estes autores compreendem outras noções que conduzem ao conceito de verdade como: realidade, mundo, fato, conhecimento, etc. Esses conceitos, contudo, precisam ser esclarecidos, por isso eles estarão manifestos no segundo capítulo. A análise crítica dos textos dos *Annales* ficará para o terceiro capítulo. Nesta seção vamos inquirir fragmentos das obras: *Combates pela história*, o texto *História* e a obra *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais* (Febvre); o livro *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, o artigo *Como e por que trabalha o historiador* e o livro *Os Reis Taumaturgos* (Bloch); Dos metódicos analisamos o livro *Introdução aos estudos históricos* de Seignobos e Langlois, o prefácio da *Revue historique* e o texto *Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI* escritos por Monod. Ainda pretendemos indicar traços de permanência entre a noção de verdade dos *Annales* e aqueles chamados, por eles de “historiadores tradicionais”, a fim de questionar a ideia de que os *Annales* promoveram uma “revolução historiográfica”.

## 2 MARC BLOCH E LUCIEN FEBVRE: UMA APRESENTAÇÃO

### 2.1 Fins do século XIX e início do XX

Apoiados nas conclusões de Certeau de que uma escrita é resultado da articulação entre um “lugar social” e das “práticas científicas”, “[t]oda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 2000, p.66), pretendemos explorar, primeiro, o contexto histórico no qual estão localizados Bloch e Febvre. Estabeleceremos alguns paralelos entre os âmbitos político e econômico, intelectual e científico desse período. Alguns elementos vão sinalizar a eminência da “Nova História” e o momento que se apresentou como oportuno para o lançamento da revista *Annales*. Depois intencionamos, por meio de uma breve reconstrução da história inicial dos *Annales*, entender como se dá a articulação entre este “novo” campo de saber histórico e o “lugar institucional” que vai sendo conquistado.

No campo científico, inegavelmente, ocorreram transformações no início do século XX. Essas alterações se devolveram em maior ou menor ritmo nas diferentes áreas. Algumas apontando traços de maior continuidade, como a medicina, e outras de ruptura, como a física. Embora seja fato que o ambiente intelectual no qual “[...] visivelmente emergiam sumidades como Planck, Einstein e Freud, para não falar de Schönberg e Picasso, era clara e fundamentalmente diferente daquilo que mesmo observadores inteligentes acreditavam perceber em, digamos 1870” (HOBSBAWM, 2014, P. 374). O século anterior não tinha sido somente “o século da história”, mas das ciências de modo geral. Surgiram outras novas disciplinas como a linguística, a psicologia e a sociologia. As ciências naturais e a matemática se mantiveram como modelos científicos por excelência, por alcançarem muitos resultados e conseguirem realizar previsões. A física, principalmente, parecia conseguir explicar todas as questões referentes à realidade. Havia uma grande confiança no progresso científico e tecnológico. Contudo, o cientificismo do século XIX, começou a enfrentar algumas limitações no início do século XX. Os sinais de uma crise científica foram vistos naquelas que eram consideradas as ciências mais sólidas, a saber a física e a matemática. O surgimento de geometrias não euclidianas começou a minar as bases da matemática. Uma solução adotada pela grande maioria dos matemáticos foi desvincular a matemática do mundo, retirando as relações de correspondência. Ela formaria então postulados precisos e não contraditórios, sem comprometer-se com a referencialidade (HOBSBAWM, 2014, p. 376). A física, por sua vez, viu a teoria da relatividade de Einstein e o aparecimento da mecânica quântica destruírem seus

conceitos newtonianos mais fundamentais. Einstein relativizou as leis de Newton, e a mecânica quântica revolucionou o domínio da microfísica. Na microfísica “Heisenberg e Bohr demonstram que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele sem o alterar, e a tal ponto que o objeto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou” (SANTOS, 1990, p. 55).

Em síntese, as ciências naturais, a partir do início do século XX, passaram a relativizar algumas de suas verdades e entender que não possuíam tanto poder de previsão como imaginavam ter. Muitas leis científicas passaram a ser questionadas. O mais interessante é que as ciências sociais e a história, por sua vez, na primeira metade do século XX continuaram mantendo uma visão um tanto mecanicista, característica do século XIX. Com suas teses quantitativas, explicações totais, continuaram guiando-se pelos modelos passados. A história ainda parecia deslumbrada pelo fato de ter se constituído uma ciência<sup>11</sup>.

Pois acontece que, enquanto os cientistas sociais, e com eles muitos historiadores, estavam obcecados com essa concepção mecanicista, a ciência havia abandonado as velhas ilusões e havia descoberto que o Universo era muito mais complexo que o relógio cósmico de Newton e Laplace, e que o determinismo e a capacidade de previsão correspondiam a um mundo de abstrações, porém não ao da realidade. (FONTANA, 1998, p.273)

Não significa, contudo, que as limitações percebidas pelas ciências implicaram numa “mudança de paradigma.” Para Sousa Santos (1988) durante todo o século passado a movimentação teórica baseou-se em autores do século XVIII e XIX. A “ordem científica” daquele século era a mesma que havia se estabelecido no século XIX. O positivismo lógico ou empírico é uma marca dessa permanência. A separação entre objeto e sujeito, natureza e cultura, conhecimento científico e popular permaneceram. O texto de Santos foi escrito em 1988, mas ousaríamos dizer que essas divisões ainda persistem na ordem científica atual.

As ciências humanas, como destacamos acima, não recusaram o positivismo e o mecanicismo. O positivismo se estabeleceu no século XIX como programa científico e filosófico da burguesia ascendente. A sociedade burguesa era entendida como “[...] estágio final da evolução da humanidade (o estado positivo de Comte; a sociedade industrial de Spencer; a solidariedade orgânica de Durkheim)” (SANTOS, 1988, p.51). Apesar dos impactos provocados pelas Guerras Mundiais, a burguesia não abriu mão do poder político, assim como a ciência não abriu mão de alguns princípios positivistas. O positivismo foi resultado da junção,

---

<sup>11</sup> Hannah Arendt vai mais longe, afirma que o curioso das ciências históricas do século XIX, é que elas buscavam padrões científicos pré-modernos, que remetiam à ciência natural de Aristóteles de “eliminação completa do eu”. Essa visão científica estava sendo questionada na modernidade pelas ciências naturais e a história insistia nessa atitude científica.

durante o século XIX, do racionalismo cartesiano e do empirismo baconiano. Para Barros (2014, p. 86), o positivismo foi a apropriação conservadora de alguns ideais iluministas. O iluminismo já possuía uma ideia de progresso e o positivismo acrescentou a esta o conceito de ordem. O fundador e maior representante do positivismo na França foi Augusto Comte (1789-1857). Ele afirmava que a ciência social possuía rigor e método semelhantes aos da ciência natural. Insistia na neutralidade do cientista e procurava estabelecer leis, regularidades que conduziam as sociedades humanas. Comte inaugurou a ideia de um sistema positivo, de uma ciência positiva. A Escola Metódica utilizava noções como “fato positivo” e “estudo positivo”, mas isso não significa que eram positivistas comtianos. O positivismo pode ter influenciado no que se refere à confiança na cientificidade da história, no entanto alguns historiadores metódicos como Seignobos e Langlois discordavam de aspectos do positivismo. A teoria do progresso contínuo da humanidade era um desses aspectos:

[...] A teoria do progresso contínuo e necessário da humanidade, embora adotado pelos positivistas, é somente uma hipótese metafísica. [...] O estudo dos fatos históricos não mostra um progresso universal e contínuo da humanidade, ele mostra progressos parciais e intermitentes, e não fornece nenhuma razão para atribuí-los a uma causa permanente, inerente a um conjunto da humanidade, de preferência a uma série de acidentes locais. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p.274)

No século XX, o positivismo esteve mais presente na sociologia que na historiografia. Émile Durkheim (1858-1917) foi o maior articulador e atualizador do positivismo nas ciências sociais, suas teorias influenciaram a sociologia durante toda a primeira metade do século XX. Interessante destacar que os historiadores fundadores dos *Annales* eram admiradores desta sociologia.

O positivismo pode ser entendido como uma teoria da ciência. A *física social* comparava as ações humanas aos fenômenos naturais. Os fatos são fundamentais para o positivismo, porque com a sua observação é possível criar leis e fazer previsões, com tanta objetividade quanto a física e a matemática. A historiografia positivista do século XIX, que tem como principais representantes Joseph Ernest Renan (1823-1892) e Hippolyte Taine (1828-1893), insistia na interdependência dos fatos sociais sobre a unidade do real e sobre a explicação causal em história. Também tinham presentes aspectos característicos do positivismo, como a ideia de progresso da civilização, da observação empírica e racional dos fatos, da neutralidade e da existência de leis explicativas.

Apesar de o positivismo ter perdido força na entrada do século passado, certos aspectos permaneceram em algumas áreas das ciências e da filosofia. Diante das novas teorias, contradições e paradoxos que estavam surgindo no final do século XIX, sobretudo na



matemática e física, os teóricos pareciam estar confusos e desorientados. O alento e refúgio para os cientistas foi o neopositivismo, que se tornaria a filosofia da ciência predominante na primeira metade do século XX. O positivismo lógico ou neopositivismo<sup>12</sup> surgiu no final do XIX com Pierre Duhem (1861-1916), Ernst Mach (1838-1916), Karl Pearson (1857-1936) e o químico Wilhelm Ostwald (1853-1932), procurando oferecer critérios de racionalidade para a ciência. Apostava nas observações experimentais e depositava grande confiança na linguagem e método científico. Um dos seus objetivos principais era afastar da ciência traços metafísicos. O centro irradiador do positivismo lógico foi o Círculo de Viena durante a década de 1930. A tradição positivista do Círculo de Viena foi objeto de críticas ao longo da história da filosofia, entre outras razões, por ser inadequadamente reduzida ao positivismo do século XIX e pelo surgimento de filosofias da ciência alternativas como a de Karl Popper (1902-1994) e a de Thomas Kuhn (1922-1996).

Qual a relação entre as mudanças científicas citadas anteriormente e a sociedade do período? Hobsbawm alerta que todo processo científico e intelectual possui certos vínculos com o contexto social, não são processos completamente autônomos. Algumas relações podem ser rapidamente estabelecidas como o desenvolvimento da bacteriologia e medicina no final do século XIX, cujo objetivo era combater doenças tropicais advindas das colônias. Mas muitas descobertas científicas não têm relação direta com o meio, especialmente porque não são pesquisas aplicadas. Embora certamente o período favoreceu o surgimento de novas descobertas que, segundo Hobsbawm, só foram possíveis devido ao desenvolvimento técnico proveniente da economia industrial, “[...] com, por exemplo, o advento da livre disponibilidade da eletricidade, a fabricação de bombas de vácuo adequadas e instrumentos precisos de medida” (2014, p. 386) a pesquisa foi facilitada.

As geometrias não euclidianas, a teoria dos quanta e da relatividade, entre outras, causaram grande desconforto e inquietação nos meios científicos. Contudo isso não deve ser entendido como uma crise intelectual generalizada. As ciências andavam em ritmos diferentes, se as bases da matemática e da física foram abaladas, isso não significa uma crise geral na ciência. O que ocorreu foi uma contenção no clima de positividade e confiança na ciência, o que não significou um abandono ou descrédito da racionalidade, mesmo porque o neopositivismo, que é fruto dessas desacomodações, foi uma filosofia que pretendia eliminar qualquer equívoco da ciência apostando ainda mais na racionalidade:

---

<sup>12</sup>“O neopositivismo se concentrava nas deficiências das próprias ciências positivas e procurava a reconstrução da ciência a partir da base estritamente empirista e até fenomenalista e, por outro lado, uma rigorosa formalização e axiomatização das bases da ciência” Cf. HOBBSAWM (2014, p. 394).

Para a grande maioria das pessoas instruídas, sobretudo os recentemente educados, as antigas verdades intelectuais não estavam em questão. Ao contrário, eram triunfalmente reafirmadas por homens e mulheres para quem o progresso estava longe de ter exaurido suas promessas. (HOSBAWM, 2014, p. 402)

Ainda no contexto intelectual do *fin-de-siècle* é importante comentar sobre a linguística, a psicologia e a sociologia, apontadas como ciências novas. A linguística era considerada, ao lado da economia, uma das mais confiantes ciências. Na linguística, o intelectual de maior destaque talvez tenha sido Ferdinand de Saussure (1857-1913), o maior inspirador póstumo das correntes estruturalistas do pós guerra, cujos interesses partiam da estrutura de comunicação estática e abstrata. A psicologia, por sua vez, buscando garantir seu caráter científico, voltou-se para o laboratório, fazendo estudos sobre “percepção, aprendizagem e a modificação experimental” do comportamento, o que produziu uma teoria russo-americana chamada “behaviorismo” (HOSBAWM, 2014, p. 413-414). Contudo, a ciência mais original do período foi a sociologia. Ela surgiu para cumprir uma função: a “sociedade e política deveriam ser repensadas para as massas, em particular os problemas da estrutura e coesão sociais, ou (em termos políticos) a lealdade dos cidadãos e a legitimidade do governo” (HOSBAWM, 2014 p. 414). Seu aparecimento, entretanto, não significou modificação social nem atendeu aos anseios das massas, ao contrário, veio para refrear as mudanças e manter a coesão social. Portanto, a sociologia tinha relações contraditórias com Karl Marx (1818-1883), considerado “pai fundador” da disciplina ao lado de Émile Durkheim (1858-1917) na França e de Max Weber (1864-1920) na Alemanha. Ela não era uma disciplina academicamente estabelecida e não estava bem definida, se tratava de uma área em torno de revistas e sociedades e uma ou duas cátedras universitárias. Muitos autores que se dedicavam à sociologia neste período continuavam a se considerar intelectuais de outras áreas (HOSBAWM, 2014 p. 414).

A crise científica que ocorreu neste início de século, como comentado anteriormente, fornecerá argumentos para bandeira de renovação da história erguida pelos “annalistas”. As modificações ocorridas em algumas ciências servirão como uma estratégia para combater a “história tradicional”. “Ora, nossa atmosfera mental já não é mais a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta, alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência. Não a diluíram. Mas a flexibilizaram” (BLOCH, 2001, p. 49). Se a atmosfera intelectual havia mudado, como a história poderia se manter a mesma? “[...] estão todos (postulados) abalados, criticados, ultrapassados. [...] Vamos ser nós, historiadores, os únicos a continuar a tê-los como válidos?” (FEBVRE, 1989, p.39). Assim como o neopositivismo a nova história deveria prevenir-se de toda metafísica, por isso a história tradicional deveria ser substituída por uma história experimental verificada em vários

casos (DOSSE, 2003, p. 55-56). A teoria da relatividade é vista como a possibilidade da história se equiparar às demais ciências, já que as afirmações em história são mais instáveis e suscetíveis a revisão. “A pesquisa histórica, como tantas outras disciplinas do espírito, cruza o seu caminho com a grande via real da teoria das probabilidades” (BLOCH, 2001, p.117).

A experiência da Grande Guerra também causou profundas mudanças no ambiente intelectual europeu do período. Como ela impactou o cenário intelectual e, como consequência, as perspectivas dos historiadores estudados? Entre os anos de 1899 a 1914 a maior parte dos países europeus viviam num período que foi chamado *belle époque*. Eram anos dourados para aqueles que tinham condições de consumir. Foi um período de estabilidade, no qual os dirigentes pareciam estar conseguindo administrar e controlar suas nações. A suposta “tranquilidade” não correspondia com as situações reais: o Império Russo e o Habsburgo sofriam com problemas internos, o Otomano dava sinais de desintegração, as potências europeias digladiavam-se por colônias e áreas de influência. O clima de paz era realmente “aparente”, apesar dos países demonstrarem preocupação no sentido de mantê-lo, – realizando o Congresso Mundial para a Paz (1890), Prêmio Nobel da Paz (1897) e a Conferência de Paz de Haia (1899) – estavam longe de serem nações pacíficas. Os países estavam preparando-se para a guerra, armando-se e estabelecendo alianças. A guerra parecia “[...] tão inevitável que alguns governos decidiam que a melhor coisa a fazer seria escolher o momento propício, ou menos desfavorável, para iniciar as hostilidades” (HOBSBAWM, 2014, p. 476). O momento veio no final de 1914, com o assassinato de um arquiduque austríaco. O fato não era tão relevante, mas o cenário da guerra estava armado, e as rivalidades entraram em cena. Há pelo menos um século o mundo não assistia uma guerra dessas proporções, que envolveu todos os estados europeus com exceção da Espanha, Países Baixos, Escandinávia e Suíça. A guerra foi alimentada pelos nacionalismos que faziam mobilizações de opinião pública através da imprensa. Se colocava, de um lado, o “[...] barbarismo russo contra a cultura alemã; a democracia francesa e britânica contra o absolutismo alemão” (HOBSBAWM, 1995, p. 37). A guerra arrasou tanto vencidos quanto vencedores, graves problemas sociais e econômicos não pouparam nenhum dos lados. Findado o conflito, foi momento de reuniões e o estabelecimento de acordos de paz. A paz foi determinada pelos vencedores, era uma paz punitiva. Um exemplo dessa paz punitiva foi o Tratado de Versalhes assinado em 1919, no qual existia uma cláusula de culpa que foi destinada à Alemanha. Dentre as punições estava a devolução do território de Alsácia-Lorena para a França. É interessante lembrar que Bloch e Febvre atuaram como professores na Universidade de Estrasburgo que ficava neste território, questão que vamos explorar mais adiante.

A Primeira Guerra provocou alterações profundas no cenário físico e mental europeu, os países envolvidos no conflito sofreram por muito tempo as “feridas de guerra”. A adoção do termo “novo”, o novo em contraposição ao velho e a negação do velho, pode ser entendida como sendo um fenômeno consequente da guerra: “Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos [...], ou pelo menos de seus membros centro-europeus se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado” (HOBSBAWM, 1995, p. 30). Ocorreu um rompimento com o passado, visto como indesejado, e os olhares voltaram-se para o presente. No livro *Regimes de historicidade*, Hartog compreende que no século XX o futurismo aliou-se ao presentismo. Parecia que no começo, o século tinha sido mais futurista e, depois da guerra, tornou-se mais presentista. A guerra abalou a percepção futurista, aquela sobre o progresso e desenvolvimento, mas não a destruiu. Segundo o autor, no pós-guerra entramos na supremacia do presente. E essa supremacia teria gerado uma desvalorização do passado. “O presente ergueu-se sobre o passado, em nome da vida e da arte” (HARTOG, 2014, p. 144). Para salvar a história de um colapso, o que provavelmente ocorreria no pós-guerra, os historiadores precisavam mostrar que o passado não era sinônimo de morte e estabelecer relações entre o passado e o presente. Além disso, era necessário apresentar uma “nova história”, uma história que respondesse os anseios do presente: “A insistência dos primeiros *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre sobre a essencial preocupação do presente assumia também seu sentido em relação a esse contexto intelectual” (HARTOG, 2014, p.145).

O momento de surgimento dos *Annales* é explorado por Dosse em outra obra, *A história em migalhas*. Nesse livro, o autor levanta questões interessantes sobre o cenário intelectual do período. Os traumas gerados pela Grande Guerra podiam ser notados nas primeiras edições da revista *Annales*. A negação da história política, nacionalista e acontecimental, isto é, da história que lembrava a guerra, era um sinal desses traumas. Outra característica é a supremacia da história econômica e quase abandono da história política. A economia estava sendo o centro das preocupações durante o pós-guerra. Nas décadas seguintes ao conflito todos os países envolvidos sofreram, de uma maneira ou de outra, com problemas econômicos. Os países europeus, principalmente os perdedores, sofreram com dívidas internacionais, reorganização da indústria, desemprego e sobretudo com tensões geradas pela exploração sofrida pelos operários. Os Estados Unidos que, num primeiro momento, tinham surgido como potência mundial, em menos de uma década davam sinais de uma crise de superprodução. Se observarmos atentamente o próprio título da revista, *Annales d'histoire économique et sociale*, percebemos que ele é sugestivo, tendo sido lançada no ano da grande crise econômica. Para Dosse os anos de 1920 haviam sido invadidos por questões econômicas e sociais e a revista respondia a estas

questões. A ênfase que antes era dada à história política voltava-se para os aspectos econômicos. A história política produzia no imaginário uma rememoração da guerra e as discussões econômicas e sociais representavam os anseios do período (DOSSE, 2003, p. 34-37).

Em resumo, existia uma sensação de crise na Europa na primeira metade do século XX, provocada pelas transformações científicas, pela guerra e pelos problemas econômicos. Essa sensação perturbava o meio intelectual, que buscava saídas utilizando o discurso do “novo”: o “espírito dos anos 30” era um espírito de renovação. Muitas novas revistas foram lançadas nestes anos: “*Plans*, dirigida por Philippe Lamour; *Esprit*, de Emmanuel Mounier; ou ainda *Combat*, *L’Ordre nouveau*, de Raymond Aron e Arnauld Dantieu, que publicaram juntos em 1931 *La Décadence de la nation française e Le cancer américain* (DOSSE, 2003, p. 37-38). Portanto, a revista *Annales* não foi a única que se serviu deste momento entendido como oportuno para seu lançamento; aproveitou, assim como as demais, o espírito de renovação do pós-guerra.

## 2.2 Diálogos intelectuais interdisciplinares na formação dos *Annales*

Bloch e Febvre nasceram em famílias de universitários. O pai de Febvre era professor na Faculdade de Letras em Nancy, lugar onde o historiador nasceu. Bloch estudou na *École Normale* e Sorbonne. O pai de Marc Bloch, Gustave Bloch foi um historiador reconhecido, lecionava história antiga, trabalhou na Faculdade de Letras da Universidade de Lyon, onde ministrou aulas sobre Antiguidade Clássica, e também obteve uma cátedra na Sorbonne, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1919. Sua tese de doutorado foi sobre a origem do senado romano, escreveu vários artigos e elaborou, em 1900, um dos volumes da coleção de Lavis sobre a *História da França* (FINK, 2004, p. 20-27). Tanto Febvre quanto Bloch estudaram na *École Normale Supérieure*. Febvre ingressou em 1897 e Bloch em 1904, ano que a instituição foi integrada à Universidade de Paris. A *École Normale* possuía um corpo de professores altamente qualificado. Febvre foi aluno do geógrafo Paul Vidal de la Blache (1845-1918), do filósofo e antropólogo Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), do historiador da arte Émile Mâle (1862-1954) e do linguista Antoine Meillet (1866-1936). Bloch também foi aluno de Meillet e Lévy-Bruhl, mas sua principal influência foi o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), que se tornou professor da *École* nesse período (BURKE, 1991, p. 23-26). Febvre apresentou uma tese intitulada *Philippe II et la France-Comté*, um estudo sobre a região *France-Comté* que trazia contribuições socioculturais e políticas. Sua admiração e compromisso com a geografia são notadas na introdução do estudo, na qual faz uma detalhada descrição sobre a região (BURKE,

1991, p. 24). E Bloch doutorou-se com uma tese sobre o desaparecimento da servidão em algumas regiões da França nos séculos XII e XIII. Estes primeiros trabalhos já trazem evidências de uma análise que leva em conta aspectos sociais, econômicos e legais. Além disso, Bloch utilizou o método comparativo, indicado por Durkheim e seguidores (FINK, 2004, p.50-51).

O geógrafo Paul Vidal de La Blache foi influência visível para os fundadores dos *Annales* no que se refere aos diálogos interdisciplinares, na valorização das relações do homem com o meio e na busca por uma ciência comparativa e descritiva. La Blache dialogava com historiadores e sociólogos e fundou, em 1891, uma revista, *Annales de Géographie*, a fim de realizar essas aproximações disciplinares. Fazia trabalhos na área da geografia humana analisando as relações do homem com o meio, algumas “[...] noções que caracterizavam a geografia vidaliana [...] (eram) o ‘meio’, o ‘modo de vida’, o ‘quotidiano’” (DOSSE, 2003, p. 49). Em suas relações com a natureza, “O homem humaniza a natureza ao mesmo tempo em que se dá a naturalização do homem” (DOSSE, 2003, p. 50). Estas noções de La Blache se contrapunham às ideias de outro geógrafo que foi seu mestre, o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), segundo o qual o meio físico exercia maior influência sobre o homem, beirando um determinismo geográfico (BURKE, 1991, p.25). La Blache se inspirava na tradição geográfica de Alexander von Humboldt (1769-1859) (FINK, 2004, p. 43). A geografia francesa dos anos de 1880 já fazia, de certa forma, uma crítica à historiografia francesa que se voltava mais aos acontecimentos políticos e pouco contribuía na compreensão da realidade contemporânea. A geografia vidaliana pretendia compreender o mundo contemporâneo, por isso, para ela, era necessário observar o presente e identificar as permanências nessa paisagem. Essa geografia, para La Blache, era uma ciência do concreto, e deveria localizar, comparar e descrever aquilo que era observável. A observação e a descrição são, na interpretação do autor, operações fundamentais da geografia: “A Geografia distingue-se como ciência essencialmente descritiva. Não seguramente que renuncie à explicação: o estudo das relações dos fenômenos [...]. Mas esse objeto mesmo a obriga mais que em outra ciência, a seguir minuciosamente o método descritivo” (LA BLACHE, 1913). A observação deveria encontrar na superfície, onde se manifestam os fenômenos, formas que obedeçam uma ação em conjunto e regularidades. A grande preocupação com a observação, comparação e descrição, além do estabelecimento das relações do homem com a natureza, são elementos que podem ser localizados na escrita dos *Annales* (DOSSE, 2003, p. 49-51).

A geografia de modo geral chamava a atenção de nossos historiadores. Os geógrafos tinham uma revista desde 1891, a *Annales de géographie*, conforme citado anteriormente, e as

revistas regionais de geografia se multiplicaram em 1920 e 1930 (DOSSE, 2003, p.52). Além dessas publicações, em 1923 foi criado o Instituto de Geografia e realizou-se um Congresso Internacional de Geografia em Paris em 1931. Uma das explicações para tanto destaque e sucesso da disciplina, é que ela respondia às questões do presente, o que não se observava na pesquisa em história da época. La Blache dizia que “A Geografia é solicitada para as realidades” (LA BLACHE, 1913). No livro *Combates pela história*, formado a partir de uma coletânea de artigos, Febvre relata esta preocupação e afirmava que, enquanto “Nascia uma geografia humana; (que) atraía a atenção dos jovens depressa conquistados por estudos reais e concretos [...]” (FEBVRE, 1989, p, 17), a história permanecia atrelada à ideia pouco motivadora de ser feita com textos.

A geografia foi uma das principais disciplinas, ao lado da sociologia e da economia, a manter relações interdisciplinares com a história dos *Annales*. A revista *Annales* sempre reservava várias seções para a geografia. O ponto alto que demonstra o diálogo dos “annalistas” com a geografia foi a publicação, em 1922, de uma obra de Lucien Febvre, intitulada *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*. Febvre mostrou nesta obra ter domínio sobre a literatura geográfica e propôs aproximações com a geografia vidaliana e com alguns conceitos de Durkheim (ROCHA, 2010, p. 81).

Outra importante referência intelectual dos primeiros “annalistas” foi o sociólogo Émile Durkheim. Bloch, em *Apologia da história*, afirmou que os seus estudos devem muito a ele: “Ele nos ensinou a analisar mais profundamente, a cerrar mais de perto os problemas, a pensar, ousaria dizer, menos barato” (BLOCH, 2001, p. 48). Durkheim foi o criador do primeiro curso de sociologia em 1887 na Faculdade de Bordéus, e rapidamente alcançou uma posição de destaque dentro da disciplina (DOSSE, 2003, p.41). Na obra *Les règles de la méthode de sociologique*, lançada em 1895, o sociólogo defendeu o caráter científico da sua disciplina, afirmando que seu objeto era observável. Para o autor, o objeto da sociologia são os fatos sociais, que são dados concretos, que podem ser analisados, descritos e comparados, e se sobrepõem ao individual nas representações coletivas. Este pesquisador escreveu também *De La division du travail social* (1893), *Le suicide* (1897) e *Représentations individuelles et représentations collectives* (1898). Contudo, o conceito chamado de “representações coletivas”, usado por Durkheim, foi o que mais impactou o trabalho de Bloch e Febvre, principalmente de Bloch, que parece ter sido mais influenciado pela sociologia do que pela geografia, ao contrário do colega Febvre, que tinha maior compromisso com a geografia (BURKE, 1991, p. 27). Resumidamente, representações coletivas “[...] não podem ser simplesmente reduzidas aos indivíduos. Sendo fruto da interação e dos laços sociais que os homens estabelecem entre si,

elas os ultrapassam, adquirindo realidade e autonomia próprias. Aqui, as representações alcançam o terreno das práticas sociais, [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 71). Fenômenos religiosos são um bom exemplo de “representações coletivas”, pois são fenômenos mentais compartilhados que se externalizam como uma prática social. Bloch utilizou, na obra *Os reis taumaturgos*, um conceito estritamente próximo ao das “representações coletivas”, que ele chama de “consciência coletiva”:

Para todo fenômeno religioso, há dois tipos de explicação tradicional. Um, que podemos chamar de voltairiano, prefere ver no fato estudado a obra consciente de um pensamento individual [...] o Outro, ao contrário, procura ali expressão de forças sociais, profundas e obscuras; [...] Essas duas formas de interpretação são contraditórias apenas na aparência. Para que uma instituição destinada a atender a fins precisos indicados por uma vontade individual possa impor-se a todo um povo, é necessário ainda que ela seja sustentada pelas tendências profundas da consciência coletiva. (BLOCH, 1993, p. 87)

Durkheim e seus seguidores impuseram, por meio de críticas, alguns desafios à ciência histórica. O principal veículo de circulação das ideias de Durkheim era uma revista fundada por ele em 1896 chamada *L'Année sociologique*. As críticas do sociólogo eram contra a chamada “história positivista”. Para ele os historiadores acumulavam fatos sem propósito. A história serviria, dentro da perspectiva durkheimiana, como uma disciplina auxiliar da sociologia. A história estabeleceria a cronologia, levantaria dados individuais que seriam sintetizados e analisados pela sociologia. A sociologia seria a disciplina fundamental das ciências humanas. De acordo com Dosse (2003, p. 41), o diálogo e as trocas disciplinares propostas pela sociologia de Durkheim pode ser vista como uma estratégia de unificar as ciências humanas sob o comando da sociologia. Essa tentativa de dominação da sociologia sobre a história é denunciada por Febvre:

Os sociólogos, por seu lado, no entusiasmo das suas primeiras conquistas, atacavam com júbilo uma disciplina tão mal defendida (história). Os defensores da escola durkheimiana não espalhavam a história aos quatro ventos. Apoderavam-se dela como senhores. Tudo o que, no domínio das ciências históricas, lhes pareciam suscetível de análise racional pertencia-lhes. (FEBVRE, 1989, p. 244)

A sociologia também fazia críticas à geografia, acusando-a de determinista. Essas ponderações tanto à história quanto à geografia talvez estejam vinculadas ao fato, como já comentado, da sociologia não possuir assentos universitários garantidos. Entretanto, a geografia não foi abalada pelos julgamentos da sociologia, porque tinha se constituído sobre as bases sólidas da tradição vidaliana. Em 1934, nos Anais Sociológicos, os durkheimianos, ao tratarem da geografia, afirmaram: “Não tivemos a coragem de quebrar as articulações duma ciência provisoriamente melhor constituída que a das partes da sociologia que nós empreendíamos edificar” (FEBVRE, 1989, p. 244-245). Febvre, diante desta questão, se lamenta dizendo que



“Se a história tivesse sido, também ela, uma ‘ciência provisoriamente melhor constituída’ (como a geografia), talvez ...” (1989, p. 244-245) as críticas dos sociólogos não teriam a afetado tanto. Dessa forma a “história historicizante”, como era chamada pelos sociólogos, ao contrário da geografia, precisou lidar com essas críticas e oferecer respostas a elas. Mesmo com os ataques à história e à geografia, a sociologia ficou à margem das instituições universitárias, se isolou na *École Pratique des Hautes Études*, e criou o Instituto Francês de Sociologia em 1924. Esse instituto possuía 40 membros, e muitos participaram da fundação de *L’Année sociologique*, revista de maior circulação do pensamento sociológico francês no período.

Possivelmente, o maior desafio veio de um impactante artigo de François Simiand (1873-1935) chamado *Método histórico e ciências sociais* (1903) publicado na revista de Henri Berr, a *Revue de synthèse historique*. Este artigo foi uma verdadeira declaração de guerra, dentro da ofensiva da sociologia sobre a história. As críticas dirigiam-se aos historiadores, embora elas partissem, quase que exclusivamente, da análise que Simiand fez do texto de Charles Seignobos de 1901, *Méthode historique appliquée aux sciences sociales*. Isso porque neste texto, Seignobos apontou que a sociologia não ocupava o primeiro lugar entre as ciências sociais. Esclareceu que não considerava a sociologia um ramo da história, e negou que a ciência fundamental das ciências humanas era a sociologia. Além de explicar a importância do método histórico para as ciências sociais, um método indispensável segundo ele.

Simiand, em alguns trechos de seu artigo, chegou a questionar o caráter científico da história. Logo no início do artigo afirmou que o método histórico é indireto, e que o conhecimento histórico só conseguia ser obtido através de um outro espírito humano. Bloch no livro *Apologia da história*, discutiu esta questão discordando das conclusões Simiand. Para Bloch existem algumas realidades históricas “[...] que nós próprios captamos e que captamos e exploramos por um esforço de inteligência estritamente pessoal [Nenhum outro cérebro humano precisa ser convocado para isso, como intermediário] [...]” (BLOCH, 2001, p. 72). Comentaremos mais adiante, no terceiro capítulo, sobre conhecimento direto ou indireto da ciência histórica.

Simiand questionou a possibilidade da história produzir um conhecimento positivo e convidou os historiadores a abrir mão do individual para se ater ao social. Simiand explicou que enquanto a história lidava com o singular a sociologia podia perceber os processos econômicos e sociais mais lentos, e isso lhe possibilitaria o estabelecimento de leis (DOSSE, 2003, p. 46). Ele argumentava que a história não consegue estudar fenômenos constantes ou permanências como a sociologia, porque ela é conhecimento sobre particulares: “Só existe relação causal, como já mencionamos antes, quando existe uma regularidade de relação, quando

há uma reaparição idêntica da relação constatada: o caso único não tem sentido, não é cientificamente explicável” (SIMIAND, 2003, p. 187). O autor negava que a história (aquela apresentada por Seignobos, feita com documentos e a partir de uma crítica rigorosa desses documentos) possuía a competência de interligar e correlacionar fenômenos, percebendo suas interdependências. A sociologia, pelo contrário, segundo Simiand, conseguia compreender os fenômenos sociais, integrando-os num todo, muito semelhante às ciências biológicas que compreendiam os fenômenos numa interdependência orgânica (2003, p. 186). O texto provoca uma sensação de desconfiança em relação à capacidade da história representar o passado: “Que garantias temos para aceitar a representação do passado construída pela história?” (SIMIAND, 2003, p. 182). O autor asseverou que os historiadores fazem uma maior ou menor reflexão, uma menor ou maior crítica, ou seja, a história deve ser entendida como conhecimento “mais ou menos” científico. Atacou, por fim, o que ele chamou de três ídolos dos historiadores: o político, o individual e o cronológico. Simiand argumentou que a história atribuía importância exagerada aos temas políticos; que era uma história dos indivíduos e não de fenômenos sociais e por fim que seus historiadores a escreviam como um desenrolar cronológico e mecânico. Com essas críticas, intencionalmente, Simiand atacou os “líderes das tribos: Lavisse e Seignobos” (BURKE, 1991, p. 20).

O argumento de Simiand de que a “historiografia tradicional” reduzia-se a assuntos políticos foi utilizado também mais tarde por Febvre, arma que lhe foi útil nos “combates pela história.” Embora este argumento não sirva mais, ainda é possível encontrá-lo, com alguma variação, em artigos de tipo introdutório na historiografia. No livro *A escola dos Annales*, Burke afirma que apesar de existir, no século XIX, um grande número de historiadores dedicados à história política, havia também significativas vozes discordantes, como Jules Michelet (1798-1874), Jacob Burckhardt (1818-1897) além de Fustel de Coulanges (1830-1989). Burckhardt dedicou-se à cultura do renascimento. Sua obra de destaque, chamada *Die kultur der renaissance in Italien* (A Cultura do Renascimento na Itália), foi publicada em 1860 (FERNANDES, 2015 p. 159-179). Michelet escrevia uma história dentro da perspectiva que hoje se chama subalternidade (BURKE, 1991, p. 19). E Fustel de Coulanges se mostrava mais interessado na história da religião, família e moralidade do que em história política. Sua obra principal foi *A cidade antiga* de 1864. Também é no século XIX que Marx afirma que as causas da mudança histórica são encontradas nas estruturas socioeconômicas de uma sociedade. Outro autor criticado por Simiand, Henri Hauser, já fazia, no final do século XIX, o que poderíamos chamar de história econômica (BURKE, 1991, p. 19). Os argumentos de Simiand expostos no

artigo *Método histórico e ciências sociais* serão retomados por Bloch e Febvre, e ele ganhará fama principalmente por esta lembrança (DOSSE, 2003, p. 48).

Dessa forma entendemos que Simiand, quando fala dos ídolos dos historiadores, não considerou a diversidade de histórias nem de historiadores. E que essas generalizações provavelmente serviram a um propósito: depreciar a história enquanto ramo do conhecimento, para enaltecer a sociologia.

Em 1919, Bloch e Febvre foram nomeados professores da Universidade de Estrasburgo que ficava na região da Alsácia – local que voltou a pertencer a França neste período – para ministrar aulas nas disciplinas de história moderna e medieval. Essa universidade havia sido fundada por protestantes em 1621, fechada em 1793 e restabelecida em 1808 por Napoleão. A região, que era fronteira, esteve sob controle da Alemanha de 1871 a 1919, e de 1940 a 1944. No ano de 1920 retornou ao domínio francês, após a Primeira Guerra. Estrasburgo era uma espécie de símbolo da vitória francesa sobre os alemães. Quando a universidade esteve sob controle da Alemanha, sua biblioteca, que também era municipal, contava com mais de meio milhão de exemplares. Estrasburgo tinha a maior biblioteca do mundo até a Primeira Guerra, quando seu número foi superado por Harvard. A região tinha características peculiares, era uma espécie de síntese cultural, diferentes línguas, religiões e posições políticas circulavam num mesmo local, muito embora isso não significasse uma situação harmoniosa, pois as feridas de guerra ainda estavam expostas. Os professores alsacianos permaneceram nos seus cargos, mas os alemães foram destituídos quando a universidade retornou ao domínio francês. Os professores franceses que assumiram a partir de 1919 precisaram lidar, nos primeiros tempos, com a ausência de livros de importantes autores franceses, como, por exemplo, Fustel de Coulanges, historiador que foi um ídolo para o pai de Bloch por escrever um estudo pioneiro de história comparada sobre as sociedades grega e romana (FINK, 2004, p. 88-90). A língua alemã foi proibida e seus dialetos foram ignorados; foram oferecidos aos estudantes muitos cursos e incentivos para aprimorar o francês, muitos professores inclusive organizaram cursos públicos para buscar uma maior integração com a comunidade local (FINK, 2004, p. 103-104).

O ambiente em Estrasburgo era de interdisciplinaridade, havia a presença de professores de variadas áreas e parecia haver uma disposição para o novo. Alguns intelectuais de outras áreas, colegas de Bloch e Febvre na Universidade foram colaboradores posteriores dos *Annales*: o geógrafo Henri Baulig (1877-1962), os sociólogos Maurice Halbwachs (1877-1945) e Gabriel Le Bras (1891-1970), o psicólogo social Charles Blondel (1876-1939), os historiadores André Piganiol (1883-1968), Charles Edmond Perrin (1887-1974) e Georges Lefebvre (1874-1959).

Os historiadores se reuniam com estes colegas aos sábados para discutir temas variados, que na maioria das vezes “[...] giravam em torno filosofia, orientalismo, história das religiões e história social” (DOSSE, 2003, p. 73).

Durante o período em Estrasburgo os historiadores conheceram outras figuras intelectuais importantes que contribuiriam de alguma maneira para sua formação. Dentre esses intelectuais estava o historiador belga Henri Pirenne (1862-1935), que ministrou dois cursos e uma conferência na Faculdade de Letras em Estrasburgo. Nessas oportunidades, Pirenne debateu sobre sua pesquisa em construção sobre história econômica (FINK, 2004, p. 94). O historiador belga atacava a “história historicizante” desde 1898. Em seu livro *Histoire de la Belgique* demonstrava sua inclinação para uma história econômica e social. Bloch faz referência aos conselhos do mestre Pirenne, sinalizando a validade destes no que se refere à relevância do presente para os estudos históricos: “[...] o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá, como dizia Pirenne, título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador” (BLOCH, 2001, p.66). Pirenne também foi convidado pelos historiadores para ser o diretor da *Annales*, cargo que recusou. Apesar disso, Bloch e Febvre sempre permaneceram em contato com Pirenne através dos Congressos Internacionais (DOSSE, 2003, p. 79).

Bloch e Febvre ainda tiveram outra referência decisiva, Henri Berr (1873-1954). Berr admirava a Universidade de Estrasburgo, lhe teceu elogios fazendo referência à equipe de professores, aos centros de estudos e ao “espírito de síntese” que a universidade possuía. Ali os professores escreviam obras e ministravam cursos em conjunto (FINK, 2004 p. 95). Berr não era historiador de formação, tinha estudado literatura e se interessava por temas filosóficos. Contudo considerava que a história era uma das ciências que tinha maior propensão e capacidade de realizar sínteses. Para Berr era necessário realizar uma síntese de todos os esforços científicos e a história seria o instrumento desta realização. A história em sua perspectiva deveria ser universal e levar em consideração todos os aspectos econômicos, sociais, além das mentalidades. A história precisava elaborar uma síntese de caráter científico sobre a realidade. Muito antes dos *Annales*, em 1900, Henri Berr lançou uma revista, a *Revue de synthèse historique*, na qual fazia uma crítica dura à “história historicizante”. Lucien Febvre lança um primeiro artigo nesta revista em 1905 e logo se torna um dos seus mais produtivos colaboradores. Mesmo sendo bem jovem publicou na revista cerca de 280 artigos, na maioria resenhas (ROCHA, 2010, p.77-78). Henri Berr lançou sua proposta de história científica e universal com a criação do Centro Internacional de Síntese em 1925, que foi dirigido mais tarde por Febvre. Este autor influenciou muito os jovens historiadores, principalmente na importância

atribuída a história-problema e na ambição por uma história total (DOSSE, 2003, p.69). Para Iggers (2012, p. 88) as discussões em torno dos métodos da história começaram em 1900 com a revista de Henri Berr, que faz parte do momento chamado de pré-história dos *Annales*.

Febvre e Bloch lecionaram em Estrasburgo durante toda a década de 1920. Seus gabinetes, de história moderna e medieval ficavam um de frente para o outro e de portas sempre abertas. Os dois historiadores, durante os treze anos que permaneceram nesta Universidade, estreitaram seus laços intelectuais e de amizade. Os encontros e conversas eram diários (BURKE, 1991, p. 27). Quanto às suas personalidades Dosse (2003, p. 74) afirma que Bloch se sentia mais à vontade na escrita, enquanto Febvre na oratória. Bloch era mais reservado e hesitante, enquanto Febvre era um perspicaz orador que tocava seus ouvintes e possuía grande talento pedagógico.

### **2.3 *Annales* e sua institucionalização**

Depois da Grande Guerra Febvre pensou em criar uma revista internacional sobre história econômica, entretanto o projeto enfrentou dificuldades e não foi concretizado (BURKE, 1991, p.32). Anos mais tarde, Bloch teve essa iniciativa, porém sua intenção não era fazer uma revista internacional, mas sim nacional e que pudesse comportar todas as ciências humanas. Bloch e Febvre trabalharam juntos no projeto da revista francesa e assumiram sua direção diante da recusa de Pirenne. O primeiro número saiu em 15 de janeiro de 1929 com o título de *Annales d'histoire économique et sociale*. Em suas primeiras edições os autores se dedicaram mais à história econômica. A formação do grupo de colaboradores pode revelar a intenção na realização de um projeto interdisciplinar: o geógrafo Albert Demangeon (1872-1940), o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945), o economista Charles Rist (1874-1955) e o cientista político, discípulo de Vidal, chamado André Siegfried (1875-1959) (BURKE, 1991, p. 33). Aos poucos a revista *Annales* tornou-se um instrumento de artilharia poderoso contra a chamada “história tradicional”. A revista foi lançada como a porta-voz de uma nova história. Os principais ataques à historiografia instituída vinham de Febvre e foram feitos sobretudo entre 1930 e 1940 (BURKE, 1991, p.38).

No decorrer dos anos 30, Febvre e Bloch deixaram Estrasburgo e assumiram outros cargos em outras Universidades. Em 1933, Febvre assumiu uma cátedra no *Collège de France* e em 1936 Bloch encarregou-se da disciplina de história econômica na Sorbonne. As mudanças de cargos e de Universidades são sinais visíveis do sucesso da *Annales*. Foi se formando, em torno da revista, um grupo de colaboradores cujo objetivo comum era o combate à “história

tradicional”: “[...] aquilo que mantém juntos sociólogos, geógrafos, psicólogos e historiadores dos *Annales*, aquilo que fundamenta sua unidade, é a rejeição comum ao historicismo” (DOSSE, 2003, p. 83). A institucionalização da revista *Annales*, sua repercussão e a visibilidade de seus colaboradores vai se constituindo através de uma relação de forças e do seu enfrentamento com a Escola Metódica Francesa e Historicismo Alemão, ambos movimentos chamados de tracionais e positivistas. Convém esclarecer que os dois diretores eram reconhecidos no âmbito acadêmico antes do lançamento da revista. Não só participavam ativamente da *Revue de synthèse* como também haviam publicado obras de repercussão nacional. Marc Bloch publicou *Les rois thaumaturges* em 1924, obra que teve sucesso imediato, e Febvre já tinha publicado dois livros, a tese *Philippe II et la Franche-Comté*, em 1911, e *Martin Luther*, em 1928, que também já eram reconhecidas e indicadas pelos demais historiadores (DOSSE, 2003, p. 74).

Desde seu lançamento a revista não parou mais de publicar novas edições. Com início da Segunda Guerra o ritmo de produção diminuiu um pouco. Uma das razões era a dificuldade de Bloch continuar a colaborar com a revista, por ser judeu e ser obrigado a se esquivar das autoridades nazistas que ocupavam a França neste período. A fiscalização e censura dos artigos também se tornaram constantes. Bloch, que já havia lutado na Primeira Guerra, com 53 anos entrou para a resistência francesa à ocupação nazista e à República de Vichy e tornou-se membro do comitê diretor da resistência. Na primavera de 1944, a Gestapo prendeu vários membros do comitê. Nesta ocasião, Bloch foi preso, torturado e morto (DOSSE, 2001, p. 93-94). Mesmo participando da resistência, Bloch conseguiu escrever dois pequenos livros que seriam publicados postumamente: *L'Étrange défaite*, obra que testemunhava a derrota francesa frente à ocupação alemã de 1939, e que ao mesmo tempo tentava compreender esta derrota; e um ensaio sobre o ofício do historiador, que será analisado mais adiante, no terceiro capítulo.

Enquanto Bloch participava da resistência, Febvre continuava a editar a revista, primeiramente com o nome de ambos, depois somente com o seu, devido à política antissemita (BURKE, 1991, p. 38-39). Diante desta continuidade e sucesso, Febvre recebeu a missão do ministro da educação para dirigir a elaboração de uma Enciclopédia Francesa, entre 1932-34, coordenando 600 colaboradores e 200 universitários (DOSSE, 2003, p. 75). Terminada a guerra, Febvre também teve a chance de auxiliar na reorganização de uma das instituições mais prestigiosas do sistema francês de educação superior, a *École Pratique des Hautes Études* que havia sido fundada em 1884 (BURKE, 1991, p. 42). Essas funções públicas que foram exercidas por Febvre demonstram como ele (ao lado dos colaboradores), no comando da *Annales*, conseguiu, aos poucos, tornar a proposta da revista uma referência para o ensino e produção de

história na França. O movimento historiográfico criado em torno dos *Annales* normalmente é dividido em três fases: uma entre 1920 e 1945, com Bloch e Febvre, outra é inaugurada pós Segunda Guerra com Fernand Braudel e a última fase teria iniciado por volta de 1968 e foi caracterizada pela fragmentação (BURKE, 1991, p. 12).

Para além destas informações que corroboram com nossas intenções de análise, queremos entender como que, simbolicamente, os *Annales* conseguem obter este sucesso, desbancando, com o tempo, a Escola Metódica. Dito de outra maneira, que estratégias são utilizadas no âmbito do discurso para obter tal reconhecimento? Para responder a esta questão utilizaremos alguns conceitos já conhecidos no campo da história da historiografia. Um destes conceitos é o de “mito historiográfico”. Como já destacado, a institucionalização dos *Annales* se deu por meio da oposição entre história tradicional *versus* história nova, história política *versus* história econômico-social. Todavia, quem construiu tal oposição? Podemos afirmar que foram os membros da revista, que em sua primeira fase eram dirigidos por Bloch e Febvre. Os diretores eram os que “comandavam a cruzada” contra a “história tradicional”. Suas armas eram artigos, palestras, resenhas e aulas, e seu principal instrumento de artilharia era a própria revista. No enfrentamento dos *Annales* à Escola Metódica, foi se constituindo um perfil desta escola. Muitas características inscritas neste perfil fazem parte de um “mito historiográfico” que pode ser definido como: “[...] uma crença, ou articulação de várias crenças, coletivamente construída(s) e a partir de então associada(s) à obra e à trajetória de um historiador ou grupo de historiadores” (MATA, 2015, p.188). O campo de atuação do “mito historiográfico” é, sobretudo, o da oralidade acadêmica. E como todo mito suas afirmações não se sustentam no real, mas na vontade de que aquilo que está sendo afirmado venha fazer parte do real.

Não é outro o caso da assim chamada ‘historiografia positivista’ do século XIX. Um mito tão mais resistente na medida em que se baseia numa caracterização heteróclita, cujo sentido último é o de construir o avesso de outro mito e, assim legitimá-lo: o da “revolução” dos *Annales*. “Positivista” seria aquela historiografia empirista, centrada apenas no âmbito político e do estado nacional, no uso de documentos oficiais, cultora de grandes homens, inteiramente alheia à reflexão teórica e às “ideias”. Quando se atribuiu ao famoso manual de Langlois e Seignobos a condição de *summa* desta historiografia positivista, o alvo é bem claro. São aqueles a quem Febvre chamou os ‘derrotados de 1870’. Ou seja, o grupo da *Revue Historique*, e, por extensão, a historiografia acadêmica alemã, historicista, que lhe servira de modelo. (MATA, 2015, p.188)

E por que este mito se torna digno de crédito, sendo transmitido e legitimado? Porque, de acordo com Certeau, dependendo do “lugar social e institucional” que o historiador, ou o grupo de historiadores ocupa, seu discurso, que é performativo, mesmo sendo falso, é entendido como verdadeiro por ser um ato de autoridade: “ato de palavra como ato de autoridade” (2000,

p.103). O discurso utilizado por Febvre ilustra bem esta questão. Primeiro podemos comentar acerca do título de sua coletânea de artigos: “Combates pela história”. Foi necessário travar um combate contra aqueles que ocupavam a academia, caricaturando a historiografia produzida por eles.

[...] a história dos vencidos de 1870, as suas prudências vacilantes, as renúncias a qualquer forma de síntese, o culto laborioso, mas intelectualmente preguiçoso, do “fato” e esse gosto quase que exclusivo pela história diplomática [...] daí que eu tenha reagido instintivamente e quase sem apoio no campo dos historiadores [...]. Portanto, sozinho na arena, fiz o melhor que pude. (FEBVRE, 1989, p. 9)

A identidade dos *Annales* vai se formando a partir da oposição entre a geração de Bloch e Febvre e a geração anterior de historiadores, como Lavissee, Seignobos e Langlois (DOSSE, 2003, p. 38). Antes do lançamento da *Annales*, a revista de Berr, *Revue de synthèse*, já fazia críticas à “história tradicional”, propondo uma história universal que englobasse aspectos econômicos, sociais e mentais. Dosse (2000, p. 70) questiona: se já existia uma revista com uma proposta semelhante a que Bloch e Febvre lançariam, e eles participavam ativamente nas publicações, por que lançar outra? A resposta é que Berr não se preocupava, ao que tudo indica, em criar seguidores ou formar uma escola em torno da sua revista, não lançou mão de nenhuma estratégia institucional para ocupar cátedras universitárias, diferentemente dos “annalistas”. As estratégias que, como mencionamos, se dão, sobretudo, na oralidade acadêmica, utilizadas por Bloch e Febvre, consolidaram seu programa. As regras estabelecidas para os artigos e seus autores, vão tornando-se as regras da pesquisa científica em história. Essa é a importância da criação de uma instituição social de estudos (sociedade de estudos) que transmite constantemente sua linguagem científica através de revistas e boletins: “A intuição não dá apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina” (CERTEAU, 2000, p. 70).

No mito fundador dos *Annales* está a ideia de marginalidade e antidogmatismo (DOSSE, 2003, p. 71). Mas analisando a trajetória de Bloch e Febvre, podemos constatar que não estavam situados à margem da academia. Lecionaram em Estrasburgo, universidade bem reconhecida, contudo tinham objetivos maiores, queriam ocupar cargos institucionais ainda mais centrais. Intencionavam assumir cátedras no *Collège de France*, que era a universidade de pesquisa mais reconhecida e almejada da França. Febvre conseguiu ser nomeado em 1932 depois de duas tentativas frustradas, mas Bloch não entra no *College* apesar de ter se candidatado, também, por duas vezes. No fim do século XIX, as cátedras de história nas universidades haviam crescido 50%, enquanto que, entre 1919 e 1959, não foram ampliadas, enquanto as das outras disciplinas aumentavam. O acesso a cargos universitários, portanto, ficara restrito. Isso pode ser percebido



pela análise do corpo docente quanto à idade: enquanto em 1900 mais da metade tinha menos que 42 anos, em 1934 a média era de 62. Ou seja, caso Bloch e Febvre quisessem assumir esses cargos, precisavam lançar mão de alguns recursos, e a revista também serviu para este propósito (DOSSE, 2003, p. 53-54).

Somando-se ao “mito historiográfico”, ainda gostaríamos de refletir se o movimento inaugurado por Bloch e Febvre trouxe mudanças de caráter paradigmático. Este assunto será abordado em sequência e no último capítulo será retomado, quando formos questionar se dentro do rol de mudanças encontramos alterações na noção de verdade e, conseqüentemente, a utilização de uma teoria filosófica da verdade que os diferenciam dos historiadores da Escola Metódica.

#### **2.4 *Annales*: um novo paradigma historiográfico?**

Antes de iniciarmos o debate em torno dos *Annales* como novo paradigma para a história, é importante lembrar o que é paradigma. Paradigma é um conceito operacional que nos auxilia na compreensão da história da ciência. A maneira como atualmente entendemos este conceito deriva da definição criada pelo físico e historiador da ciência Thomas Kuhn (1922-1996), em uma obra chamada *A estrutura das revoluções científicas*, lançada em 1962. Neste livro, ele propõe uma nova maneira de fazer história da ciência. Para ele, a ciência não é “desenvolvimento pela acumulação de descobertas e invenções individuais” (KUHN, 1998, p.21), e as novas teorias devem ser compreendidas dentro do contexto no qual surgiram e atuam. As teorias obsoletas não são “acientíficas”, só não são mais compatíveis com a maneira de ver o mundo e praticar a ciência. A análise de Kuhn está mais voltada para as mudanças paradigmáticas no campo das ciências como a química e física, mas de alguma forma certas noções podem auxiliar na compreensão de paradigmas para as ciências humanas. Ele entende que a ciência passa por um período que chama de normal, no qual a comunidade científica possui bem definido seus fundamentos e as teorias vivem um processo de expansão e confirmação. Durante o período normal vão surgindo novos problemas que podem se tornar desafios para a teoria de então, normalmente as teorias resistem bem por um tempo, mas chega um momento em que as “anomalias” superam e desestruturam a teoria. É neste momento de crise que ocorrem as revoluções científicas e novos paradigmas são estabelecidos (KUHN, 1998).

Como em outras disciplinas na história é recorrente o embate entre saberes discordantes das correntes, escolas<sup>13</sup> ou paradigmas. Comumente os *Annales* são chamados de “Escola dos *Annales*”, mas esta classificação não é única, com frequência também encontramos a ideia de movimento historiográfico (BURKE, 1991). Para ser considerada uma “Escola Histórica”, algumas questões precisam ser observadas: deve existir uma linguagem padrão/comum entre aqueles que integram o grupo, ou algo significativo que fomente essa unidade “[...] o que pode se dar através do Método, de uma determinada perspectiva teórica, de uma determinada maneira de entender a História, ou do pertencimento a determinado paradigma historiográfico” (BARROS, 2011, p. 3). Barros (2011, p. 4) conclui que os *Annales* podem ser chamados de escola pois conseguiram estabelecer padrões mínimos comuns tanto de estratégias institucionais quanto de perspectiva teórica. Dentro da perspectiva teórica ele ressalta a interdisciplinaridade, a valorização de temas para além da história política e método de pesquisa histórica a partir de problemas como concepções compartilhadas. Além disso, este movimento teria deixado herdeiros que se esforçam em manter a noção de escola e de continuidade.

Como escola ou movimento, nosso interesse é questionar se os *Annales* estabeleceram um novo paradigma historiográfico. Resumidamente fazem parte de um paradigma:

[...] uma ontologia, que indique o tipo de coisa fundamental que constitui a realidade; princípios teóricos fundamentais, que especifiquem as leis gerais que regem o comportamento dessas coisas; princípios teóricos auxiliares, que estabeleçam sua conexão com os fenômenos e as ligações com as teorias de domínios conexos, regras metodológicas, padrões e valores que direcionem a articulação futura do paradigma; exemplos concretos de aplicação da teoria; etc. (CHIBENI, 1970)

Para discutir acerca de paradigmas em ciências humanas, precisamos levar em consideração as particularidades destas ciências. Para Barros (2011), os paradigmas na história, mesmo sendo concorrentes, tendem a coexistir. É difícil afirmar que um paradigma tenha superado os demais permanecendo hegemônico. Com as ciências humanas é “[...] muito mais comum identificarmos, ao longo de toda a sua história, o eterno padrão dos ‘paradigmas concorrentes’ que se dão ao mesmo tempo, em recíproca descontinuidade” (BARROS, 2011, p.7). Talvez o conceito “matriz disciplinar” seja mais adequado ao caso das ciências humanas.

---

<sup>13</sup> “Uma ‘Escola’ [...] pode ser entendida no sentido de uma “corrente de pensamento”, sempre que ocorre um padrão ou programa mínimo perceptível no trabalho de grupo formado por um número significativo de praticantes de determinada atividade ou de produtores de certo tipo de conhecimento, sendo ainda importante que haja uma certa intercomunicação entre estes praticantes, a constituição de uma identidade em comum, frequentemente também ocorrendo a consolidação de meios para a difusão das ideias do grupo, como é o caso de Revistas especializadas controladas por seus membros ou programas veiculados em mídias diversas” Cf. BARROS (2011, p.2).

Matriz disciplinar é um conjunto de imperativos compartilhados por uma comunidade científica que precisam ser cumpridos pelos praticantes da determinada disciplina. Ela possui elementos ordenadores que são exigidos por essa comunidade. Notamos que este conceito é mais alargado e talvez mais operacional. É possível que uma matriz disciplinar contenha mais que um paradigma. Ela seria composta de princípios básicos que organizam um campo de conhecimento.

Cientes das especificidades das ciências humanas optamos por permanecer com a noção de paradigma ao lado da ideia de movimento historiográfico. Levantamos a seguir algumas questões de caráter teórico-metodológicas que envolveram o movimento procurando perceber se as inovações foram profundas a ponto formarem um novo paradigma.

Possivelmente a palavra mais apropriada ao movimento seria renovação (REIS, 2004), e não revolução historiográfica<sup>14</sup>. Renovaram o discurso histórico pois passaram a privilegiar fenômenos econômicos e sociais que até então não eram prioridades (DOSSE, 2003, p. 105). Em decorrência desta opção, as fontes também precisaram ser ampliadas, somente as fontes escritas não forneceriam elementos suficientes para acessar os aspectos mais profundos da sociedade (DOSSE, 2003, p. 113). A história do século XIX, como já mencionamos, estava vinculada às questões nacionais e políticas, mas não produzia exclusivamente uma história diplomática marcada pelo acontecimento. É preciso lembrar que posições dissidentes ocorrem mesmo no interior de uma mesma corrente. Gabriel Monod, por exemplo, que fazia parte da

---

<sup>14</sup> O termo “revolução” foi inicialmente aplicado ao movimento dos corpos celestes e utilizado nas ciências com Copérnico. Só no século XVII a palavra foi utilizada como termo político, referindo-se ao retorno da ordem política anterior que fora alterada, ou seja, tratava-se de um movimento circular. Um exemplo de revolução nestas condições foi à restauração da monarquia na Inglaterra em 1660. Originalmente a palavra “revolução” significou restauração, essa conclusão não diz respeito à semântica, mas sim ao fato de que as revoluções modernas não tinham intencionalidade de criar algo novo. Porém, ao longo dos processos revolucionários, os agentes tomaram consciência da impossibilidade da restauração e da necessidade da criação de algo inteiramente novo. Na modernidade o conceito político de revolução se refere a uma profunda mudança estrutural que cria um novo corpo político que tenha como objetivo principal a liberdade. A revolução no sentido atribuído por Arendt, só existiu a partir da modernidade, ao passo que a guerra é um dos mais antigos fenômenos do passado. Esse fenômeno tem em comum com a revolução as ações violentas durante sua constituição. Contudo o direcionamento que as revoluções propõem para a violência é a conquista da liberdade, algo que não acontece nas guerras, nem nas chamadas “guerras de libertação”. É comum durante análises, historiadores denominarem revoltas e insurreições de revoluções, no entanto, elas não alteram estruturas sociais e geralmente acontecem de maneira espontânea. Hoje historiadores chamam de revolução às transformações profundas (políticas, econômicas, técnicas, costumes etc.) que provocam a destruição total da velha ordem e a sua substituição por uma nova ordem. A Revolução Francesa, por exemplo, pôs fim ao Antigo Regime da Idade Moderna, substituindo-o por um governo constitucional representativo. A independência dos Estados Unidos, por sua vez, foi um movimento da história que destruiu a velha ordem colonial e implantou uma república apoiada em uma constituição. Por isso, mais do que uma guerra, foi um a revolução. Em acordo com Arendt entendemos a palavra “revolução” como uma profunda mudança estrutural. Cf. ARENDT (1988).

Escola Metódica escrevia, muito antes dos *Annales*, sobre a necessidade de uma história voltada para as questões econômicas e sociais: “Estamos habituados demais em história a nos dedicarmos a manifestações brilhantes, retumbantes e efêmeras da atividade humana, grandes acontecimentos ou grandes homens, em vez de insistirmos nos grandes e lentos movimentos das instituições, das condições econômicas e sociais (MONOD *apud* DOSSE, 2003, p. 60).

A pesquisa histórica feita a partir das interrogações no presente, a chamada história-problema também é enunciada como sendo uma novidade introduzida pelos *Annales*. Entretanto, podemos notar a presença deste conceito na crítica de Seignobos aos eruditos alemães: “[...] em vez de relatar ou comprovar, é feita para responder às questões sobre o passado suscitadas pela observação das sociedades presentes. (SEIGNOBOS, *apud* PROST, 2012, p.25). A mudança no conceito de fonte histórica e a interdisciplinaridade são outros dois elementos apresentados como inovações deste movimento. A obra *Introdução aos estudos históricos* de Langlois e Seignobos se tornou o símbolo de uma história feita a partir de “um culto preguiçoso aos fatos” contidos nos documentos. É necessário notar que, para os historiadores metódicos, os documentos eram entendidos como meios e não como fins em si mesmos. Apesar do domínio dos documentos escritos como fontes na historiografia metódica, notamos que no texto de Langlois e Seignobos materiais não escritos também são apresentados como fontes: “Algumas vezes o fato passado deixou um traço material (um monumento, um objeto fabricado). Outras vezes, o que é mais frequente, o traço do fato é de ordem psicológica: é uma descrição ou uma relação escrita (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 96-97). Quanto à interdisciplinaridade, podemos dizer que, em grande medida, a ideia já estava presente no projeto de síntese de Henri Berr (REIS, 2004, p.81). A noção de temporalidade provavelmente seja a grande novidade do movimento. Para Reis, antes dos *Annales* o conceito de tempo na historiografia era teleológico, uma construção única e linear. *Annales* apresenta uma pluralidade de tempos e uma “desaceleração cautelosa” (REIS, 2004, p.20) como reação à percepção progressiva da história. Os objetos de estudos de Bloch e Febvre não eram analisados a partir da ideia de sucessão temporal. Estudaram momentos na história sem enquadrá-los numa linha contínua e progressiva. Os historiadores “[...] abandonaram a ideia de história linear e dirigida por um sentido que havia caracterizado grande parte do pensamento histórico desde o período que Reinhart Koselleck descreveu como a transição, entre aproximadamente 1750 e 1850 [...]” (IGGERS, 2012, p.95). Ao invés de um tempo histórico, os historiadores pensavam numa pluralidade de tempo que coexistiam. Esta noção se desenvolveu plenamente em Fernand Braudel, membro da segunda fase dos *Annales*, que no livro *História e ciências sociais: a longa*

*duração* elaborou uma classificação de temporalidades a partir da estrutura histórico-social, e assim apresentou o conceito de curta, média e longa duração.

Com esta apreciação não queremos minimizar a importância das renovações teórico metodológicas promovidas pelo movimento. Pretendemos tão somente chamar a atenção para os traços de continuidade entre as duas gerações de historiadores. Estes traços levam a questionar a existência de um novo “paradigma” nos *Annales*. Lutz Raphael, atualmente professor na Universidade de Trier, é um importante crítico nessa questão. Em sua obra *Die Erben von Bloch und Febvre. “Annales” – Geschichtsschreibung und nouvelle histoire in Frankreich 1945-1980*, defende a posição de que *Annales* não inaugura um novo paradigma (RAPHAEL, *apud* ROCHA, 2010, p. 37). O autor acredita que o discurso deste movimento está mais ligado à sua autoafirmação, e que a ideia de novidade serve como propaganda. *Annales* voltava-se mais a uma prática do historiador do que a uma proposta de um novo paradigma historiográfico e se consolidou mais pela hegemonia institucional do que pela inovação (ROCHA, 2010, p. 37). Para Burguière (1979, p. 1347- 1359), também, a novidade do movimento não está no plano teórico, mas na estratégia em afirmar e consolidar seu programa institucionalmente.

Para Iggers (2012) não houve ruptura fundamental na historiografia na passagem do século XIX para o XX. Um aspecto que pontua a favor da imagem de inovação dos *Annales* era a crença de uma crise da história como ciência, durante o período, muito embora Iggers afirme que as críticas em relação à cientificidade da história existiram durante todo o século XIX. Diante destas críticas uma das alternativas encontradas para manter o *status* de disciplina científica da história, foi torná-la uma espécie de “ciência social”. Segundo o autor, é possível distinguir três modos de conceber a história enquanto ciência social: a partir da perspectiva nomológica, da hermenêutica e da abordagem marxista. A nomológica parte das ideias de Carl Gustav Hempel (1905-1997), tendo por base a empiria e as leis gerais. A história econômica quantitativa, que surgirá no interior dos *Annales*, seria o modelo ideal desta perspectiva. Analisando a historiografia contemporânea, Iggers assevera que *Annales* estaria mais alinhado à perspectiva nomológica. Sua forte tendência empirista, notada pela exigência da histórica-problema sinaliza este alinhamento. Se popularizou a ideia de que existia uma crise no interior da historiografia na passagem do século XIX para o XX. Essa crise era enunciada pela sociologia, mas principalmente pelos organizadores e colaboradores dos *Annales*. Apesar do discurso de crise, as bases fundamentais da historiografia tradicional não estavam sendo questionadas, quais eram: “1) que a história deveria ser uma disciplina profissional e 2) que a

história deveria conceber a si mesma como uma ciência. Pelo contrário havia uma forte pressão para fazer o cultivo da história ainda mais profissional e científica” (IGGERS, 2012, p. 61).

Diante do que foi exposto, e ao recuperar o conceito de paradigma, pensando que dele devem fazer parte princípios teóricos fundamentais e auxiliares, regras metodológicas, padrões e valores, colocamos em dúvida a ideia de novidade paradigmática dos *Annales*. As propostas da historiografia promovida pelos *Annales* mantiveram as orientações teóricas da historiografia anterior: concordavam com a seriedade das regras metodológicas, defendiam o caráter científico da história e compartilhavam do exame crítico das fontes e a concepção de fato histórico (IGGERS, 2012).

Sendo assim, podemos dizer que não houve revolução paradigmática na historiografia na passagem do século XIX para o XX. Para Iggers, é somente nos anos 60 que acontece uma mudança de paradigma no interior da historiografia. Neste período ocorre a contestação dos padrões que se mantiveram desde a formação da história como disciplina científica no século XIX. O que sinaliza essa alteração é, principalmente, a consideração da história como um artefato literário. A história ciência social estaria sendo superada, atualmente, pela abordagem posterior à *linguistic turn* e pela nova história cultural. A história produzida pelos *Annales*, apesar de apresentar um caráter mais compreensivo sobre as realizações humanas, o que talvez implicasse em alguma subjetividade, marcava muito bem a distinção entre história e narrativa literária. A “história ciência social” não renunciou e nem abandonou a pesquisa racional e a “construção realista do passado” (IGGERS, 2012, p. 163). A partir dos anos 60, autores advindos da crítica literária como “Roland Barthes, Paul De Man, Hayden White, Jacques Derrida e Jean-Francois Lyotard renunciaram e questionaram a distinção entre ficção, história e poesia. Rechaçavam que a história tivesse referência à realidade qualquer fora dos textos” (IGGERS, 2012, p. 165). Essas questões romperam radicalmente com as referências do século XIX e, a partir destes autores, a história não consegue realizar uma compreensão “verdadeira” do passado.

Terminada esta seção queremos reforçar que seu objetivo foi apresentar os historiadores cujas obras serão analisadas no terceiro capítulo deste trabalho. Além disso, ela serviu para introduzir a discussão acerca da “revolução historiográfica” do *Annales*. Seguimos com apreciação das teorias filosóficas da verdade como correspondência e coerência. Posteriormente examinaremos textos de Bloch e Febvre para perceber qual teoria está implícita em seus escritos.

### 3 TEORIAS FILOSÓFICAS DA VERDADE

#### 3.1 O que é verdade?

Inicialmente é necessário examinar o termo “verdade”, pois por mais trivial que pareça, não é um conceito que se impõe imediatamente. As apropriações desse termo, na produção de conhecimento ao longo da história da filosofia foram variadas. A expressão “verdade” e/ou suas derivações como “verdadeiro”, “verídico”, entre outros, são trabalhados direta ou indiretamente por várias áreas da filosofia e da história estando presentes, inclusive, nas relações sociais. A verdade faz parte do cotidiano: “sem verdade não se vive, seja lá a circunstância em que se está. [...] é muito certo que ela, ou algo assemelhado, se deseja como resultado, mesmo provisório, do esforço de pesquisa” (CAMELLO, 2009, p. 2). Etimologicamente, em línguas antigas, a palavra “verdade” possui significados que apontam para seu esclarecimento. Em grego ela significa *aletheia*, que quer dizer aquilo que está à mostra, que não está oculto ou escondido. Em latim verdade é *veritas*, que reporta à precisão, exatidão e fidelidade. Em hebraico, verdade é *emunah* que significa confiança (GARCIA, 2001, p. 251)<sup>15</sup>.

“Verdade” é muitas vezes confundida com “certeza”. “Verdade” e “certeza” podem, muitas vezes coincidir, mas não devem ser confundidas. As evidências em favor das hipóteses não são suficientes para determinar a verdade da hipótese, assim como a certeza e convicção de uma pessoa não são suficientes, para ela e os demais, afirmarem a verdade dessa convicção. Certeza é uma evidência fraca, porque mesmo que uma pessoa tenha certeza absoluta de algo, este não pode ser considerado verdadeiro (DUTRA, 2008):

Alguém pode ter uma crença verdadeira e não saber que ela é verdadeira. Isso não é possível no caso de identificarmos a verdade com a certeza, pois, neste caso, todo objeto de convicção (toda crença ou opinião) seria automaticamente verdadeiro, e a pessoa que possuísse tal crença ou opinião saberia disso necessariamente. (DUTRA, 2008, p.48)

Também é conveniente esclarecer a diferença entre definição de verdade e critério de identificação de verdade, além de discutir acerca dos portadores de verdade, em razão de que são conceitos significativos para avançar na reflexão. Para Haack, a definição oferece o significado da palavra “verdadeiro”, enquanto os critérios são uma espécie de teste para afirmar se uma sentença (enunciado, crença, proposição, etc.) é ou não verdadeira. É difícil nas discussões acerca da verdade entender qual é a problemática que interessa o teórico, o que ele busca responder: O que é a verdade? Quais são os critérios de verdade? O que entendemos pelos

---

<sup>15</sup> Cf. Para uma análise contemporânea do conceito de verdade, ver o § 44 de *Ser e Tempo* de Heidegger.

termos “verdadeiro” e “falso”? Para identificar melhor qual é a problemática de determinada teoria, Kirkham as divide em três grupos diferentes que lidam com o tema verdade: *projeto metafísico*, *projeto dos atos-de-fala*<sup>16</sup> e *projeto de justificação*.

O *projeto metafísico* deve responder em que consiste a verdade, ou seja, fornece uma definição de verdade. O *projeto metafísico* indica o que significa ser verdadeiro para uma proposição:  $x$  é verdadeiro se e somente se \_\_\_\_\_” (KIRKHAM, 2003, p. 73). O projeto de justificação busca descobrir que “[...] evidência ou garantia pode ser usada para determinar se uma dada proposição é ou não provavelmente verdadeira” (idem, p.44). Esse projeto identifica as características possuídas pelas afirmações verdadeiras e não possuídas pelas afirmações falsas. “A verdade se correlaciona positivamente com \_\_\_\_\_ e é relativamente fácil determinar quando uma proposição (sentença ou crença) tem essa característica” (ibidem, p. 40). A partir dessas características podemos estar justificados a crer na verdade de determinada afirmação. Quando o filósofo está preocupado com a justificação ele usa normalmente os termos como “graus de verdade”, “maior evidência”, “proposições mais verdadeiras”. Na busca do esclarecimento do que é a verdade, o *projeto metafísico* deve ser respondido primeiro para depois trabalhar com a justificação. É possível, *grosso modo*, associar o projeto metafísico com aquilo que é a definição de verdade. Já se estivéssemos analisando as características da proposição, submetendo-a a critérios para comprovar sua veracidade estaríamos enquadrados no projeto de justificação. Tanto definição quanto critérios são necessários:

[...] se se quer descobrir se  $x$  se dá, idealmente, gostar-se-ia de um indicador confiável da presença de  $x$  fosse *mais fácil de descobrir que se dá* que o próprio  $x$ . Uma definição fornece um indicador que é perfeitamente confiável, mas exatamente tão difícil de descobrir que se dá quanto o próprio  $x$ . Um critério de autorização fornece um indicador que pode ser menos que completamente confiável, mas que, em comparação, é mais fácil de descobrir que se dê. (HAACK, 2002, p. 132)

O debate acerca dos portadores de verdade – que se refere a que tipo de coisa é capaz de ser verdadeira ou falsa – também deve ser brevemente apresentado, porque este problema está presente em todas as teorias da verdade. Considerando que para Haack (2002, p. 120) e Kirkham (2003, p. 99) a verdade é uma espécie de propriedade, então a questão é: o que pode possuir essa propriedade? Kirkham (2003, p. 91) expõe sobre os principais portadores de verdade e conclui que é um erro “pensar que existe somente um tipo de entidade ou uma classe muito pequena de tipos de entidades que podem ser portadores de verdade”. Considera que a

---

<sup>16</sup> Para os objetivos deste texto não vamos nos deter no projeto dos atos-de-fala, tal projeto descreve o propósito locucionário ou ilocucionário de declarações a partir de sua aparência gramatical.



opção por um, ou outro, portador se deve à concepção teórica daquele que optou. São vários candidatos a portadores, mas os mais comuns são as sentenças, proposições e enunciados. Usualmente se assume um candidato apenas como o portador de verdade. Contudo, alguns autores também optam por um portador primário e tratam os demais como derivados (HAACK, 2002, p. 120).

Todos os candidatos possuem restrições. Sobre a sentença ser o portador: as sentenças são quaisquer sequências de símbolos, construídas de acordo com as regras sintáticas de uma determinada linguagem, como por exemplo: “A neve é branca.” Esse portador apresenta problemas no que se refere às sentenças não declarativas, tais como “Feche a porta!” (sentença imperativa), “Que horas são?” (sentença interrogativa). Não se pode dizer, sobre elas, nem que são verdadeiras nem que são falsas. Outra dificuldade é que as sentenças podem ser ora verdadeiras, ora falsas. Dessas críticas, Haack conclui que o portador de verdade (I) não deve mudar seu valor de verdade, e (II) deve ter um valor de verdade: ou verdadeiro ou falso. Essas críticas, de acordo com a autora, são fundamentadas na lógica tradicional, lógica essa que admite apenas dois valores de verdade<sup>17</sup>. Uma vantagem das sentenças é que elas possuem estrutura gramatical, enquanto, proposições e enunciados, que são extralinguísticos, não possuem (HAACK, 2003, p. 123). Também não se pode desqualificar a sentença como possível portador de verdade, porque algumas ocorrências de sentenças não possuem valor de verdade: “[...] o fato de algumas ocorrências de sentenças não terem valores de verdade não impede que ocorrências de sentenças sejam o *tipo* de coisa que *pode* ter valores de verdade” (KIRKHAM, 2002, p. 99).

Sobre a proposição ser o portador: proposição é aquilo que é expresso pela sentença. Se duas sentenças expressam a mesma proposição elas possuem o mesmo significado. As três sentenças a seguir, por exemplo, possuem a mesma proposição: “A neve é branca”, “The snow is white” e “Der Schnee ist weiss”.

Desse modo, podemos fazer a seguinte distinção: situamos as sentenças como uma sequência de sons ou de caracteres, sequência construída de acordo com as regras

---

<sup>17</sup> A lógica clássica ou tradicional aceita apenas dois valores de verdade: verdadeiro (V) e falso (F). O primeiro a formalizar uma lógica trivalente foi o lógico polonês Jan Lukasiewicz (1878-1956) em obra publicada em 1920, chamada *Sobre a lógica trivalente*. No sistema lógico trivalente existem três valores possíveis: verdadeiro (V), Falso (F) e possível (M = möglich = possível) ou 1, ½ e 0. Por exemplo, nas sentenças sobre futuros contingentes, na lógica bivalente a frase “Haverá uma batalha naval” deveria assumir um valor de verdade V ou F; no caso da lógica trivalente as sentenças sobre futuros contingentes possuem outro valor de verdade M (possível/indeterminado). Outra “maneira de lidar com tal problema, adotado pelos adeptos das lógicas difusas (*fuzzy logics*), seria romper com o princípio de bivalência e assumir vários graus de verdade entre o ‘totalmente verdadeiro’ e o ‘totalmente falso’. Dessa forma, além das proposições que são inequivocamente verdadeiras ou falsas, existem proposições que podem ser mais ou menos verdadeiras, assumindo um valor entre 1 e 0: 1 totalmente verdadeiro e 0 totalmente falso” (MELO, 2012, p. 59-61).

sintáticas de uma determinada linguagem, enquanto que uma proposição é um objeto abstrato que corresponde ao significado dessa sequência de sons ou de caracteres que denominamos por sentença. (MELO, 2012, p. 56)

Uma das limitações das proposições é que algumas sentenças expressaram, no passado, uma proposição verdadeira, e hoje essas proposições são falsas, por exemplo “Luís XVI é o rei da França”. A mudança no valor de verdade, nesses casos, seria superada se a exigência sobre a identidade proposicional fosse maior, localizando a sentença que expressa a proposição no espaço e tempo, por exemplo “Luís XVI é o rei da França no ano de 1789”. Outro entrave são as sentenças sobre futuros contingentes, por exemplo “haverá amanhã uma batalha naval” que, para alguns autores, não possuem valor de verdade, mas expressam proposições.

Quanto aos enunciados serem os portadores de verdade: enunciado é o que é dito quando uma sentença declarativa é dita ou proferida. Para Austin, “são eventos históricos, isto é, acontecimentos datáveis em que certo falante afirma algo, fazendo uso de uma sentença, para certa audiência” (AUSTIN, 1950 *apud* MELO, 2012, p. 57). Um enunciado também pode mudar seu valor de verdade como no exemplo: quando dizemos “O livro está sobre a mesa” e, meio minuto depois, retiramos o livro e proferimos a mesma frase: “O livro está sobre a mesa”. Isso estaria resolvido com o uso de dêiticos como: “aqui”, “agora”, “eu”, dessa forma: “Agora, dia 06 de novembro de 2016, em Erechim, na minha sala, às 9h e 49 min, o livro está sobre a mesa”. A vantagem dos enunciados, para Melo (2012, p. 62), é que quando dizemos, depois de meio minuto, que o livro está sobre a mesa, não estamos repetindo o enunciado anterior e sim fazendo um novo enunciado. O enunciado é um evento histórico, de acordo com Austin, e eventos históricos são únicos pois estão situados no tempo e espaço. É preciso lembrar que, para Austin, alguns enunciados também não possuem valor de verdade, como é o caso dos enunciados performativos, por exemplo: “Ordeno que você saia” (AUSTIN, 1990 *apud* MELO, 2012, p.57).

Qual é o portador ideal? Faz sentido perguntar por um portador ideal? Na breve exposição anterior, nota-se que todos os portadores possuem limitações, e que o argumento que defende um, também pode incorrer na defesa de outro. Ao falar de um portador de verdade, deve-se ter mente o campo teórico no qual a discussão está localizada. Haack (2003, p. 123) afirma, para a teoria semântica de Tarski: as sentenças são os portadores de verdade, pois elas permitem a exploração de sua estrutura gramatical. Para Russell, as proposições são os portadores de verdade, a verdade se dá na relação entre proposições e mundo. Para Austin são os enunciados os portadores, nesse sentido sua preocupação “parece estar relacionada com o uso de uma linguagem, em determinado contexto de comunicação” (MELO, 2012, p. 65).

Considerando essas observações sobre os portadores de verdade, nota-se que o debate não é conclusivo.

Ainda, no propósito de esclarecer o termo “verdade”, é necessário lembrar que a verdade também difere de “justificação”. Uma crença pode ser falsa mas estar justificada. “A crença é justificada para a pessoa A e não é justificada para a pessoa B, mas isso não é o mesmo do que dizer que a crença é verdadeira para A e falsa para B” (MOSER; MULDER; TROUT; 2004, p.70). Confusões como essas corroboram com o pensamento do senso comum: “a verdade é relativa”. Para os autores supracitados, a posição relativista em relação à verdade também pode advir das imprecisões no que se refere à definição e critérios de verdade. Moser explica que duas pessoas em situações diferentes que se utilizam dos mesmos critérios para discernir a verdade, podem chegar a resultados diferentes sobre a mesma afirmação. Talvez tenham chegado a conclusões diferentes por estarem em situações díspares, mas se os critérios usados também definem a verdade, podemos concluir que a verdade é relativa<sup>18</sup>. Portanto a distinção entre definição e critérios não só é inteligível, como também útil:

Temos de fazer tudo para discernir a verdade da falsidade com base nas aparências (nossos critérios de identificação), mas as aparências podem nos enganar; nesse caso haverá uma diferença entre a aparência que as coisas assumem para nós e o modo como elas são na realidade. [...] A distinção de que estamos falando é necessária para garantir a possibilidade de podermos estar errados em alguns de nossos juízos. (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p.72)

A definição do que é a verdade, assim como a questão sobre os portadores de verdade, deve estar circunscrita à teoria. É dentro dos limites da teoria que é possível verificar se a definição e os critérios de verdade são satisfatórios a partir do que a teoria se propunha. Para tanto, segue uma breve explanação do conceito de verdade para as teorias da correspondência e coerência, a fim de buscar elementos que possam aclarar o que é verdade. Entretanto é preciso ter em mente, desde já, que um conceito único e universal de verdade provavelmente não existe. Nesse sentido Dutra afirma que: “Se observarmos a prática da linguagem, por um lado, é difícil falarmos de uma noção comum de verdade; por outro constatamos que o uso da mesma palavra ‘verdade’ não poderia ser um mero acidente infeliz da prática da linguagem, [...]” (2001, p. 88).

Para a teoria correspondentista, a verdade é a correspondência da proposição, do pensamento ou do enunciado com o fato no mundo. Tal teoria é, ao que tudo indica, a mais antiga. A primeira manifestação de verdade como correspondência que temos acesso é a

---

<sup>18</sup>Moser (2004, p. 72) aponta um importante dilema do relativismo: “a suposta verdade do relativismo é também relativa”. Se for relativa será mera opinião, se for verdadeira haveria então uma afirmação verdadeira, o que contradiria o princípio relativista.

proposição de Aristóteles feita no capítulo 7 do livro Gama da *Metafísica*: “Dizer do que é que ele não é e do que não é que ele é, é o falso; dizer do que é que ele é e do que não é que ele não é, é o verdadeiro” (1011b26-27). A teoria da correspondência parece ser, “intuitivamente”, a teoria ideal, e também é a mais popularizada. Russell, filósofo correspondentista, no texto *Os problemas da filosofia* de 1912, faz algumas contribuições no esclarecimento do que é a “verdade”. Para ele existe dualismo no que se refere ao conhecimento de verdades: tanto podemos acreditar numa afirmação verdadeira quanto numa falsa. O que distingue a verdade da falsidade? A verdade, para Russell, possui três aspectos: primeiro, deve ser entendida como o oposto da falsidade; segundo, a verdade e falsidade são propriedades das crenças e afirmações, e não dos fatos (pois se tivéssemos um mundo de mera matéria não haveria lugar nem para verdade, nem para falsidade); terceiro, a verdade das crenças depende de algo exterior a elas:

[...] deve-se observar que a verdade ou a falsidade de uma crença sempre depende de alguma coisa externa à própria crença. Se eu acredito que Carlos I morreu no cadafalso, minha crença é verdadeira, não por causa de alguma qualidade intrínseca à minha crença, que poderia ser descoberta simplesmente examinando a crença, mas por causa de um evento histórico que aconteceu há mais de três séculos atrás. (RUSSELL, 2005, p.137)

A verdade, portanto, para um correspondentista, consiste em uma conformação entre crença (acreditar que Carlos I morreu no cadafalso) e fato (Carlos morreu no cadafalso há três séculos). O significado de “verdade” é essa correspondência.

Já a teoria coerentista sustenta que uma afirmação é verdadeira se e somente se for coerente a um sistema de crenças ou proposições, e é considerada falsa se está em conflito com o sistema ao qual foi comparada. A teoria da verdade como coerência representa, de acordo com Dutra (2001, p. 61), uma alternativa tradicional e desafiadora à teoria da correspondência. Goldstein (2007), Haack (2002), Dutra (2001) e Kirkham (2003) associam a teoria coerentista com aquilo que a tradição filosófica chamou de idealismo. Em resumo são idealistas aqueles que acreditam que o mundo é dependente das operações mentais<sup>19</sup>. A verdade é uma relação entre afirmações: “[...] a marca registrada do coerentismo é o fato de não definir a ‘verdade’

---

<sup>19</sup> Kirkham (2003, p.116) associa as teorias da correspondência ao realismo e as da coerência com o idealismo. “T é uma teoria Realista se e somente se T diz que qualquer crença (ou afirmação, ou o que for) dada é verdadeira apenas se o mesmo estado de coisa em que se acredita quando se possui essa crença (ou quando a afirmação é expressa) ocorre independente da mente ou com uma dependência apenas derivativa.” Para o autor, o idealista absoluto nega que qualquer estado de coisas exista independente da mente. Kirkham também faz uma distinção entre *dependência pura* e *dependência derivativa* do estado de coisas em relação à mente: “John acredita que há um livro sobre a mesa”. O livro está realmente sobre a mesa, mas ele acreditar nisso, implica ter uma mente que faça o movimento de crer. Ele acreditar que o livro está sobre a mesa depende derivativamente de sua mente, mas não é uma dependência pura”. Cf. também OKASHA (2011).

como uma determinada relação entre as afirmações e o mundo não propositivo, mas sim como uma interligação sistemática de várias afirmações” (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p.78).

Hessen (2000, p.119) faz uma distinção parecida com as dos autores citados, mas chama de conceito *transcendente* e *imane*nte da verdade. Quando a verdade consiste na concordância do conteúdo com o objeto se chama de *transcendente*, em contraposição ao conceito de verdade *imane*nte que significa uma relação dentro do próprio pensamento. Para o conceito imane

nte, a verdade não advém da relação entre conteúdo do pensamento e algo que transcende a ele, e sim numa concordância entre pensamentos. A decisão sobre qual é o conceito ideal, para o autor, assim como para Kirkham, está relacionada ao posicionamento diante do conflito entre idealismo e realismo. “Só faz sentido tomar a verdade como algo puramente imane

nte caso não haja qualquer objeto real, exterior à consciência. [...], se o todo do ser reside no interior do pensamento, a verdade só pode consistir num acordo os pensamentos entre si [...].” (HESSEN, 1999, p. 120). Assim o idealismo, na tentativa de remover o dualismo sujeito-objeto, cria um *monismo epistemológico*<sup>20</sup>.

Em sequência, as teorias filosóficas da verdade como correspondência e coerência serão expostas em suas particularidades, mediante a apresentação e análise de alguns dos seus principais representantes, circunscritos à primeira metade do século XX. Ressaltamos essa característica para assinalar que haviam teorias da verdade alternativas e contemporâneas aos *Annales*, e que a definição de verdade de Bloch e Febvre poderia se aproximar de uma ou de outra teoria da verdade. Outro aspecto que deve ser mencionado é que os filósofos, assim como suas respectivas teorias, são estudados com profundidade por comentadores ao longo da história da filosofia. O objetivo aqui não é expor suas teorias como um todo, mas apresentar as teorias da verdade como coerência e correspondência, por essa razão foi feito um recorte de autores, obras e assuntos. Ao tratar de teorias da verdade é inevitável referir-se aos autores que as sustentam. A opção por esses filósofos se deve, primeiro ao fato de serem contemporâneos aos historiadores analisados e, segundo, por tratarem do assunto com maior clareza. Este capítulo, além de fornecer uma compreensão ampliada do que é a “verdade”, também servirá de base para posterior análise da concepção da verdade dos historiadores fundadores da *Annales*. A noção de verdade está envolta de outros conceitos como realidade, fato, relação, coerência, correspondência, entre outros. Esses, por sua vez, diferem de acordo com cada teoria da verdade. Com o esclarecimento de alguns dos termos citados, esta seção facilitará a

---

<sup>20</sup> O monismo epistemológico é, para Hessen, uma afronta à realidade, pois para o autor existem três esferas que se relacionam ao fenômeno do conhecimento: a psicológica, a ontológica e a lógica, a perspectiva monística subtrai as duas primeiras, ficando apenas com a face lógica do fenômeno do conhecimento.

compreensão da noção de verdade dos historiadores que, por sua vez, também está vinculada a estes termos.

### 3.2 Teoria da verdade como correspondência para Russell e para o Primeiro Wittgenstein

Esta seção pretende evidenciar uma das teorias filosóficas da verdade mais tradicionais, que é a da verdade como correspondência. Faremos isto através da explanação das teorias de Russell e de Wittgenstein, adeptos da verdade como correspondência. Tratamos dos autores em suas primeiras fases, pois é neste momento que formulam argumentos favoráveis a teoria da verdade como correspondência. Russell mais tarde abandonará o Atomismo Lógico e o Segundo Wittgenstein desconstrói os argumentos referentes a linguagem presentes em sua primeira fase. Por esta opção, os textos analisados serão: parte das oito conferências reunidas no escrito *A filosofia do Atomismo Lógico* de 1918, *Conhecimento por contato e conhecimento por descrição* (1912) e *Verdade e falsidade* (1912) de Russell e *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein.

No século XX a filosofia preocupou-se, especialmente, com problemas referentes à linguagem. Neste contexto, surgiu o chamado positivismo lógico, que tinha a intenção de corrigir logicamente a linguagem. A análise da linguagem aconteceu, sobretudo, em duas direções nesse período: uma é a ideia de que nossos pensamentos dependem do sistema simbólico da linguagem e, outra, é que a linguagem pode ser completamente compreendida sob o ponto de vista lógico. A metafísica passa a perder espaço para as questões linguísticas. A linguagem surge como alternativa; “a análise do significado e de nossos processos de simbolização constitui-se em uma nova via na busca do fundamento” (MARCONDES, 2001, p. 252). Problemáticas que envolviam a linguagem<sup>21</sup> surgem, então, como temas filosóficos fundamentais.

---

<sup>21</sup> Algumas correntes teóricas que envolveram o tema linguagem no século XX foram: a lógica-matemática que havia surgido na Alemanha e depois na Inglaterra (influenciada por Wilhelm Leibniz (1646 - 1716)); a filosofia analítica da linguagem com Gottlob Frege (1848-1925) (*Conceitografia*, 1879), seguido de Bertrand Russell (1872-1970) (*Princípios de matemática*, 1903) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951) (*Tractatus Logico-Philosophicus*, 1921); A semiótica nos Estados Unidos com Charles Sanders Peirce (1839-1914); O positivismo lógico do Círculo de Viena com Rudolf Carnap (1891-1970) e Moritz Schlick (1882-1936); A filosofia das formas simbólicas com Ernst Cassirer (1874-1945); A hermenêutica com Friedrich Schleiermacher (1768-1834) e depois com Hans-Georg Gadamer (1900-2002); O estruturalismo com Ferdinand de Saussure (1857-1913) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e o pós-estruturalismo com Jacques Lacan (1901-1981), Michel Foucault (1926-1984) e Roland Barthes (1915-1980); a antropologia linguística com Bronisław Malinowski (1884-1942) e Benjamin Lee Whorf (1897-1941) e, por último a teoria linguística com Noam Chomsky (1928-) (MARCONDES, 2001, p. 253).

Enquadrados nesse contexto filosófico, o inglês Bertrand Russell (1872-1970) e o austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) possuíam preocupações analíticas acerca da linguagem. Bertrand Russell (1872-1970) interessava-se pelas questões que envolviam os fundamentos da matemática. Publicou entre 1910 e 1913 três volumes dos *Principia mathematica*, procurando ‘traduzir’ as verdades matemáticas em verdades lógicas. Ainda, antes de 1914, em Cambridge, Russell encontrou-se com Ludwig Wittgenstein. Wittgenstein nesse momento foi aluno de Russell e mantiveram, por algum tempo, relações estreitas, apesar de discordarem filosoficamente em alguns pontos. Ele comenta no início do texto *Filosofia do Atomismo Lógico* que muitas das ideias expostas havia aprendido com o amigo Wittgenstein (MIGUENS, 2007, p. 101-104). Seu aluno Ludwig Wittgenstein escreveu duas obras de peso: o *Tractatus lógico-philosophicus* de 1921 (sendo sua única obra publicada em vida) e *Investigações filosóficas* de 1952 (organizada e publicada por seus discípulos, Anscombe e Rhees) (MIGUENS, 2007, p. 121-127).

Os estudos de Russell e de Wittgenstein influenciam a filosofia da linguagem até a atualidade. Seguidores e críticos reelaboram análises, mostrando suas complexidades. Abordar problemas filosóficos a partir da linguagem foi uma postura que ganhou força com Frege, Russell e Wittgenstein (COSTA, 2013, p. 30). As teses de Wittgenstein, tanto em sua primeira, quanto na segunda fase, trouxeram contribuições significativas para o avanço daquilo que viria a ser o paradigma filosófico contemporâneo: a virada linguística.

### 3.2.1 Teoria da verdade como correspondência para Russell

A teoria da verdade de Russell é entendida a partir da análise de alguns conceitos como conhecimento, fato, proposição e crença. Somamos a estes a *Filosofia do Atomismo Lógico*, que fundamenta sua teoria da verdade. O criador do *Atomismo Lógico* foi Wittgenstein, mas Russell foi o primeiro a manifestar-se publicamente com as conferências de 1918 (HAACK, 2002, p. 133). *Filosofia do Atomismo Lógico* foi o nome dado por Russell ao resultado dos seus estudos em filosofia entre os anos de 1905 e 1918. Essa designação abarca uma série de teses sobre Filosofia da Linguagem e do Conhecimento e também de Ontologia. A ideia básica da *Filosofia do Atomismo Lógico* é a de que é possível, a partir de um estudo lógico da linguagem, determinar quais são os átomos linguísticos ou termos simples que se correspondem imediatamente com átomos do mundo extralinguístico. Isso quer dizer que tanto a linguagem, corrigida pela lógica, quanto a realidade, possuem átomos, e esses mantêm uma relação de identidade entre si (GRAÇA, 2001). É por essa razão que sua concepção de verdade é

correspondentista, já que as partes mais simples da proposição são correspondentes com as partes mais simples do fato. Russell “inferia a estrutura metafísica do mundo a partir da estrutura lógica da linguagem” (SANTOS, 1985, p. XVII). E é nosso conhecimento que permite perceber a correspondência entre linguagem e mundo, entre proposição e fato.

Russell entende que o conhecimento é obtido a partir do *contato*, que é o modo mais simples e básico, ou por construções lógicas, redutíveis aos dados empíricos, que ele chama de conhecimento por *descrição*: “diremos que temos *contato* com seja o que for do qual estamos diretamente cientes, sem ser por intermédio de quaisquer processos de inferência ou qualquer conhecimento de verdades” (RUSSELL, 1985, p. 108). Esse conhecimento de verdades significa o conhecimento que temos da coisa, conhecemos uma descrição detalhada e, portanto, sabemos ao que essa descrição se aplica, mesmo que o objeto não seja diretamente conhecido por nós. Já o conhecimento por contato é aquele que advém do meu contato com os dados dos meus sentidos, e dos dados dos sentidos não é possível duvidar (RUSSELL, 1985, p.108-9). Além do contato com os dados dos sentidos que nos são externos, possuímos contato com dados dos sentidos internos como sentimentos, memória, pensamentos, etc. Em última análise, todo conhecimento pode ser reduzido ao conhecimento daquilo que temos contato: “toda a proposição que podemos compreender tem de ser completamente composta de constituintes com os quais estamos em contato” (RUSSELL, 1985, p. 117).

Mas o que é proposição para Russell? O autor argumenta que proposições são símbolos complexos, pois são formadas por outros símbolos. Entende-se por simbolismo aquilo que inclua toda a linguagem, palavras, sentenças, etc. Símbolo é alguma coisa que significa (RUSSELL, 1985, p. 60). O significado possui algo de psicológico, não sendo possível obter o significado usando somente a lógica: “custe o que custar sou bastante claro de que a teoria do simbolismo e o uso do simbolismo não é uma coisa que pode ser explicada pela lógica pura sem considerar as várias relações cognitivas que possamos ter com as coisas” (RUSSELL, 1985, p. 60). As proposições não são nomes para os fatos, como já havia sido mostrado por Wittgenstein, pois podem existir duas proposições acerca de um mesmo fato. Para cada fato existem, minimamente, duas proposições, uma verdadeira e outra falsa, e não existe nada no símbolo da proposição, de acordo com Russell, que nos leve a concluir qual é o caso.

Existem proposições complexas e uma marca dessas proposições, à primeira vista, é que elas possuem várias palavras. O autor usa o exemplo do termo “vermelho”. De acordo com sua argumentação, “vermelho” é um símbolo simples, enquanto “isto é vermelho” é um símbolo complexo. Uma das principais diferenças é que para entender o significado de “vermelho” é preciso ter tido o contato com coisas que são vermelhas. Já a frase “as rosas são vermelhas”



pode ser entendida se sabemos o que é vermelho e o que são rosas, mesmo que nunca tivéssemos ouvido esta frase antes (RUSSELL, 1985, p. 67). Nesse sentido, “os componentes de uma proposição são símbolos que devemos entender de modo a entender a proposição”. Além disso, “os componentes do fato que tornam verdadeira ou falsa uma proposição, conforme seja o caso, são os significados dos símbolos que devemos entender de modo a entender a proposição” (RUSSELL, 1985, p. 68). Nota-se que o autor expõe, na frase acima, a relação entre proposição e fato. Para o filósofo, essa relação é isomórfica: “assumirei portanto no futuro que existe uma complexidade objetiva no mundo, e que a complexidade das proposições a espelha” (RUSSELL, 1985, p. 69). Quando a proposição tem dois verbos o fato correspondente àquela proposição tem dois constituintes correspondendo aos verbos. Ao falar de crença, Russell garante que quando acreditamos, isso se refere às proposições e não aos fatos, pois se fosse em relação aos fatos nunca nos enganaríamos, uma vez que o fato é o que é, sem erros.

Somada à noção de conhecimento e proposição, a noção de fato completa a exposição da teoria da verdade de Russell. Fato é aquilo que torna a proposição falsa ou verdadeira. O autor exemplifica: quando falo “está chovendo” isto é verdadeiro em determinada condição de tempo e falsa em outra, então a condição de tempo é o fato neste caso. Quando falamos falsamente, é o fato objetivo que torna falso o que falamos. Fato é também aquilo que se expressa por uma sentença inteira e não por um nome como “Sócrates”. Russell é um realista, então, outra observação que faz sobre os fatos deve ser ressaltada, a saber: “é importante observar que os fatos pertencem ao mundo objetivo. Não são criados em nossos pensamentos ou crenças [...]” (RUSSELL, 1985, p. 57).

Resumidamente, Russell busca uma correção lógica para a linguagem, tornando-a ideal. Na linguagem ideal, as proposições complexas poderiam ser desmembradas em termos simples. A compreensão do significado desses termos advém do conhecimento por contato com eles, no mundo extralinguístico. Segundo Graça (2001), os termos simples são os representantes linguísticos dos átomos lógicos que se encontram no mundo exterior, e que a relação que eles mantêm é de referência: “referência é assim a relação semântica que obtém entre um átomo lógico e termo simples que é o seu representante linguístico, na qual este (termo simples) é dito referir aquele (átomo lógico extralinguístico)”. Relembrando, não existe nada nos símbolos que compõe tal proposição que garanta sua verdade ou falsidade. O valor de verdade ou falsidade pertence às proposições e crenças e não ao fato. O fato (que é aquilo expresso pela sentença inteira) não é, em si, nem verdadeiro, nem falso. Vale notar que os fatos, para Russell, independem da mente e ocorrem na empiria. A garantia de que as crenças, assim como as proposições, podem ser verdadeiras ou falsas, em última instância, se dá nos fatos. Na

linguagem perfeita, a ligação entre os termos simples, que compõe a proposição, são associados imediatamente aos átomos lógicos que pertencem ao mundo. É oportuno afirmar, então, que a estrutura da linguagem é a estrutura do mundo “porque os constituintes das proposições obviamente mesmos são os que os constituintes dos fatos correspondentes [...]” (RUSSELL, 1985, p. 109).

A verdade para Russell, portanto, é a correspondência da proposição com os fatos no mundo. Mais especificamente, a verdade é a correspondência entre as partes simples da proposição com os fatos mais simples do mundo. É uma relação que se dá imediatamente, porque aquilo que constitui a proposição constitui o mundo. Essa relação é compreendida por nós devido a nossa capacidade de conhecimento por contato. Importante ressaltar ainda que quando existirem proposições mais complexas, nosso conhecimento delas é por descrição. Contudo, esse conhecimento por descrição pode se tornar conhecimento por contato se desmembrarmos a proposição complexa em partes mais simples.

### 3.2.2 Teoria da verdade como correspondência para o Primeiro Wittgenstein

Os filósofos contemporâneos divergem sobre o que deve ser lido de Wittgenstein e sobre o que é possível aprender com ele (RORTY, 2006). Essa dificuldade advém das diferenças entre as duas principais obras do autor: o *Tractatus logico-philosophicus* de 1921 e as *Investigações filosóficas*, livro póstumo, publicado em 1945. As primeiras evidências que esses livros marcam fases distintas do autor, são as palavras de Wittgenstein no prefácio das *Investigações* em referência à primeira obra, sobre a qual comenta ter cometido graves erros. Uma das disparidades, de acordo com Wrigley, é que no *Tractatus* um dos objetivos principais do autor era entender a estrutura oculta do pensamento e da linguagem por meio da lógica. Já nas *Investigações* suas preocupações se referem à linguagem ordinária e não a uma linguagem artificial. Além disso, afirma que o que está oculto não interessa. Outra diferença se refere à essência: No *Tractatus* Wittgenstein afirma que “5. 4711 Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 225). Nas *investigações*, ele conclui que não existem essências. Portanto é aceitável a manifestação de Rorty sobre a dificuldade que a filosofia contemporânea tem em definir qual fase do autor deve ser estudada. É provável que a opção, por uma fase ou

outra, seja uma opção teórica, por exemplo, o pensamento de Rorty (1994) se ajusta bem ao segundo Wittgenstein, principalmente no que se refere à não existência de essências<sup>22</sup>.

Como essa seção tratará da verdade para o primeiro Wittgenstein, a obra que servirá de base para a explanação é o *Tractatus logico-philosophicus*. Esta obra, publicada em 1921, foi escrita em aforismos numerados. O *Tractatus* pode ser dividido em sete proposições principais, que são subdivididas:

- 1- O mundo (o mundo é tudo aquilo que acontece),
- 2- O que é o caso, o fato, é a exigência de estados de coisas,
- 3- O pensamento (a imagem lógica dos fatos é o pensamento),
- 4- O pensamento é a proposição com sentido,
- 5- A proposição é uma função de verdade das proposições elementares,
- 6- A forma geral de uma função de verdade é:  $[p, \xi, N(\xi)]$  essa é a forma geral da proposição,
- 7- Acerca daquilo de que não se pode falar, tem que se ficar em silêncio (MIGUENS, 2007, p. 128-9).

O texto tem como objetivo a caracterização filosófica da lógica e a caracterização lógica da filosofia, além do estabelecimento da estrutura essencial do mundo (tarefa da metafísica) que fundamenta a estrutura essencial da proposição (tarefa da lógica por excelência). Os problemas filosóficos existem para Wittgenstein, como deixa claro no prefácio do *Tractatus*, devido à má compreensão da lógica de nossa linguagem (SANTOS, 1994, p. 13).

Para entender o que Wittgenstein considera sobre a verdade, alguns conceitos devem ser trabalhados com maiores detalhes, a saber: mundo, linguagem, proposição e pensamento, além de sua *Teoria da Figuração*<sup>23</sup>, também chamada de *Teoria Pictórica Figurativa* ou de *Teoria da Representação*.

Wittgenstein começa o *Tractatus* falando: o mundo é tudo que é o caso, é a totalidade dos fatos e não das coisas e é determinado por todos os fatos (WITTGENSTEIN, 1994, p. 153). O mundo é o que descreve uma descrição completa do mundo, é a representação de todas as proposições verdadeiras, ou seja, o mundo é a totalidade dos fatos:

O mundo é inteiramente determinado pela existência dos estados de coisas [...] também pela existência dos que não existem. Se chamamos à existência de um estado de coisas fato positivo, e à inexistência de um estado de coisas fato negativo, o mundo é inteiramente constituído por fatos positivos e negativos. (SANTOS, 1994, p. 79)

---

<sup>22</sup> Para compreender as diferenças entre o primeiro e o segundo Wittgenstein Cf. GLOCK (1998); WITTGENSTEIN (1996); WRIGLEY(2010); RORTY (2006).

<sup>23</sup> Aqui será usada a palavra figuração porque é essa palavra que o tradutor Luis Henrique Lopes dos Santos (1994) usa para o termo *Bild* do original alemão.

Os fatos correspondem ao estado de coisas. No aforismo 2.021 ele expõe que os objetos constituem a substância do mundo, mas eles são fixos, o que varia é sua configuração, e essa configuração é o estado de coisas que correspondem aos fatos. A configuração, que é instável, pode ser entendida como a relação entre os objetos incluindo os objetos. Na vinculação de um objeto com o outro, nesse estado de coisas, é possível perceber uma estrutura. A compreensão dessa estrutura se dá por meio da lógica que também compreenderá a estrutura da linguagem. A realidade é a soma da existência e da inexistência de coisas. Wittgenstein chama o estado de coisas existentes de fato positivo e a inexistência, de um fato negativo. Por fim a realidade total é o mundo (WITTGENSTEIN, 1994, p. 143).

O autor explica, no prefácio, que o objetivo da obra é “traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos: a fim de traçar um limite para o pensar, [...] O limite só poderá, pois, ser traçado pela linguagem” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 131). É razoável supor que o autor queira dizer que não existe um “fora” da linguagem, que o limite do ser humano é a linguagem. “Os limites da linguagem (e, portanto, do pensamento) são os limites do mundo, os limites do mundo, são os limites da linguagem” (SANTOS, 1994, p. 103). Representamos na linguagem aquilo que pensamos e pensamos logicamente: “3.03 Não podemos pensar nada de ilógico, porque do contrário, deveríamos pensar illogicamente” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 147). O que é o pensamento? “4 O pensamento é a proposição com sentido” e “4.001 A totalidade das proposições é a linguagem.” O pensamento não seria, portanto algo abstrato (ARAÚJO, 2010, p. 83). É no pensamento que buscamos o que faz da proposição uma figuração lógica do mundo (SANTOS, 1994, p.70). O pensamento reconhece a estrutura do mundo como sendo a sua própria: “o institui como pensamento do mundo no mesmo movimento em que institui o mundo como mundo do pensamento” (SANTOS, 1994, p. 93).

Sobre proposição, Wittgenstein trabalha com a ideia de que a proposição é uma figuração (imagem /*bild*) lógica da realidade: “A proposição é um modelo da realidade tal qual como pensamos que seja” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 165). É possível entender uma proposição, quando compreendemos as partes que a constituem. Isso seria uma decomposição das proposições complexas em partes mais simples com o uso da lógica. Essas partes mais simples que compõem a proposição Wittgenstein chama de *proposições elementares* (WITTGENSTEIN, 1994, p.189). Para de fato entender a proposição Wittgenstein admite dois “pressupostos analíticos: (i) em 3.25 afirma que uma proposição tem uma e somente uma análise completa; (ii) a análise deveria terminar em um ponto (*simples*), anulando a possibilidade de tornar-se um regresso ao infinito” (ARAÚJO, 2010, p. 83). Grosso modo, a

linguagem é a totalidade das proposições, “4.021 A proposição é a figuração da realidade” (1994, p. 169) e a proposição possui apenas uma análise completa. Sendo que a “2.063 A realidade total é o mundo” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 143), conclui-se com esses aforismos porque Wittgenstein acredita que a linguagem é o limite do mundo e o mundo o limite da linguagem.

Ainda falta comentar um conceito fundamental para que se compreenda a verdade no primeiro Wittgenstein, o referido conceito de *figuração*. Rojo (2005, p. 84) afirma que para captar a verdade no autor é preciso ter em mente duas questões fundamentais: a conexão interna entre linguagem e verdade e a teoria da figuração (que este comentador chama de *Pictórica Figurativa*). O portador de verdade para Wittgenstein é a proposição: “4.06 A proposição pode ser verdadeira ou falsa só por ser uma figuração da realidade” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 173). Assim como para Russell, é a proposição que tem a possibilidade de verdade e falsidade. A verdade está ligada à condição figurativa da linguagem e esta capacidade figurativa da linguagem é também o que vincula a verdade com o mundo (ROJO, 2005, p. 88). A figuração é a representação do fato, do estado de coisas, mas é também um fato, “2.16 O fato, a figuração, deve ter algo em comum com o afigurado” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 143). Para clarificar o que seria a figuração o exemplo de um diagrama sobre as estações de trem de uma linha pode ajudar: “Consolação-Trianon-Brigadeiro”. A colocação das palavras no diagrama obedece a mesma relação espacial das estações de trem. “O que o diagrama tem em comum com o fato diagramado, Wittgenstein chama de forma de afiguração” (SANTOS, 1994, p. 62). O exemplo do diagrama é verdadeiro, pois o fato diagramado existe. A verdade se obtém, portanto, da observação da relação entre a figuração e o fato por ela afigurado. Analisando o conceito de figuração de Wittgenstein observa-se que só se institui uma figuração a partir do cumprimento de seis condições (CORRÊA, 2009, p. 425-435), descritas a seguir. As duas primeiras condições são que a figuração deve possuir uma estrutura e uma forma.

2.15 Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras. Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se estrutura; (...) 2.151 A forma de afiguração é a possibilidade de que as coisas umas para as outras tal como os elementos da figuração. (WITTGENSTEIN, 1994, p. 143)

A terceira condição é que toda figuração deve obedecer a regras de tradução. Wittgenstein exemplifica a tradução quando notas musicais de uma partitura se transformam em música: “4.0141 E essa regra é a lei da projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. É a regra de tradução da linguagem das notas na linguagem do disco gramofônico” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 167). A quarta condição é a bipolaridade da figuração, ou seja, a

possibilidade de ser verdadeira ou falsa, entendendo proposição como figuração. A quinta condição é possuir forma lógica: “4.032 A proposição só é uma figuração da situação na medida em que é logicamente articulada” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 171). Por último, a figuração deve ter uma relação afigurante. Para os propósitos deste trabalho, a relação afigurante, talvez seja a característica mais importante do conceito de figuração, pois é ela que caracteriza o primeiro Wittgenstein como um teórico da verdade como correspondência.

A verdade no *Tractatus* é uma relação entre a figuração e aquilo que é afigurado. Essa relação é de identidade: “2.161 Na figuração e no afigurado deve haver algo de idêntico, a fim de que um possa ser, de modo geral, uma figuração do outro” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 145). Essa vinculação entre a proposição e a realidade que ela afigura foi chamado de isomorfismo. Isso significa que a linguagem e mundo compartilham da mesma estrutura, a mesma forma lógica.

Ora, a forma lógica da afiguração é comum à figuração e ao afigurado; portanto toda figuração tem a mesma forma lógica, em toda figuração tem a mesma forma lógica que o fato possível que afigura. [...] toda figuração deve compartilhar algo com a realidade: sua forma lógica. [...] Não há por que hesitar em concluir: toda figuração, na acepção do termo fixada pelos aforismos em questão, é uma proposição. (SANTOS, 1994, p. 64)

O isomorfismo fica evidente na afirmação “5.4711 Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição, e portanto, a essência do mundo.” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 225). A figuração só pode ser tida verdadeira ou falsa ao ser comparada com a realidade, ela por si só não pode ser considerada nem verdadeira nem falsa: “2.225 Uma figuração verdadeira *a priori* não existe” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 147). Ou seja, a verdade *a priori* não existe, porque a verdade depende da relação entre a proposição e a realidade: “2.222 Na concordância ou discordância de seu sentido (sentido da figuração) com a realidade consiste sua verdade ou sua falsidade” (WITTGENSTEIN, 2005, p. 147). Diferente da teoria da correspondência clássica, que compara proposição com a realidade, para Wittgenstein a realidade deve ser comparada com a proposição.

Em síntese, o portador de verdade para Wittgenstein é a proposição. Para que a proposição seja verdadeira ela deve ser uma figuração da realidade. Para ser uma figuração, a proposição deve satisfazer as seis regras comentadas anteriormente, ou seja, deve possuir: (1) estrutura; (2) forma; (3) obedecer a regras de tradução; (4) possuir a bivalência; (5) ser lógica e (6) manter uma relação com o afigurado. Se a proposição cumprir essas exigências significa que ela figura o real, que mantém uma relação de identidade com o estado de coisas no mundo.

O teste para saber se a proposição é verdadeira se dá quando a realidade é comparada com a proposição.

### 3.3 Teoria da verdade como coerência para Neurath e Blanshard

A verdade como coerência será analisada a partir do filósofo e sociólogo austríaco Otto Neurath (1882-1945) e em seguida com o filósofo americano Percy Brand Blanshard (1892-1987). Neurath foi um dos mais importantes representantes do Empirismo Lógico, estudou Ciências Sociais e Economia em Viena e em Heidelberg, formou-se posteriormente em Ciências Sociais em 1906 em Berlin. Foi o inspirador do movimento para a Unidade da Ciência do positivismo lógico. Membro ativo do Círculo de Viena, foi responsável pela fundação e edição da *Library of unified science*. Foi redator da revista *Erkenntnis* que depois foi chamada de *Journal of Unified Science*. Era, segundo Pombo, o ponto de encontro entre vários autores contemporâneos seus. Foi organizador dos primeiros Congresso *On the unity of science*. As suas principais obras foram *Empiricism and sociology* (1929) *Unified science and psychology* (1933), *International encyclopedia of unified science* (1938) e *Modern man in the making* (POMBO, 2017, p.109). Percy Brand Blanshard, por sua vez, estudou na Universidade de Oxford e fez seu doutorado em Harvard. Trabalhou a maior parte do tempo no departamento de filosofia da Universidade de Yale. Entre 1952 e 1953 fez algumas conferências lidando com os temas da razão na teoria do conhecimento, na ética e na religião. Isso lhe rendeu a publicação de três volumes, *Reason and analysis* (1962), *Reason and goodness* (1961) e *Reason and belief* (1975). Outras obras conhecidas do autor são *Philosophical Analysis* (1952), *Education in the age of science* (1959) e *The nature of thought* (ANDEL, 1964, n.d).

#### 3.3.1 Teoria da verdade como coerência para Neurath

Antes da Primeira Guerra alguns estudantes se reuniam de maneira informal num café em Viena para discutir questões que envolviam a filosofia e a ciência. Mais tarde esse grupo ficou conhecido como Círculo de Viena. Entre eles estavam o filósofo Moritz Schlick (1882-1936), considerado o fundador do círculo, Philipp Frank (1884-1966), graduado em física, o matemático Hans Hahn (1879-1934) e o sociólogo Otto Neurath. De acordo com Katz (2010, p.79), em 1924 este grupo passou a se reunir com maior frequência e o assunto de suas conversas, posteriormente, seria conhecido como positivismo lógico ou neopositivismo. Durante os anos de trabalho outros teóricos foram aderindo ao grupo, alguns bem conhecidos

da filosofia, como Rudolf Carnap (1891-1970), Hans Reichenbach (1891-1953) e Carl Gustav Hempel (1905-1999). Em 1929 o grupo começou a publicar uma série de monografias, fazer conferências e também deu início à edição e publicação da revista *Erkenntnis*. As motivações iniciais, que reuniam o grupo, giraram em torno do positivismo de Ernst Mach (1838-1916), mas sobretudo partiram de questões relativas ao *Tractatus* de Wittgenstein e sobre as inovações científicas do início do século XX.

Os positivistas lógicos de Viena buscavam, por meio da análise lógica da linguagem, legitimar epistemologicamente avanços científicos. O Positivismo Lógico também é conhecido como Empirismo Lógico, e devido à sua relação estreita com a ciência foi também chamado de Concepção Científica do Mundo (HENRIQUES, 2016, p.5). Sua principal característica é a redução da filosofia à análise da linguagem, distinguindo o que faz parte da linguagem científica da linguagem comum. Para os empiristas lógicos deveriam ser excluídos de ambas as linguagens quaisquer termos metafísicos, justamente porque esses termos não podem ser verificados empiricamente. O Empirismo acredita que o conhecimento é formado a partir de experiências. Além da tese de que a linguagem não deve conter termos metafísicos, os empiristas lógicos garantiam primeiramente que “os enunciados factuais se referem a coisas existentes e que são verificáveis” (ABBAGNANO, 2007, p. 382) e em segundo lugar, que também existem enunciados analíticos – da lógica e matemática – que são verdadeiros em relação aos seus próprios critérios. Esses últimos são enunciados tautológicos que não afirmam nada acerca da realidade. Esses pensamentos eram compartilhados por todos os empiristas e não eram exclusividade dos de Viena. A novidade do Círculo de Viena é a ideia da *Unidade da Ciência*, que será discutida mais adiante.

Outra questão que deve ser considerada é que os membros do círculo, em suas discussões, chegavam a posições divergentes. É o caso de Neurath e Carnap que discordavam em assuntos como fundacionismo e o coerentismo. Carnap e Schlick acreditavam que existiam dois tipos de enunciados: aqueles que relatam experiências de perspectiva imediata – verificados porque imediatamente correspondem aos fatos – e aqueles enunciados amplos que são testados em suas relações com os primeiros enunciados (HAACK, 2002, p. 137). Já para Neurath, a correspondência dos enunciados com a realidade não serve de teste de verificação, somente a coerência entre os enunciados garante sua plausibilidade. Outra característica é conceber a justificação das crenças de maneira piramidal. Kirkham (2003, p.298) explica que assim como o apoio da pirâmide se dá de modo ascendente, assim também ocorre com as crenças, cuja justificação ocorre em sucessivas camadas. Existem, desse modo, duas formas de crença: as que precisam de justificação e as que são auto evidentes, sendo as últimas o



fundamento das primeiras (ABBAGNANO, 2007, p. 550). Nossas crenças devem receber uma justificação última, que é evidente e incorrigível. A isso a tradição chamou de fundacionismo:

[...] pode ser então caracterizado como a posição epistemológica segundo a qual, ou uma opinião é evidente, e é incondicionalmente aceitável para quem a expressa e para os outros, ou tal opinião pode ser apoiada por outras, até que cheguemos a uma opinião evidente ou incondicionalmente aceitável. E, além disso, neste segundo caso, a forma de lidar com as opiniões também deve ser aceitável. (DUTRA, 2008, p. 153)

Neurath é tido como um fundacionista no sentido fraco, porque ele aceita a estrutura do fundacionismo, entretanto discorda que existam crenças últimas, fundamentos últimos que são incorrigíveis. Já Carnap aceita também este último argumento, por essa razão os comentadores falam que ele possui um falibilismo fraco se comparado ao de Neurath. Carnap ao longo de sua produção, também abandonou o fundacionismo. Não será discutido, contudo, a obra de Carnap, porque não faz parte do escopo desse trabalho. Seu nome aparece algumas vezes para elucidar melhor o pensamento de Neurath. Mas o que significa dizer que Neurath era um falibilista? Falibilismo é uma atitude científica daquele que aceita a possibilidade do erro, não existe para um falibilista radical nenhuma frase inquestionável ou irrefutável. Algo muito semelhante com as ideias do conhecido filósofo da ciência Karl Popper. Popper chama sua teoria de falseacionismo porque entende que é necessário submeter qualquer hipótese ao teste de verificação e falsificação. A melhor hipótese, para Popper, é aquela que se sustenta mesmo diante dos testes.

Como comentado anteriormente, os componentes do Círculo de Viena tiveram como um dos pontos de partida o *Tractatus* de Wittgenstein, sobretudo no que se refere à linguagem. Foi visto que, para entender uma proposição, Wittgenstein afirma ser necessário decompô-la em frases mais simples, *elementares*. O sentido de uma proposição, para o autor, está em sua capacidade de figurar a realidade, assim como sua verdade depende de sua relação com o estado de coisas no mundo. O correlato das *proposições elementares* para os empiristas lógicos são as *proposições protocolares*. Entretanto, elas guardam algumas distinções e essas serão expostas no decorrer do texto.

A linguagem para Neurath tinha necessidade verificacionista, “[...] uma frase tem sentido, se e somente se, depois de logicamente analisada, for verificável” (HENRIQUES, 2016, p. 5). Uma oração só poderia ser verificada se fosse escrita em linguagem fisicista. O autor indica que era necessário substituir a linguagem trivial fisicista pela linguagem científica fisicista. Nessa linguagem não teria lugar para termos metafísicos como alma, ser, Deus, etc. porque são “resíduos teológicos e anticientíficos” (PELAEZ, s.d). Além do que, esses termos

não podem ser verificados na experiência. Todas as afirmações na linguagem fisicista devem conter “referências à ordem espaço-temporal, a ordem que conhecemos da física” (NEURATH, 1931 *apud* HENRIQUES, 2016, p. 14). Na linguagem fisicista existem frases puramente formais, que são as da matemática e da lógica, e frases de sentido literal: “[...] uma expressão tem significado literal se e somente se os termos que nela ocorrem, (a) se referirem a objetos espaço-temporalmente localizáveis ou (b) forem predicados de objetos espaço-temporalmente localizáveis” (HENRIQUES, 2016, p. 14).

A linguagem ordinária já é fisicista, entretanto, imprecisa. A tarefa na análise da linguagem é aprimorá-la sempre mais, uma vez que “nossa linguagem trivial histórica nos foi dada com a abundância de termos vagos não analisados” (NEURATH, 1932-33, p. 205). O autor dá exemplos do que seriam frases vagas e precisas: “Otto observa uma pessoa com raiva”, é mais imprecisa que a proposição ‘Otto observa uma indicação termométrica de 24 graus’ (NEURATH, 1932-33, p. 205). A linguagem fisicista é a linguagem da *Ciência Unificada*; um dos pré-requisitos, para uma ciência unificada, é a existência de uma mesma linguagem: “[...] a ciência unificada é a física em seu aspecto mais amplo, uma trama de leis que expressam conexões espaço-temporais – chamemos isso: Fisicalismo”<sup>24</sup> (NEURATH, 1983, p. 49 *apud* CUNHA, 2008, p. 46). Pelaez (s.d.) explica que a linguagem unificada é o slogan da *Ciência Unificada*, e que essa linguagem deve ser construída sobre os fundamentos da linguagem comum, com as expressões mais usadas e que possuem maior êxito pragmático.

Na base da linguagem fisicista devem estar os enunciados protocolares<sup>25</sup> de natureza também física. Neurath chama de *Proposições Protocolares* as frases completas. Exemplifica que frases como: “Um dado vermelho sobre a mesa”, não é uma frase completa. “Otto vê agora um dado vermelho sobre a mesa” é uma *proposição protocolar*, pois “Uma proposição por sua vez mostra um nome próprio em um termo sobre as condições de percepção” (NEURATH,

---

<sup>24</sup> Henriques argumenta que quando Neurath fala do fisicalismo, e que a linguagem da Ciência Unificada deve ser a fisicista, não está alegando que as demais ciências devem ser reduzidas à física. “Neurath é explícito em afirmar que cada área da Ciência Unificada preserva suas leis individuais”. Na Ciência Unificada com base no fisicalismo, contudo, estas leis podem e devem estar correlacionadas (HENRIQUES, 2016, p. 17-18). O termo fisicalismo foi proposto, pela primeira vez, por Neurath, mas também foi usado por Carnap. Os autores buscavam acentuar o caráter físico da linguagem. Para Carnap, a linguagem da física era a linguagem universal. Atualmente o termo é usado pela filosofia da mente, e existem várias versões dele. Uma versão é ontológica, e sustenta que tudo que existe ocorre ou é constituído por entidades físicas. Outra versão é linguística, segundo a qual tudo que ocorre pode ser descrito pela linguagem física, entre outras. Cf. ABBAGNANO (2007, p. 539).

<sup>25</sup> Alguns comentadores usam o termo *enunciado protocolar* e não *proposições protocolares*. Se discutiui na seção 3.1 a diferença entre enunciado e proposição. Lembrando, os enunciados são eventos históricos datáveis e localizáveis. Para Neurath, de acordo com Pelaez (s.d.), qualquer ato de fala, por mais ambíguo que possa parecer, sempre possui uma referência espaço-temporal. Talvez por essa razão alguns comentadores preferem usar enunciados protocolares.

1932-33, p. 208). Porém o aspecto principal de um enunciado protocolar é a referência a uma ordem espaço-temporal. Conhecer as leis da física de determinada época facilita o processo de identificação de enunciados protocolares/enunciados da experiência (PELAEZ, n.d).

Não existe linguagem ideal para Neurath, nem a fisicista. Segundo o autor, a linguagem fisicista é mais precisa, mas isso não significa que esteja livre de revisão, pois entende que a ciência está em constante desenvolvimento: “A ficção de uma linguagem ideal construída a partir de sentenças atômicas puras não é menos metafísica que a ficção do demônio de Laplace” (NEURATH, 1932-33, p. 205). Neurath, nesse sentido, parece se posicionar contrário à concepção de *proposições elementares* de Wittgenstein e as *proposições atômicas* de Russell. Para esses últimos, uma proposição complexa podia ser decomposta em partes menores; essas partes menores eram imediatamente relacionadas a partes também simples do mundo e, portanto, verdadeiras. Neurath entende que a permanência e estabilidade de algumas proposições protocolares não acontece porque essas correspondem à realidade, mas sim porque possuem capacidade, historicamente demonstrada de satisfazer nossos requisitos práticos (PELAEZ, n.d). A estabilidade de algumas proposições não garante a elas lugar privilegiado, elas também poderão ser refutadas.

Ainda com o objetivo de esclarecer o pensamento de Neurath sobre as proposições protocolares e a ciência é básico interpretar a metáfora do barco. Para ele, não existem proposições protocolares conclusivas e inquestionáveis que sirvam de base para a ciência. “Não existe tábua rasa” (NEURATH, 1932-33, p. 206). Isso significa que possuímos um complexo teórico/um sistema que não é posto de lado no momento em que são feitas novas observações e novos enunciados, eles não surgem como completamente novos e neutros. Ele continua dizendo:

Somos como marinheiros que têm que consertar seu barco em alto mar, sem nunca poder desmontá-lo em um dique seco, e construir novamente com melhores materiais. Só os elementos metafísicos podem ser removidos sem deixarem vestígios. De uma forma ou de outra, há sempre “conglomerados linguísticos” imprecisos como componentes do navio. Enquanto pudermos reduzir a impressão de um lado, ele pode aumentar no outro. (NEURATH, 1932-33, p. 206)

Nesta metáfora imagina-se que os marinheiros são os cientistas e o barco a ciência. A história da ciência mostra que leis e enunciados são substituídos por novos, como as tábuas do barco. Contudo, a substituição é feita em partes (não colocamos abaixo toda a ciência), e ainda enquanto se navega em alto mar. Em outras palavras, os cientistas não estão do lado de fora do barco, eles avaliam novos enunciados no interior da ciência. Para Neurath (1932-33), as leis científicas se formam a partir de enunciados observacionais, e têm capacidade preditiva. Essas leis garantem que “o barco esteja em condições de continuar navegando”. Leis podem ser

revistas, porque a ciência está em constante construção, novos enunciados e novas leis farão parte da ciência se forem considerados mais adequados que os anteriores.

A questão agora é: como definir que alguns enunciados são mais adequados? É a partir das respostas do próprio autor a essa questão que ele foi chamado de coerentista. Neurath acredita que *Ciência Unificada* deve ser um complexo sistema, livre de contradições e com enunciados que se inter-relacionam. Neste sistema estariam proposições protocolares, não protocolares e leis. Quando aparecem novos enunciados ou leis, eles devem ser comparados ao sistema. “No caso de a nova proposição for contraditória ao sistema deve ser abandonada como inútil (‘falsa’)” (NEURATH, 1032-33, p. 209). É possível admitir um novo enunciado, se com a admissão deste, o sistema ficar mais abrangente e ainda se manter sem contradições; a “proposição é denominada, então, ‘verdadeira’” (NEURATH, 1032-33, p. 209). Um enunciado em conflito com o sistema poderá ser admitido, mas o sistema deve ser alterado no sentido de permitir o novo enunciado e continuar sendo coerente. O filósofo não admite que exista uma “realidade não contaminada” na qual confrontamos as proposições protocolares. Não existe nenhuma relação isomórfica de cópia entre realidade e enunciado. Para Pelaez (s.d.), isso seria tentar comparar ordens ontológicas completamente diferentes. Um detalhe a ser atentado é que toda observação é feita no sentido de corresponder às expectativas do sistema, lembrando a expressão “não existe tábua rasa” (CUNHA, 2008, p. 55).

Neurath foi muito criticado pela postura coerentista, principalmente pelo companheiro de Viena, Schlick. Ele recusava ser um coerentista, embora sua teoria não deixa dúvidas de que possui traços de coerência. O objetivo de Neurath não era formar um sistema verdadeiro, mas sim um sistema mais operacional e preditivo (PELAEZ, n.d.). Henriques ainda garante que Neurath, ao rejeitar a correspondência quer a eliminação do “absolutismo da verdade” (NEURATH, 1937 *apud* HENRIQUES, 2016, p. 46). Esses comentadores esclarecem que Neurath evitou termos como “verdadeiro” e “falso”, preferindo “aceitável” e “rejeitável”. Outro elemento significativo na teoria de Neurath é que o recurso utilizado como critério último de validade do enunciado é a decisão. Isto parece estar bem alinhado às teorias pragmatistas da verdade.

Por certo considera-se que Neurath tinha uma visão coerentista da verdade. A *Ciência Unificada* seria um grande sistema coerente que utilizaria a linguagem fisicista para diminuir as imprecisões. Qualquer enunciado ou lei desse sistema estaria sujeito à revisão. Um novo enunciado advindo da experiência, seria considerado verdadeiro se fosse coerente com o sistema em questão. O critério último na admissão de um novo enunciado seria a decisão e por fim, não existe verdade absoluta para Neurath.

### 3.3.2 Teoria da verdade como coerência para Blanshard

A teoria da verdade de Blanshard está ligada à ideia de natureza do pensamento. Para o autor, pensar é compreender. O pensamento funciona no sentido de aprender o desconhecido e de relacionar esse novo conhecimento àquilo que já sabemos: “[...] o pensamento em sua natureza real, tenta colocar algo desconhecido imperfeitamente, dentro de um subsistema de conhecimento, e este dentro de um sistema maior que constitui o mundo das crenças aceitas” (NORRY, 2005, p. 60). O pensamento tem, portanto, dois objetivos: buscar a satisfação do sistema e aprender o novo objeto, e estes objetivos devem ser entendidos como um só. Os coerentistas estão convencidos de que esses objetivos do pensamento, tidos como um, são “a chave para a natureza das coisas” (NORRY, 2005, p. 61). Eles entendem que a realidade é um todo inteligível e ordenado, e o pensamento, como também funciona dessa maneira, consegue compreender a realidade cada vez mais. A coerência é uma espécie de objetivo do nosso pensamento. E somente ela serve de critério para justificar nossas crenças: “[...] a coerência não só é critério, como também é a natureza mesma da verdade” (NORRY, 2005, p. 61). Por essa razão, Kirkham (2003, p.153) afirma que a teoria da coerência de Blanshard pretende ser definição e também critério de verdade.

Para Blanshard, só é possível testar a verdade de algo através da coerência. Os fatos podem auxiliar nisso, mas não no sentido de comparar proposição e fato. O próprio fato faz parte do sistema: “os fatos que suportam no sistema, são eles mesmos relativos ao sistema. Em resumo, a coerência é nosso único teste, é nosso único de qualquer verdade ou de qualquer fato” (NORRY, 2005 p. 62). Blanshard utiliza dois exemplos para demonstrar que os fatos não bastam como critério de verdade. Conta sobre a publicação de Williams Crookes, datada de 1874, na qual o cientista relatou todas as observações que fez de uma médium. A partir de medidas, imagens e cálculos o cientista garantiu que ela incorporava outras pessoas. Sua publicação foi contestada e não admitida pela ciência da época, uma vez que, segundo Blanshard, era incoerente e contraditória em relação ao sistema científico. O outro exemplo é referente ao conhecimento histórico. Para Blanshard, a única maneira de provar algum juízo em história, é comparando-o com relatos, livros, testemunhos e com o sistema de conhecimentos históricos disponível. A coerência é assim o único teste disponível: “ninguém pode comparar o enunciado de que a batalha de Hasting foi travada em 1066 com nada mais do que declarações, tais como aquelas encontradas em documentos, livros de história ou obras de arte” (NORRY,

2005, p. 63-65). Para o autor, esses exemplos simbolizam como a verdade não reside na correspondência e sim na coerência.

Todavia, a verdade como coerência também possui fragilidades. Kirkham (2003, p. 161), a fim de demonstrar uma delas, cita Simon Blackburn: “nosso juízo de que há um gato no jardim torna-se verdadeiro, se é verdadeiro, estando o gato no jardim”. Contudo, para Blanshard, na emissão de um juízo sobre o gato no jardim, deve-se considerar a experiência prévia do observador e seu poder de conceituação sobre gatos, que o faz entender que aquele é um gato e não outro animal, ou objeto. A prova da verdade de seu juízo se dá pela comparação “do juízo original com outro juízo” (NORRY, 2005, p. 66). Outras objeções à teoria da verdade como coerência são levantadas, como por exemplo: se existirem dois sistemas, coerentes em si, mas incompatíveis entre si? Como decidir qual é o caso? A resposta de Blanshard não é muito convincente: “a teoria da coerência não sustenta que qualquer sistema é verdadeiro, [...] sustenta que só um sistema é verdadeiro, a saber o sistema no qual toda a realidade possível está incluída coerentemente” (BLANSHARD *apud* NORRYS, 2005, p. 72). É pouco provável, para Blanshard, existirem dois sistemas perfeitos, nos quais toda realidade está contida, mas que são incompatíveis entre si.

Vários problemas surgem na teoria da coerência como um todo: *racionalização do conservadorismo*, *problema da circularidade*, *rejeição do princípio de bivalência* e do *princípio da transcendência*. O *problema do conservadorismo* pode ser resumido na seguinte questão: Como pode haver avanço científico se se reconhece de antemão que nada pode ser verdadeiro, a menos que esteja de acordo com o que já está estabelecido? (NORRY, 2005, p. 73). Uma das maneiras de apresentar o *problema da circularidade* da coerência é: as crenças são coerentes devido às relações internas que o sistema a qual fazem parte possui. Contudo, a suposição de que existem tais relações também é uma crença. A coerência se funda não nos estados de coisas do mundo, mas numa crença na qual é coerente acreditar. Isso é circular (COSTA, 2002). A rejeição ao *princípio de bivalência* acontece para as teorias coerentistas que acreditam que o “conjunto coerente é aquele maximamente consistente, daquelas proposições que os falantes atuais acreditam presentemente” (COSTA, 2002). O *princípio da bivalência*, para o qual todas as proposições ou são verdadeiras ou são falsas, não estaria presente nas crenças que não são coerentes a nenhum sistema, para essas crenças não se poderia determinar o valor de verdade. Somado ao problema da bivalência, algumas teorias coerentistas rejeitam o *princípio de transcendência*, “segundo o qual existem proposições verdadeiras que podem não ser conhecidas como verdadeiras” (COSTA, 2002).

Mesmo a coerência apresentando tantos problemas, Blanshard acredita que a teoria da correspondência possui maiores limitações. Além de contestar a correspondência o autor critica a auto evidência. Norry (2005) comenta que os axiomas e as leis lógicas não teriam significado fora do sistema a qual pertencem. Muitas das leis lógicas tradicionais, que eram consideradas auto evidentes, estão sendo substituídas por lógicas alternativas. Para os defensores da coerência a coisa em si não tem significado separada de uma rede de relações. Isso se chama *doutrina das relações internas* (NORRY, 2005, p. 70). O funcionamento dessas relações internas se daria da mesma forma que o organismo do ser humano. Os elementos do sistema não podem ser somente compatíveis entre si, eles são dependentes uns dos outros.

O que seria o azul se estivesse separado em nosso pensamento de todas as outras cores do espectro, com que está relacionado por similaridade ou diferença, de todas as nuances dentro do seu próprio alcance, e toda a definição que ele tem em virtude de ser pensado como uma qualidade mais que, como substância ou relacionamento? ... Eu não tenho ideia. (BLANSHARD, 1948 *apud* NORRY, 2005, p. 70)

Para Blanshard, a própria realidade é coerente, por essa razão o pensamento, também coerente, consegue compreendê-la. Admitir que a realidade é coerente não é algo necessário somente para os coerentistas, já que falar em correspondência do conhecimento coerente com uma realidade incoerente é um absurdo. Se o mundo é coerente parece mais plausível acreditar que, quanto mais coerente for nosso sistema de crenças, mais verdadeiro ele é. Resolve-se assim a questão da relação entre pensamento e realidade.

Outra característica da teoria de Blanshard é que, para ele, a verdade nunca é completamente alcançada, assim como nenhuma proposição que tenha sentido é completamente falsa. Por essa razão ele introduz a ideia de graus de verdade: “um dado juízo é verdadeiro em um grau em que seu conteúdo pode se sustentar a luz de um sistema de conhecimento completo” (NORRY, 2005, p. 78). A teoria de Blanshard, admitindo que só atingimos graus de verdade, pode ser entendida da seguinte maneira: uma crença será verdadeira em um determinado grau se e somente se x% do seu conteúdo estiver presente num sistema de crenças completo e verdadeiro (KIRKHAM, 2003, p. 160).

Em resumo, a teoria da verdade em Blanshard está associada à natureza do pensamento. O pensamento, na tentativa de compreender uma coisa, o faz em relação a um sistema coerente que já possuímos. O teste de qualquer proposição ou teoria é feito em relação a este sistema de conhecimento. Admitimos uma nova teoria devido ao seu grau de coerência com o sistema. E por fim, se a coerência é o único teste para a verdade, ela também deve ser a definição de

verdade. A coerência sistemática é não só os critérios que usamos para a verdade; é, em última instância, o que entendemos por “verdade” (NORRY, 2005, p. 77).

\* \* \*

Iniciamos o capítulo com a pergunta: o que é a verdade? Filósofos com o propósito de responder a essa questão elaboraram, ao longo da história, diversas teorias. As teorias da verdade foram sendo unificadas em teorias mais gerais. Falamos de alguns representantes da verdade correspondentista e coerentista, mas existem diversas teorias como as pragmatistas, a teoria semântica de Tarski, entre outras. Pretendemos, neste final de seção, retomar alguns aspectos das teorias apresentadas. Algumas questões conduzirão essa tarefa: qual a definição e o critério de verdade da teoria? O que significa corresponder e ser coerente? Qual a natureza dos fatos e das proposições? Qual é o conceito de realidade? Quais as principais contribuições de determinada teoria?

As teorias analisadas acima possuem em comum a ideia de que a verdade é uma espécie de propriedade relacional. A relação se dá entre os portadores de verdade “[...] com alguma outra instância que se estabelece como condição de verdade da primeira” (COSTA, 2005). No caso da correspondência a verdade resulta da relação entre proposição e fatos objetivos no mundo; na coerência a relação se dá entre crença, proposição, teoria e um sistema. Nos demais aspectos elas divergem. O significado de verdade para a teoria correspondentista de Russell e de Wittgenstein é a correspondência das proposições com um fato no mundo. No caso do critério, Russell não parece definir qual é o critério ou teste para definir qual crença é verdadeira. “Não estamos perguntando como podemos saber se uma crença é verdadeira ou falsa: estamos perguntando o que se quer dizer com a questão a respeito da verdade ou falsidade de uma crença” (RUSSELL, 1912, p. 119-20 *apud* KIRKHAM, 2003, p. 174).

Para Wittgenstein, a definição e o critério de verdade parecem estar ligados ao conceito de figuração, a capacidade figurativa da proposição. Quanto à realidade não há dúvidas que Russell era um realista, mas, no que se refere a Wittgenstein, as interpretações divergem. Para Russell o real é algo físico, também deve-se considerar a relação entre os objetos físicos e os dados do sentido. O conjunto de objetos físicos é a matéria. A matéria existe, independente da nossa mente. “Assim, se não pudermos estar seguros da existência independente de objetos, estaremos sós num deserto – a totalidade do mundo exterior não seria mais que um sonho, e só nós mesmos existimos” (RUSSELL, 2005, p. 15). De maneira geral, o *Tractatus* apresenta a existência de uma realidade essencial e independente, contudo a maneira que Wittgenstein



concebe a linguagem pode fazer dele um antirrealista, ou idealista. Os adeptos ao idealismo do *Tractatus* se apoiam sobretudo no aforismo 3.3 “Só a proposição tem sentido; é no contexto da proposição que um nome tem significado” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 153).

A noção de fato é importante para a verdade como correspondência. Os fatos são unidades reais – o conceito de realidade foi visto acima – “no sentido de serem eles mesmos coisas com poderes causais” (GIAROLO, 2013, p. 140). A proposição é o portador de verdade, ela parece no caso dos autores estudados, corresponder a um único fato. A correspondência é uma espécie de congruência. De acordo com Kirkham (2003, p. 174), as teorias da verdade como correspondência se dividem entre aquelas que a relação é de correlação e aquelas que a relação é de congruência. Na primeira situação a relação entre proposição e mundo é casual, não significa que o portador reflete a realidade. Já no caso da congruência, a proposição e o fato mantêm uma relação de identidade, também chamada de isomorfismo. Para Russell, a proposição corresponde com a realidade e, para Wittgenstein, a proposição afigura a realidade. A análise lógica da linguagem faria uma decomposição de *proposições complexas* para proposições mais *simples/ elementares* com o objetivo de facilitar a observação dessa correspondência.

A teoria da coerência, nos autores estudados, tem em comum a ideia de que existe apenas um grande sistema coerente, com o qual as proposições, leis e teorias devem ser comparadas, a fim de serem consideradas verdadeiras. Um sistema coerente possui proposições interdependentes e que se implicam mutuamente. Para Neurath, este sistema é o da *Ciência Unificada* e para Blanshard é o sistema no qual toda a realidade possível está incluída coerentemente. Sobre a realidade eles diferem em alguns aspectos. Neurath parece ser um quase realista, pois para ele a realidade corresponde à realidade da física. Entretanto, toda observação da realidade ocorre a partir do conhecimento que já possuímos, não é uma realidade incontaminada, independente da mente dos pesquisadores. Para Blanshard, a realidade não é completamente externa à mente humana: “Se o pensamento e as coisas são pensados como tendo apenas relações externas, então o conhecimento é sorte” (BLANSHARD *apud* KIRKHAM, 2003, p. 153)<sup>26</sup>. É difícil dizer se para Neurath a coerência é o significado de verdade, mas certamente é o critério que identifica qual enunciado é verdadeiro ou falso. Vimos que, para Blanshard, a coerência é a definição e critério de verdade. Outro aspecto a ser

---

<sup>26</sup> Um argumento em defesa da existência de verdades independentes do nosso conhecimento é que devem existir, por exemplo, muitas verdades referentes a outros planetas que ainda não conhecemos, mas aguardam nossa descoberta. “Afinal de contas, se existe um mundo independente da mente, e se o nosso conhecimento é limitado, então a verdade é naturalmente capaz de superar o que conhecemos” (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 77).

comentado é que, para os coerentistas, não parece existir verdade absoluta. Neurath insiste que qualquer enunciado deve estar sujeito à revisão e Blanshard fala em graus de verdade. A verdade como coerência admite que o pensamento do cientista não consegue acessar a realidade num sentido puro.

Terminada esta seção, seguimos com a apreciação de algumas obras dos historiadores fundadores dos *Annales*, buscando identificar qual teoria ou quais teorias da verdade fundamentam sua escrita.

## 4 TEORIAS FILOSÓFICAS DA VERDADE EM BLOCH E FEBVRE

O capítulo anterior apresentou duas teorias da verdade consideradas clássicas na história da filosofia, a da correspondência e da coerência. Foram evidenciadas algumas de suas principais características, por meio da análise dos filósofos representantes destas teorias na primeira metade do século XX. Com o propósito de darmos continuidade a este trabalho retomamos algumas questões que o conduzem: Qual teoria filosófica da verdade fundamenta as obras de Bloch e Febvre? Esta teoria é diferente da usada pelos historiadores metódicos? Nossas conclusões reforçarão nossa hipótese anterior, de que *Annales* não propõem um novo paradigma? Para este estudo foram analisadas obras e textos de Febvre, Bloch, Seignobos, Langlois e Monod. Os textos de Febvre utilizados foram: *Combates pela história* (reunião de artigos), o texto *História* escrito com Berr e a obra *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Os textos de Bloch foram: o livro *Apologia da história ou o ofício do historiador*, o artigo *Como e por que trabalha o historiador* e o livro *Os reis taumaturgos*. Dos metódicos analisamos o livro *Introdução aos estudos históricos* de Seignobos e Langlois, o prefácio da *Revue historique* de Monod e Fagniez e o texto *Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI* de Monod.

Para tal, primeiramente apresentaremos os conceitos de história para Bloch e Febvre e como eles a viam como uma ciência. A seguir discutimos a definição e os critérios de identificação da verdade para estes autores. E por fim estabeleceremos uma comparação desta definição com a definição e critérios de identificação de verdade de Langlois e Seignobos.

### 4.1 História: uma ciência

Para iniciarmos a discussão, refletimos sobre o conceito de história enquanto ciência apresentados por Bloch e Febvre. O conhecimento científico carrega a ideia de ser mais seguro e confiável que outras formas de conhecimento, portanto a caracterização científica da história também tem este intuito. Certamente esses historiadores consideravam a história uma disciplina científica e repetidas vezes buscam reforçar este pensamento. Seus escritos pretendiam, neste sentido, ampliar e fortalecer o caráter científico da história. Entendiam que a história produzida até então não tinha sido suficientemente científica. Febvre ao tratar do assunto contraria o pensamento de Berr, que afirmava que a história é demasiado científica para ampliar o contato com a vida. Para Febvre, por sua vez, a história por não ser suficientemente científica não conseguia ampliar sua aproximação com a vida (FEBVRE, 1989, p. 21). Bloch também entende

que a história estava no caminho da cientificidade e que ainda não era uma ciência acabada. Ele a vê como uma ciência em marcha, como uma ciência na infância (BLOCH, 2001, p. 47). Para ambos os autores, a história ainda estava sob ameaça da sedução exercida pela ficção e pela facilidade explicativa de fatos superficiais, portanto a vigilância para a produção de uma história científica deveria ser constante. Febvre pensava que com o esforço de alguns historiadores a história se tornaria um conhecimento cada vez mais científico: “Virá um dia em que se falará de ‘laboratórios de história’ como de realidades – e sem provocar sorrisos irônicos” (FEBVRE, 1989, p. 248). Para que a história se torne verdadeiramente uma ciência o historiador deveria estar ciente dos limites de sua tarefa, dos problemas e “na medida em que seu trabalho permitir, deveria estar preocupado com o papel dos fatores explicativos, ou pelo menos, de algum fator definido” (FEBVRE, 2013, p. 488).

Bloch e Febvre estão de acordo que este conhecimento não deve emitir julgamentos: “Julgar, não. Prever, menos ainda. Compreender e fazer realmente compreender” (FEBVRE, 1989, p. 92), essa é a tarefa da história. De acordo com Bloch: “[...] por muito tempo o historiador passou por uma espécie de juiz dos infernos, encarregado de distribuir o elogio ou o vitupério aos heróis mortos” (BLOCH, 2001, p. 125). Mas a palavra que “ilumina nossos estudos” é “compreender”. Interessante que Bloch e Febvre reiteram que a função da história é, sobretudo, compreender. Isto porque a ideia de compreensão como função e método da história surge no século XIX, século que foi visto como ultrapassado do ponto de vista historiográfico, por Bloch e Febvre. Foi com Wilhelm Dilthey (1833-1911) e com sua obra *Introdução às ciências do espírito* (1883) que este conceito foi reivindicado, pela primeira vez, como o método das ciências humanas diferenciando-as das ciências naturais cujo método é explicativo.

Os historiadores afirmam que a história não trabalha com a exatidão mas com probabilidades e aproximações: “A exatidão nunca é atingida. Da mesma forma somente atingimos uma probabilidade, não atingimos nunca uma ordem de grandeza” (BLOCH, 2013, p. 456). Conclusões cabalistas são um grande problema: “Não podemos senão concluir: os testemunhos teológicos ou de controversistas, por nossos antecessores ou por nós recolhidos, não permitem que ninguém diga, com certeza, sim – ou não” (FEBVRE, 2009, p.141). Com esta perspectiva Febvre escreve sua obra prima, *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Neste livro sua preocupação não é postular uma tese, mas lançar luz sobre o problema da incredulidade no século XVI. Para responder a este problema ele avaliou o lugar que a religião cristã ocupava na vida dos homens daquele século. Não afirmou se Rabelais era ou não, um incrédulo, mas argumentou que se ele fosse estaria contrariando o

“espírito da sua época”, estaria destoando do coletivo. Em resumo os historiadores não devem “aprisionar suas conclusões”, a expressão “é verdade que” leva o historiador a um impasse. Melhor seria utilizar a expressão “é possível que”, esta levaria ao fim último da história que é compreender (FEBVRE, 2009, p. 44).

Febvre expõe que existem maneiras de fazer história, e que as críticas que normalmente faz se destinam “aquela ‘maneira de conceber a história que não é nossa’. Da maneira que é nossa, Marc Bloch dá-nos uma exposição, infelizmente interrompida” (FEBVRE, 1989, p. 245). Febvre escreve de uma forma que parece dividir os historiadores, entre aqueles que estavam e aqueles que não estavam com ele. Estes últimos são considerados uma espécie de inimigos da “boa história.” Em alguns momentos, tratando da história “deles” e da “nossa”, Febvre se contradiz. Talvez seja o fato de que os artigos reunidos no livro *Combates pela história* tenham sido escritos em períodos diferentes. Entre as contradições está a ideia de escola: ele comenta não possuir nenhuma “escola” nem seguidores, que não quer aprisionar nenhum espírito; pelo contrário, quer libertá-los (1989, p. 27). Mais adiante, explica que seus ataques não são contra homens, mas sim que se trata de um conflito, de uma oposição nítida entre duas escolas (1989, p. 103). Ainda, em outros momentos, faz referência “àqueles que me seguem”.

Ainda quanto à ciência histórica, os historiadores entendem que a pesquisa deve sempre iniciar com um problema: “Se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações” (FEBVRE, 1989, p. 31). Febvre anuncia que o conhecimento histórico é cientificamente conduzido, o que implica na realização de, no mínimo, duas operações, “as mesmas que se encontram na base de qualquer trabalho científico moderno: pôr problemas e formular hipóteses” (FEBVRE, 1989, p. 32).

Outra importante característica da história é que ela é social por definição. Tanto Bloch quanto Febvre a veem desta maneira. Além disso, deve ser compreendida como um conhecimento inseparável do social, ela sofre seus contrangimentos e contingências, e tudo isso afeta no seu desenvolvimento (FEBVRE, 1989, p. 62).

Ao fim desta pequena explanação, apresentamos as definições de história propostas por Febvre e Bloch e que se tornaram clássicas. Entendido o conceito de história, partimos para a definição de verdade no limite do conhecimento histórico.

A história que considero é o estudo, cientificamente conduzido, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro das sociedades variadas e contudo comparáveis umas com as outras (é o postulado da sociologia), com as quais encheram a superfície da terra e a sucessão das épocas. (FEBVRE, 1989 p.30)

## 4.2 História e Verdade

### 4.2.1 Verdade: definição e critérios

Primeiro é preciso assinalar que, para Bloch e Febvre, a verdade é um valor que está presente em todas as ciências. Para Febvre este valor deve ser comunicado e partilhado.

Que a verdade seja bem comum de todos os homens; que cada um desses homens, se possui uma parcela dela, por mínima que seja, deva imediatamente comunicá-la a todos, desde que possa, sem reservas nem cálculos; quem, se não o fizer, seja culpado em relação à coletividade – essa ideia que é a nossa, que é, em todo caso, a de nossos cientistas, totalmente desinteressados e pródigos nas suas contribuições – essa ideia, os homens do século XVI quase não tinham ou não a formulavam. (2009, p. 355)

A palavra “verdade” é normalmente usada em dois sentidos: para referir-se a uma proposição/sentença ou para referir-se a uma realidade. Uma proposição verdadeira difere da falsa, e realidade verdadeira difere daquela que é “aparente, ilusória ou inexistente” (MORA, 1998, p. 3014). Não é tarefa fácil discernir entre esses dois sentidos, e na linguagem corrente normalmente não é feita tal distinção. Seleccionamos alguns trechos das obras lidas para exemplificar esta diferença:

I. Como realidade: “O ‘*verdadeiro*’ Rabelais [...] não existe para eles” (FEBVRE, 2009, p. 105); “Todas as vezes, procissões, preces, toques de sinos, te-deum, serviços fúnebres, missas, cerimônias de todo tipo. Isso é *verdade* na cidade, é mais *verdade* ainda no campo, talvez” (FEBVRE, 2009, p. 303); “Mas o raciocínio muito simples que, ao excluir qualquer outra possibilidade de explicação, nos permite passar do objeto *verdadeiramente* constatado ao fato cuja prova nos traz [...]” (BLOCH, 2001, p. 71).

II. Como sentença/ proposição: “*Verdade*: haverá uma *verdade*, no domínio da ciência, no dia em que, de duas opiniões que são apenas opiniões, poder-se-á controlar que uma é verificada pelos fatos, a outra, desmentida, ou não confirmada, por eles (FEBVRE, 2009, p. 358).

Nossa pesquisa limita à discussão do pressuposto filosófico da verdade no sentido de sentença/proposição. Verdade neste âmbito é uma espécie de propriedade que as sentenças podem ou não possuir (KIRKHAM, 2003, p. 99). A história, entendendo-a como um discurso acerca do vivido humano, pode conter sentenças verdadeiras ou falsas, assim como os relatos que podem conter informações verdadeiras ou falsas. Essa propriedade se manifesta, como já

foi visto no capítulo anterior, numa situação relacional (COSTA, 2005). A relação se dá entre os portadores de verdade e algum outro âmbito que se apresenta como condição de verdade. É preciso lembrar que essa propriedade não está nas coisas, mas no juízo acerca das coisas. Isto parece estar bem claro para Bloch: “A incerteza está portanto em nós, em nossa memória ou na de nossas testemunhas. Não nas coisas” (2001, p. 117).

Bloch acredita que a história, como as demais ciências, busca a verdade, e é isso que a distingue dos romances. A história deve ser verdadeira, porque o compromisso do historiador com a verdade é para ele um compromisso com a justiça, “[...] a história tem o direito de contar entre suas glórias mais seguras ter assim, ao elaborar sua técnica, aberto aos homens um novo caminho rumo à verdade, por conseguinte, àquilo que é justo” (BLOCH, 2001, p. 124). Afirma que o juiz e o cientista têm em comum a submissão à verdade. Assim como Bloch, Febvre também afirma que a tarefa da história é buscar e expressar a verdade:

A história como é concebida hoje, pode florescer em arte, pode ser coroada com a filosofia, mas é principalmente e necessariamente o estabelecimento dos fatos e a exposição precisa dos fatos apurados, uma tarefa, como será visto adiante, singularmente difícil e delicada, em suma, a busca e a expressão da verdade. (FEBVRE, 2013, p. 480)

A preocupação de Febvre com a verdade é evidenciada por Crouzet no posfácio do livro sobre a incredulidade. O comentador descreve Lucien Febvre como advogado de defesa de Rabelais que trabalha sem tréguas. Para Crouzet, a ele se atribui “[...] o papel do libertador. Tem tal confiança na capacidade do historiador para neutralizar as miragens da análise que vê na imputação de incredulidade feita a Rabelais um ‘sacrilégio’ contra a verdade” (CROUZET, 2009, p. 410). Conseguir neutralizar e afastar miragens da análise significa escrever de forma mais objetiva possível mantendo o compromisso com a verdade. Notamos aqui grande semelhança entre o pensamento de Febvre e o de Ranke. O historicista queria, apoiado no rigor científico, afastar qualquer parcialidade do conhecimento histórico, tornando-o o mais objetivo possível.

Dessa forma, se a história, assim como as demais ciências, busca e prima pela verdade, então precisamos estabelecer algumas questões para que possamos compreender o que seria a verdade para Bloch e Febvre: Como esses autores a definem? Quais são os critérios que indicam a verdade? Existe nestas repostas referências à realidade? Como eles apresentam a situação relacional que permite afirmar que x é verdadeiro? Caso se trate de uma situação de correspondência com o real, esta correspondência é uma espécie de correlação ou congruência?

Antes de respondermos a estas questões, é conveniente retomar a distinção feita no segundo capítulo entre critérios de definição de verdade, critérios de identificação e justificação epistêmica. Como discernir entre um testemunho falso e um verdadeiro? Alguns critérios podem nos levar a crer que determinado testemunho é verdadeiro. Muitos afirmam que a verdade é relativa pois confundem definição de verdade com critérios de identificação. Um testemunho é verdadeiro se suas informações correspondem ao que de fato ocorreu (esta frase está relacionada a uma definição de verdade). Existem alguns critérios que podem nos fazer identificar tal testemunho como sendo verdadeiro, por exemplo: se o documento que o contém for do material comum à época que informa ter sido feito, se a linguagem utilizada é a mesma de determinada época, se outros vestígios reforçam a afirmação que está contida neste testemunho, etc. (estes aspectos dizem respeito à identificação). Mas essas observações são feitas a partir das informações que dispomos; outro historiador pode dispor de mais informações e atestar que aquele testemunho é falso. Como, para o relativista, não há distinção entre definição e critério de identificação de verdade, ele concluirá que a verdade é relativa. Mas essa distinção é extremamente compreensível e importante, diz respeito à “[...] distinção entre a aparência que as coisas assumem para uma pessoa (os critérios de identificação de verdade) e a realidade dessas mesmas coisas (os critérios que definem a verdade)” (MOSER; MULDER; TROUT, 2004, p. 72).

Os critérios de identificação podem nos enganar. Caso definição e critérios de identificação sejam a mesma coisa, bastaria a aplicação de todos os critérios de identificação para que estivéssemos corretos acerca do testemunho. Em uma passagem de Bloch essa distinção aparece com nitidez: “Deveria ser supérfluo lembrar que, inversamente, os testemunhos mais insuspeitos [...] não são, necessariamente, pois isto, testemunhos verídicos” (2001, p. 97). Podemos justificar nossa conclusão com base em critérios, mas justificação também não pode ser confundida com definição de verdade. Para esclarecer essa diferença, Moser recorda a teoria geocêntrica, que era justificada por um grande número de filósofos e astrônomos, e como sabemos não era uma teoria verdadeira. Justificação possui uma função prática, se você estiver justificado em crer que algo é verdadeiro é porque você possui alguns indícios que lhe levaram a esta crença. Justificação é um tanto diferente de justificação epistêmica. Você pode estar “justificado” a crer em alguma coisa por razões diversas que podem ser pessoais inclusive. Justificação epistêmica, contudo, prevê uma avaliação que elimine falsidades, que seja razoável e que possibilite a aquisição de verdades. Justificação é um termo comparativo (FLORES, 2012, p.187). A verdade não é condição para justificação, pois justificação é sempre passível de anulação (MOSER, 2004, p. 87). Uma ideia pode não ser



verdadeira, mas naquele determinado momento apresentou-se aos homens como uma explicação válida das coisas e pode, portanto, se confundir para eles com a verdade; é até mesmo uma questão de meios técnicos que se dispõe para chegar a determinadas afirmações (FEBVRE, 2009, p. 310).

#### 4.2.2 História e realidade

Avançamos na análise dissertando sobre realidade. Bloch afirma que a história faz parte das “ciências do real” (2001, p. 149) e que “Para fazer ciência, será sempre preciso duas coisas: uma realidade, mas também um homem” (2001, p. 128). Apesar de o historiador fazer ciência do real, ainda são feitas críticas ao seu ofício. Essas críticas postulam que as relações estabelecidas pelo historiador entre os momentos da atividade humana são frutos do seu “espírito”, ou seja que estas relações não ocorrem na realidade. O autor desaprova, assim como Simiand, as “brincadeiras nominalistas” que sustentam que a função clorofílica é mais ‘real’, no sentido extremo de realismo, que a função econômica” (2001, p. 130), afirmando que tais pensamentos fazem parte de um positivismo mal compreendido. Ao estabelecer laços entre os momentos de atividade humana, o historiador utiliza a abstração, uma ferramenta que, para Bloch, nenhuma ciência consegue rejeitar.

Em *Apologia da história* parecem destacar-se pelo menos dois âmbitos de realidade: a do passado e a do presente. Estes âmbitos estão em constante conexão, sendo que é esta ligação que permite a compreensão histórica. O passado e o presente se interpenetram, os vínculos de inteligibilidade são de sentido duplo, não se compreende o presente caso ignoramos o passado, mas também não se compreenderá o passado se nada sabemos sobre o presente (BLOCH, 2001, p. 65). Então podemos supor que uma afirmação acerca do vivido humano pode ser comparada com duas realidades que se conectam e que, a partir dessa ligação, permitem a compreensão do fato. Na compreensão do passado um método adequado e prudente, segundo Bloch, é o regressivo, no qual é possível interpretar melhor os documentos e formular melhor as perguntas. Neste método, o primeiro passo é observar e analisar a “[...] paisagem de hoje [...]”. Para reconstruir os vestígios quebrados das outras, (películas) tem por obrigação de, antes desenrolar a bobina no sentido inverso das sequências” (BLOCH, 2001, p. 67).

A realidade do passado humano não se altera: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75). Bloch parece entender que ao falarmos de história, estamos nos referindo a ela enquanto realidade (passado humano) ou

enquanto ciência que lida com a realidade. A palavra “aperfeiçoar” possui vários sinônimos e normalmente seu significado mais comum é “tornar-se melhor” ou então “completar”. Em ambos os casos é curioso pensar: o que permite avaliar que o conhecimento sobre o passado aperfeiçoou-se? Que uma nova afirmação histórica se tornou melhor que a anterior? Poderíamos questionar se uma é mais verdadeira que outra, se pensarmos em graus de verdade.

Aparentemente, Bloch acredita que exista um realidade passada, como ele mesmo diz, como um dado que não se modificará, e que o conhecimento produzido é constantemente contrastado com esta realidade, permitindo o aperfeiçoamento deste conhecimento. Outra passagem nos permite reforçar esta hipótese: “O que é de irredutivelmente diverso nos testemunhos levou a concluir que esta concordância final só pode advir de uma realidade cuja unidade essencial era, neste caso, fora de dúvida” (BLOCH, 2001, p. 114). Neste trecho, ele está tratando de testemunhos distintos que, ao serem comparados, podem concordar em alguns resultados, e a base dessa concordância, ou o que a permite, é a realidade. “Tal é a sorte comum de todos os estudos cuja missão implica escutar fenômenos consumados” (BLOCH, 2001, p. 76). Os historiadores estudam e analisam fenômenos reais que já estão consumados. Faz parte da realidade histórica “[...] as consciências humanas, seus entrelaçamentos e confusões, constituem aos olhos da história a própria realidade” (BLOCH, 2001, p. 132).

A noção de realidade de Febvre não é tão evidente quanto a de Bloch. O real para Febvre não é imutável para estar sujeito a leis, mas também não está em constante mudança, pois se tudo fosse mudança a história não seria possível. Num primeiro momento deste trecho, parece que Febvre se refere à realidade, e num segundo momento ao conhecimento histórico acerca desta realidade: “Assim nota-se que a história é algo que muda em oposição ou em conexão com algo que permanece ou se repete” (FEBVRE, 2013, p. 480). Ao mesmo tempo, parece que se preocupa com uma realidade a ser considerada quando são levantadas as hipóteses da pesquisa: “Sob que condições, historicamente falando, em que condições pode a hipótese ser considerada como respondendo a uma realidade? É esse o problema” (FEBVRE, 1989, p. 88); Febvre, ao contrário de Bloch, não entende que o passado seja uma realidade dada: “[...] o passado não obriga. Passado aliás? Não tenham ilusões. O homem não se lembra do passado. Reconstrói-o sempre. [...] faz o passado de que tem necessidade” (FEBVRE, 1989, p. 26). A intenção de seu pensamento, aqui, é banir o que chamou de “realismo ingênuo de Ranke” (FEBVRE, 1989, p. 63). Além disso, precisamos considerar que Febvre pretende reforçar a ideia de que a história é escrita no presente. Que ela não é, de forma alguma, um dado retirado de algum testemunho ou vestígio e transportado para a narrativa. Todavia, esta frase de que

fazemos do passado o que temos de necessidade é muito perigosa, já alertamos na introdução deste trabalho os problemas que podem advir de afirmações como essas.

Se, para Bloch, o conhecimento pode se aperfeiçoar tendo em vista que a realidade do passado não se altera, para Febvre cada época faz seu passado: “Nossos pais fabricaram sua Renascença. Ela já não era a Renascença dos pais deles” (FEBVRE, 2009, p. 30). A época fabrica o passado e os historiadores produzem os fatos<sup>27</sup>:

O que chamam vocês factos? Que é que põem atrás dessa pequena palavra “fato”? Pensam que os fatos são dados a história como realidades substanciais, que o tempo enterrou mais ou menos profundamente, e que se trata simplesmente de desenterrar, de limpar, de apresentar sob uma luz intensa aos vossos contemporâneos [...] E tratando-se de história, é o historiador quem os fabrica. (FEBVRE, 1989, p. 118)

O historiador produz fatos no sentido de escolha, que não é arbitrária, mas é orientada. Elaboram-se os fatos depois de lentas e penosas observações “judiciosamente interrogadas e de dados numéricos laboriosamente extraídos de múltiplos documentos” (FEBVRE, 1989, p. 18). Para Bloch existem dois tipos de fatos importantes para a história: “os que produzem resultados e os que tem valor de sintomas” (BLOCH, 2013, p. 459). Para Febvre (2013, p. 490), o fato histórico não é algo dado: “Muitas vezes, o historiador deve, em algum grau, criá-lo com a ajuda de hipóteses e conjecturas pelo trabalho minucioso e apaixonado”.

Diante do exposto é difícil compreender o que é realidade para Febvre. Talvez sua noção de realidade se aproxime de uma espécie de idealismo. A realidade não seria um dado separado da consciência. Bem, se o historiador produz seus fatos e o passado não é uma realidade tão sólida quanto se imagina, como entender esta frase? “Verdade: haverá uma verdade, no domínio da ciência, no dia em que, de duas opiniões que são apenas opiniões, poder-se-á controlar que uma é verificada pelos fatos, a outra desmentida, ou não confirmada, por eles” (FEBVRE, 2009, p. 358). Isso não tornaria a história uma ciência completamente subjetiva? Antes de concluir algo precipitadamente, é fundamental examinarmos a obra de Febvre sobre a incredulidade, isto porque sua prática como historiador não corrobora com o pensamento de que o passado é feito a partir da necessidade do historiador.

---

<sup>27</sup> Para Bunge existem três tipos de fatos para as ciências humanas: como acontecimentos, processos e ou como fenômenos. Os eventos/acontecimentos são “sistemas concretos, estão situados no espaço e duram no tempo. [...] durante um lapso de tempo relativamente breve” (1977, p. 57). Processo é uma sequência ordenada de eventos no tempo, na qual um evento interfere no outro, por exemplo: num processo de formação de um Estado, vários eventos/acontecimentos estão interligados. Para Bunge (1977) não é simples distinguir os processos presentes nos emaranhados de eventos, normalmente eles são obtidos hipoteticamente não são dados de experiência. Por fim, fenômeno é a manifestação dos acontecimentos e sua representação pelos seres humanos. Cupani (2009, p. 58) define fenômeno como “um acontecimento ou processo tal como aparece para algum sujeito”, e afirma que os fenômenos também podem ser coletivos como, por exemplo, é o caso de imaginário.

*O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*, é um grande livro da historiografia do século XX. É resultado de uma pesquisa de 10 anos e merece ser lida e analisada com atenção. O livro se tornou um clássico, mais pela reflexão e pelo estilo de escrita carregada pela “desconfiança epistemológica” do que pelas afirmações acerca do personagem, Rabelais. O comentador do posfácio, Denis Crouzet, esclarece que os estudos rabelaisianos avançaram muito no pós-guerra, a tal ponto que as críticas feitas por Febvre a Abel Lefranc – especialista em literatura do Renascimento, que afirmava que Rabelais era ateu – foram revistas. Reforçamos que a intenção de Febvre não era escrever sobre o sujeito Rabelais, seu objeto de estudo era a incredulidade no século XVI. Suas reflexões acerca do período manifestam um sinal de resistência à ideia mais comum de que Renascimento foi uma ruptura com a “Idade das Trevas”. Mas o grande mal a ser combatido, pela obra, é o anacronismo. Sua investigação minuciosa quer transportar o leitor para a mentalidade do homem no século XVI, não só do homem do povo, mas do homem erudito, aquele considerado sábio, com maiores leituras e conhecimento filosófico, que poderia, dentro destas circunstâncias, contestar o Deus cristão.

Além disso, a obra demonstra como o erudito, apesar de ter um “espírito mais livre”, ainda estava submetido aos condicionamentos de uma religião presente em sua vida, desde o nascimento até sua morte. Febvre asseverou que as afirmações acerca da incredulidade, sustentada por Lefranc, eram difíceis de serem mantidas. Ainda de acordo com Febvre, essas afirmações faziam muito sentido para um homem do século XIX e XX, mas não para um homem do século XVI. Portanto, o próprio autor, enquanto historiador, contraria sua afirmação exposta mais acima, de que o “passado não nos obriga”. Poderíamos concluir que se não nos obriga, muito provavelmente nos limita e impede.

Ponderamos entre as afirmações presentes nos artigos do *Combates pela história* e sua escrita de historiador, e arriscamos considerar que Febvre pensava no passado com um certo realismo. Não um realismo tão consistente quanto o de Bloch, mas suficientemente consistente para resistir a afirmações rápidas e anacrônicas. Sua obra sobre a incredulidade é um símbolo de resistência ao “adormecimento ou sonolência do espírito” que toma textos isolados não os correlacionando com o contexto cultural no qual foram produzidos: “Um princípio que recebe o qualitativo de ‘método-míope’. O mau historiador é um historiador redutor, precisamente porque ignora a distância entre a própria identidade e a dos homens do passado” (CROUZET, 2009, p. 410).

#### 4.2.3 História e acesso à realidade: os vestígios

Comentada a noção de realidade, partimos para o acesso a esta realidade, ou como o historiador consegue informações sobre a história do homem no tempo, informações necessárias para responder ao seu problema de pesquisa. Este acesso se dá por meio dos vestígios, afinal em acordo com Simiand, Bloch afirma que a história é um conhecimento através de vestígios (2001, p. 73). Esses vestígios podem ser testemunhos voluntários ou involuntários, a diversidade de testemunhos é quase ilimitada: “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79).

Foi muito criticada, principalmente por Febvre, a frase contida na obra metódica *Introdução aos estudos históricos*: “A história se faz com documentos” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 59), ao discorrer sobre o assunto o historiador argumenta que a história se faz com documentos escritos quando estes existem, caso eles não existam a história deve ser feita com outras fontes: “Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. [...] Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem [...]” (FEBVRE, 2009, p. 249). Mesmo saindo em defesa de fontes históricas alternativas, as obras analisadas de Bloch e Febvre, possuem predominantemente fontes escritas. Não podemos afirmar que contam somente com fontes escritas porque Bloch, por exemplo, utilizou iconografias nos *Reis Taumaturgos*. Alertamos que talvez para suas áreas de estudos e na análise de seus objetos, tal variedade de fontes não seria determinante para suas conclusões. Quem estuda pré-história<sup>28</sup> precisaria sem dúvida de fontes materiais, mais do que quem estuda Idade Moderna. Mesmo fazendo estas observações ainda é curioso o valor dado às fontes alternativas frente à sua ínfima utilização. Bloch, ao explicar sobre as realidades germânicas, chega a afirmar que “Infelizmente, essas ideias e instituições são muito mal conhecidas. Por falta de uma literatura escrita, toda Germânia anterior ao cristianismo permanecerá para sempre irremediavelmente obscura” (1993, p. 70).

#### 4.2.4 Definição e critérios de identificação da verdade para Bloch e Febvre

Dentre os vestígios, não faltam fontes falsas: “[...] nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, [eles] também, podem ser falsificados” (BLOCH, 2001, p. 89). O que

---

<sup>28</sup> Febvre considera este termo absurdo, porque pressupõe que a história surge com a escrita, antes disso seria um período de pré-história. Por consequência, os povos que não desenvolveram a escrita foram chamados de pré-históricos ou primitivos.

significa dizer que tal relato ou vestígio não é verdadeiro? A resposta desta questão nos permitirá entender o que é verdade para Bloch, ou seja, como ele define verdade. Ao que tudo indica, ele compreende a verdade como correspondência. Determinado relato é verdadeiro se aquilo que estiver expresso nele corresponde à realidade passada (que é um dado que nada modificará): “[...] para que seja julgado aceitável, [...] à situação da linguagem atestada, nessa época, pelos textos literários, e que as instituições mencionadas correspondam àquelas do momento” (BLOCH, 2001, p. 115). O testemunho, vestígio ou documento serve tanto como portador de afirmações verdadeiras quanto prova.

Se o detetive perspicaz interroga os atores do drama, ele espera de suas respostas menos uma narrativa aceitável dos fatos, mas antes elementos que lhe permitem, por um esforço pessoal de inteligência reconstruir a verdade. Aos olhos do historiador, da mesma forma, o melhor desempenho dos depoimentos tem simultaneamente valor de narrativa e valor, maior até, de prova. (BLOCH, 2013, p. 450)

Retornaremos às provas mais adiante, pois estaríamos deixando de falar da definição de verdade e partindo para os critérios de identificação de verdade, afinal ainda não apresentamos a definição de verdade para Febvre. O que Febvre entende por verdade é bem semelhante ao pensamento de Bloch, ou seja, a verdade é a correspondência entre aquilo que está no domínio da linguagem/do pensamento com algo que se localiza fora do pensamento, algo extra consciência. Relembramos aqui a distinção entre verdade *transcendente* e *imane*nte trabalhada no capítulo anterior. A definição de verdade *transcendente* é a exposta acima: a verdade é a correspondência entre pensamento e o mundo. Já a verdade *imane*nte depende de um acordo que reside no próprio pensamento, portanto não tem uma relação entre linguagem e mundo, ocorre apenas numa relação dentro da própria linguagem. Selecionamos dois trechos de Febvre que demonstram a separação entre hipótese e crença de um lado, e fenômenos e fatos de outro, sendo verdade o resultado da correlação entre esses dois domínios:

Copérnico [...] O homem que, por isso demonstrou a Terra. O homem que, ao fazer isso, assegurou “o triunfo da verdade”. [...] 6 anos de pesquisa eruditas, de meditações, de cálculos e de observações, era “a verdadeira”, um vez que dava melhor conta das aparências que as hipóteses anteriores – e que aliás, as superava em simplicidade. (2009, p. 345-6)

Verdade: haverá uma verdade, no domínio da ciência, no dia em que, de duas opiniões que são apenas opiniões, poder-se-á controlar que uma é verificada pelos fatos, a outra, desmentida, ou não confirmada, por eles. Esse dia não chegou no século XVI. Ele nem chegou ainda no começo do século XVII. (2009 p. 358)

Agora, quanto aos critérios de identificação de verdade, alguns permitem identificar um testemunho ou vestígio verídico e alguns indicam uma história verdadeira. Um testemunho pode ser identificado como verdadeiro se ele resistir às regras da crítica: essas “regras [...], as quais entre a mentira e a verdade, permitem uma triagem” (BLOCH, 2001, p. 90). Para Bloch

(2001, p. 91), alguns nomes foram fundamentais no desenvolvimento da crítica aplicada à historiografia, tais como Daniel van Papenbroeck (1628-1714), Dom Jean Mabillon (1632-1707), Richard Simon (1638-1712) e Baruch de Espinosa (1632-1677). As regras da crítica partem da descrença, ou seja, o testemunho deve ser posto em dúvida: “[Assim como a ‘ciência’ cartesiana,] a crítica do testemunho histórico faz tábula rasa da credulidade” (BLOCH, 2001, p. 92). Posteriormente, é necessário retirar do testemunho aquilo que oferece, o que está evidente, e aquilo que ele esconde em suas entrelinhas.

Outro aspecto averiguado durante a crítica ao testemunho é a escrita, que deve ser analisada primeiro em seu estilo. O investigador então observa se é um estilo que pertence à época em que o testemunho é datado. Ainda nesta fase, o historiador deve perceber se existe referência às instituições da época. O material no qual está escrito o testemunho também deve ser examinado e comparado aos materiais da época. As informações ali contidas devem ser comparadas com a gama de informações e conhecimentos que os historiadores já dispõem e que permanecem sendo confirmados. Notamos que os critérios de identificação da verdade do testemunho dizem respeito à coerência, mais do que à correspondência. Recorrer a outros testemunhos normalmente auxilia na descoberta do erro e da mentira. Seguindo o princípio de não contradição, um acontecimento não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Nesse sentido, Bloch diz que não existe um termo médio, ou é ou não é. É importante recorrer a relatos de diversa natureza e perceber em que ponto esses relatos convergem. A crítica histórica não é capaz de atingir a certeza “metafísica”, mas consegue dosar entre o provável e o improvável. Em outras palavras, a crítica histórica não atinge o fato, a realidade ela mesma, “a crítica histórica não se distingue da maioria das ciências do real se não por um escalonamento sem dúvida nuançada de graus” (BLOCH, 2001, p. 122).

Além disso, quais seriam os critérios que identificam a história como sendo verdadeira? Para Bloch e Febvre um dos primeiros critérios é que nela não deve ocorrer julgamento. O juiz e o cientista tem em comum a imparcialidade e a busca da verdade, mas feita a observação e a explicação, o trabalho do cientista terminou, enquanto o juiz ainda precisa realizar a sentença. A palavra de ordem é compreender, julgamento não é tarefa da história. Outra característica da história verdadeira é a universalidade: “[...] a única história verdadeira, que pode ser feita através de ajuda mútua, é a história universal” (BLOCH, 2001, p. 68). Entendemos que universal, aqui, significa não parcial, ou seja, uma história que analise todos os âmbitos da vida: econômico, social e mental. A história deve ser feita num esforço conjunto de especialistas e técnicas.

A ciência decompõe o real apenas a fim de melhor observá-lo, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e interpenetram. O perigo começa quando cada projetor pretende ver tudo sozinho; quando cada canto do saber é tomado por uma pátria. (BLOCH, 2001, p. 131)

Um livro de história deve conter um grande número de notas que provam como o pesquisador chegou até a conclusão, “Todo livro de história digno desse nome deveria comportar um capítulo ou, [caso se prefira], inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitulariam algo do tipo ‘Como saber o que vou lhes dizer?’” (2001, p. 83). Outros dois critérios são importantes na elaboração de uma história verdadeira: a pesquisa deve sempre partir de um problema e o pesquisador deve saber fazer observações. Bloch dedica um capítulo inteiro em *Apologia* para dissertar sobre observação: “Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu” (BLOCH, 2001, p. 69). Questiona a afirmação de que o conhecimento histórico é indireto e afirma que, em alguns momentos ou em determinados problemas, o conhecimento histórico nada tem de indireto, citando como exemplo os sacrifícios humanos expostos em murais na antiga Síria ou os ritos fixado por um livro de cerimônias. Esses exemplos “são realidades que nós próprios captamos e que captamos e exploramos por um esforço de inteligência estritamente pessoal [Nenhum outro cérebro humano precisa ser convocado para isso, como intermediário]” (2001, p. 72). Ainda compara o trabalho do historiador ao de um físico, que muitas vezes percebe alguns fenômenos através de outros fenômenos derivados do primeiro. Em alguns momentos, os cientistas lidam indiretamente com seus objetos, contudo isso não é exclusividade dos historiadores. A preocupação de Bloch com “observar” parece estar de acordo com a filosofia da ciência predominante na época, qual seja, o Empirismo Lógico ou Neopositivismo. Relembremos que para o Empirismo Lógico a observação e a experiência possuíam grande importância.

Para Febvre, a história verdadeira é aquela feita por um coletivo de pesquisadores. O trabalho em equipe evita erros intencionais, fraudes e falsificações. O “labor coletivo que faz da veracidade uma virtude tão recomendável e necessária no domínio das pesquisas científicas quanto nos contratos e das cláusulas jurídicas ou ainda dos testemunhos e dos depoimentos judiciário” (FEBVRE, 2009, p. 359). A verdadeira história não é aquela contida nos manuais escolares, é aquela que possui um passado inteligível e uma humanidade viva. Uma afirmação em história só tem o direito de ser produzida caso possa ser verificada; o historiador deve minimamente indicar a procedência da informação e um meio de encontrá-la.



Refletimos que Bloch e Febvre definem a verdade como correspondência. Poderíamos assinalar que os portadores da verdade são os vestígios humanos. Qual seria o teste que indica a verdade da informação contida nestes vestígios? O teste é submetê-los às regras da crítica. E quando se trata de vestígios escritos, esta crítica ocorre em duas etapas, interna e externa, “derivam da experiência e reflexão que permite que se separe dos textos, mais segura e mais rapidamente, a soma ou a parcela de verdade que eles contêm” (FEBVRE, 2013, p. 481). Mais adiante apresentaremos as regras da crítica com maiores detalhes, quando falarmos dos historiadores metódicos.

Além disso, é importante salientar que o teste que indica a verdade do testemunho, das informações, é um teste de coerência, pois ele se dá no interior do testemunho, e/ou em comparação com outros testemunhos e/ou em comparação com o conhecimento histórico já produzido e que permanece estabelecido. Ou seja, o historiador não observa a realidade do fato histórico para perceber se o relato está dizendo verdades, bem como o detetive que busca resolver um crime. A coerência é assim o único teste disponível. De forma semelhante também pensa o filósofo Blanshard, apresentado no item 3.3.2. Lembrando que “ninguém pode comparar o enunciado de que a batalha de Hasting foi travada em 1066 com nada mais do que declarações, tais como aquelas encontradas em documentos, livros de história ou obras de arte” (NORRY, 2005, p. 63-65). Diferente de Blanshard, que afirma que a verdade reside na coerência, ou seja, que a coerência não é somente o teste, mas também é a definição de verdade, os historiadores Bloch e Febvre parecem admitir que a verdade é a correspondência entre as afirmações contidas no testemunho e o fato, mas o teste que identifica tais afirmações como sendo verdadeiras é a coerência.

Podemos traçar ainda outras aproximações com os filósofos coerentistas estudados. Para os “annalistas”, assim como para os metódicos como veremos adiante, a história se aproxima da verdade mais como probabilidade do que como certeza. Muito semelhante ao filósofo Neurath, que entende que a verdade não é absoluta e definitiva e que qualquer enunciado ou lei de um sistema científico pode e deve estar sujeito à revisão. Quando se trata de história, a crítica do testemunho “permite triar verídico e falso; ou, mais exatamente e muito modestamente, separar o muito provavelmente falso do muito provavelmente verídico” (BLOCH 2013, p. 451). Existem certos testemunhos que não permitem fazer este discernimento, então “A crítica histórica é obrigada a confessar-se incapaz de desencadear a confusão de mentiras manifestas e verdades prováveis que esse relato apresenta” (BLOCH, 1993, p. 178).

Mesmo a verdade sendo definida por Bloch e Febvre como correspondência entre proposições e fatos, entre afirmações e realidade, é preciso salientar que: “Nenhuma ciência é fotografia da realidade. Qualquer ciência, ao contrário, é escolha, análise, interpretação. É somente depois de decompor essa escolha, que ela nos faz compreender o real (BLOCH, 2013, p. 458). Observamos que Bloch está se referindo à ciência histórica, então as proposições e teses contidas nesta ciência não são reflexos da realidade. A história nunca conseguirá retratar a totalidade do passado em sua narrativa: não importa o tamanho do esforço nem o “quão grande e pesada é a massa de fatos adquiridos, a totalidade do passado nunca poderá ser reconstruída” (FEBVRE, 2013, p. 481). Contudo, quando Bloch se refere ao testemunho, a correspondência entre o relato e a realidade retratada parece possuir um sentido mais forte. Determinado relato é verdadeiro se aquilo que estiver expresso nele corresponde à realidade passada (que é um dado que nada modificará). Talvez seja o caso de o testemunho ou vestígio possuir uma relação mais direta com o fato histórico. A ciência histórica produzida referente àquele fato está mais distante se comparada ao relato. Mesmo sendo uma correspondência no sentido forte entre relato e fato, ou num sentido mais fraco entre narrativa histórica e fato, não parece ser uma relação isomórfica como a apresentada por Russell e Wittgenstein.

Resgatamos o pensamento desses filósofos para compreender o que é uma relação isomórfica ou também chamada relação de congruência. Para Russell, a verdade é a correspondência entre as proposições e os fatos no mundo, é a correspondência entre as partes mais simples que compõem a proposição (*átomos linguísticos*) com os fatos mais simples do mundo (*átomos lógicos*). Esta relação é imediata e isomórfica, pois aquilo que constitui a proposição também constitui o mundo. A referência é uma relação semântica entre um átomo lógico e termo simples que é o seu representante linguístico.

Para Wittgenstein, uma proposição é verdadeira se ela for uma *figuração* da realidade, se ela mantém uma relação de identidade com o estado de coisas no mundo. Para ser uma *figuração*, ela dever cumprir com algumas regras, citadas no capítulo anterior. Em síntese, os dois filósofos analisados compreendem a correspondência como um isomorfismo: “[...] está intimamente relacionada tanto com a teoria sobre a estrutura última do mundo quanto com o ideal de uma linguagem perfeitamente clara, teses características do atomismo lógico” (HAACK, 2002, p. 135). De qualquer modo, não parece ser este o tipo de correspondência que Bloch percebe entre afirmações contidas nos testemunhos e a realidade. Não podemos, contudo, afirmar que Russell e Wittgenstein entendem a relação isomórfica como uma espécie de fotografia, isso seria simplificar suas teorias, por outro lado, o isomorfismo não deixa de possuir um caráter de reflexo: “[...] o arranjo das palavras em uma proposição atômica verdadeira

refletiria o arranjo das coisas simples no mundo” (HAACK, 2002, p. 134). Bloch, em outras passagens, parece estar de acordo com uma correspondência mais estreita entre proposição e fato, que poderia beirar ao isomorfismo:

Pois toda análise requer primeiro, como instrumento, uma linguagem apropriada<sup>29</sup> capaz de desenhar com precisão os contornos dos fatos, embora conservando a flexibilidade necessária para se adaptar progressivamente às descobertas, uma linguagem sobretudo sem flutuações nem equívocos. (BLOCH, 2001, p. 135)

Ademais, será que nos escritos de Bloch sua interpretação de correspondência se assemelha mais à correlação? Quem propôs esta forma de compreender a correspondência entre proposição e fato foi o inglês John Austin (1911-1960). Austin, ao contrário de Russell e Wittgenstein, que entendem a correspondência a partir de um isomorfismo estrutural, e não se apoiando em uma metafísica atomista, propõe uma correspondência por correlação. Esta correlação se daria por questões puramente convencionais entre enunciado<sup>30</sup> e mundo. A verdade de um enunciado está vinculada a duas convenções: *convenções descritivas*, que relacionam sentenças com tipos de estados de coisas; e *convenções demonstrativas*, que correlacionam afirmações com estado de coisas particulares/históricos. “Uma afirmação será falsa se e somente se a sentença usada descreve um estado de coisas que não é o tipo ao qual o estado de coisas particular indicado pertence” (KIRKHAM, 2001, p. 181). Uma afirmação é verdadeira se e somente se nas *convenções demonstrativas* (que correlacionam a afirmação com a situação em particular), haja um tipo de situação em que as *convenções descritivas* (que correlacionam a afirmação com a situação tipo) também correlacionam. Ex.: a sentença “O vaso está sobre a mesa” descreve um tipo de situação: aquela na qual um vaso está sobre uma mesa. Se usarmos um enunciado para afirmar que o vaso está sobre a mesa, então a afirmação está correlacionada por convenções demonstrativas a um estado de coisas particular, ou seja, corresponde ao estado de coisas; logo, nosso enunciado é verdadeiro. Contudo, não encontramos, nos textos lidos, indícios que permitam concluir que Bloch entende a correspondência como uma correlação. Embora não podemos deixar de mencionar que este tipo de correspondência parece ser mais adequado à história, por ser justamente uma correspondência indireta.

---

<sup>29</sup> Poderíamos entender como uma linguagem ideal/lógica para Russell

<sup>30</sup> Austin acredita que o portador da verdade é o enunciado e não a proposição. As diferenças entre enunciado ou proposição como portadores de verdade podem ser encontradas no segundo capítulo.

Em resumo, Bloch e Febvre definem que a verdade é a correspondência entre o portador da afirmação, seja ele um testemunho ou a história escrita e a realidade. Esta realidade, para Bloch, é formada pelo passado e presente, realidades que são interdependentes e que adquirem significado e permitem a compreensão dos fatos humanos a partir desta conexão. A realidade, objeto da história, é o passado humano. Para Febvre, este passado não é fixo, embora ele impeça frases que não caibam em sua realidade, como frases anacrônicas por exemplo.

Alguns critérios podem levar o historiador a crer na veracidade do testemunho, tais como estilo de escrita, tipo do material, se suas informações se assemelham às dos demais testemunhos e se elas são coerentes com a gama de conhecimentos já reconhecidos pela comunidade de historiadores. Chamamos novamente a atenção para esses critérios de identificação de verdade do testemunho: eles não relacionam afirmação e fato histórico, mas sim, afirmação contida no testemunho com as de outros testemunhos, compara estas informações com uma espécie de sistema (conhecimento histórico produzido). Dessa forma, podemos inferir que a coerência, apesar de não ser a definição de verdade, pode ser critério de identificação de verdade. Existem também critérios que permitem identificar uma história verdadeira: ela deve partir de um problema, o historiador precisa saber fazer observações históricas, é realizada com esforços mútuos e com a utilização de várias técnicas, costumeiramente chamadas de auxiliares, deve ser universal, deve indicar o caminho feito pelo historiador até a conclusão e, por fim, não pode emitir julgamentos.

Uma das críticas à verdade como correspondência é que ela necessita de observação. Testes empíricos que possibilitam a repetição dos fenômenos, para que possam ser observados por cientistas, não são possíveis na história. Apesar de Bloch defender que certos vestígios se mostram diretamente, admitimos que o conhecimento histórico é, predominantemente, indireto. Contudo, ainda é possível definir a verdade em história como correspondência, pois o fato de ter visto ou não o evento acontecer não implica em sua falsidade. Se meu pensamento corresponde corretamente ao evento, mesmo sem tê-lo visto, ele é um pensamento verdadeiro. Nesse sentido, entendemos que a definição de verdade para a história pode ser a correspondência, porém os critérios de identificação da verdade, critérios que promovem sua justificação, só são obtidos por meio da coerência.

### **4.3 Teorias da verdade nos Metódicos**

Estudar qualquer assunto no interior da historiografia metódica é um tanto frustrante. Como comentamos na introdução deste trabalho é ínfima a quantidade de obras traduzidas para

o português. Além disso, encontramos pouca pesquisa nacional no formato de teses e dissertações, o mais comum são artigos, ou seja, carecemos de trabalhos de maior densidade teórica. Uma escola histórica que foi, ao lado do Historicismo Alemão, responsável pela consolidação da histórica enquanto disciplina científica no século XIX, mereceria maior atenção. Assim sendo, não conseguimos destinar maior espaço para a historiografia metódica nesta dissertação. Analisamos o prefácio da *Revue historique* e o texto *Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI*, de Monod e a obra *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos.

A *Revue historique*, lançada por Gabriel Monod (1844-1912) e Gustave Fagniez (1842-1927) foi compreendida como um periódico científico cujo objetivo era levar o resultado dos estudos históricos a um público maior. Seus editores alertaram que isso não significa a vulgarização desses estudos. Segundo as palavras de Monod e Fagniez, não queriam causar polêmica e pretenderam editar uma revista livre de posicionamentos religiosos e políticos. A revista surgiu num ambiente favorável à expansão da ciência histórica. No período, o Estado investia em instituições de ensino da disciplina, ao mesmo tempo em que ocorria sua profissionalização. Este apoio estava vinculado a um contexto nacionalista e de expansão colonial (MALATIAN, 2010, p. 324-5). Seus editores queriam abranger todas as “províncias” dos estudos históricos, contudo os temas políticos foram predominantes, o que pode ser constatado pela quantidade de artigos sobre política publicados na revista em comparação a outros temas: “política interna – 21,3%; política externa e história colonial – 15,8%; história socioeconômica – 12,3%; história religiosa – 11,4% história militar – 9,6%; outros temas – 9,6%” (MALATIAN, 2010, p. 327). A revista também reservava um espaço significativo para resenhas e críticas referentes ao estudo e trabalho do historiador. Essas questões voltadas à metodologia e ao ofício do historiador foram melhor abordadas na obra *Introdução aos estudos históricos* de 1901, escrita por Langlois e Seignobos.

Monod, Seignobos e Langlois, entre outros, faziam parte de um grupo de historiadores franceses preocupados em delimitar o campo e o método da disciplina no seu país no final do século XIX. Colaboradores da *Revue historique* foram elaborando uma historiografia inspirada no Historicismo Alemão que ficou conhecida como Escola Metódica. Esta escola se posicionava contra a historiografia anterior, entendendo-a como literária e pouco científica. Da mesma maneira, o movimento dos *Annales* se opôs à historiografia metódica, classificando-a como historicizante e positivista.

Discutimos, na seção 2.4, algumas características comuns entre metódicos e “annalistas”. Queremos averiguar, a seguir, a relação entre verdade e história para os metódicos com o

objetivo de perceber que teoria filosófica da verdade se apresenta em seus textos. Ao fim, pretendemos estabelecer comparações e verificar se a teoria da verdade também faz parte das características comuns às historiografias.

Seignobos e Langlois assumiram que a *Introdução aos estudos históricos* é um ensaio de metodologia da pesquisa histórica, e que a metodologia é o caminho mais seguro à verdade científica: “os principiantes, e a imensa maioria de quem jamais parou para refletir acerca dos fundamentos metodológicos da história, recorrem a métodos intuitivos que raramente chegam à verdade científica” (2003, p. 46). Estavam, nesse sentido, preocupados em reduzir a subjetividade na atividade do historiador em respeito à verdade.

Interessados nos fatos históricos elaborados a partir de documentos, os fundamentos metodológicos explicados por eles se referem, principalmente, à crítica documental. A pesquisa histórica deve proceder da seguinte maneira: o historiador, depois de escolher o acontecimento que deseja estudar, deve buscar os documentos para então submetê-los à crítica externa e interna. Os documentos que resistiram à crítica devem ser comparados entre si; nesta comparação alguns aspectos coincidirão. Os pontos de coincidência fundamentam os fatos históricos, desde que estes documentos sejam autênticos, exatos e independentes. Esta etapa proporciona fatos isolados que são operados por várias sínteses. Os fatos que se encontram em desordem, “mediante a combinação de fragmentos tomados de diferentes âmbitos da realidade formarão uma imagem possível, aquela que teria sido proporcionada por uma observação direta do acontecimento” (2003, p. 228). Os fatos, assim como foram imaginados e de acordo com esquemas elaborados a partir do modelo de um conjunto observado na realidade e que supomos ser análogo ao passado, serão agrupados segundo sua natureza. Este processo é realizado até que toda a história do passado seja ordenada (2003, p. 228).

A crítica imposta sobre o documento se divide em externa, que se aplica aos aspectos materiais do documento, e interna, que se refere à coerência textual. A crítica externa garante a autenticidade do documento, e a crítica interna explicita o que pode ser considerado verdadeiro no documento. Os historiadores ilustram essa diferença citando como exemplo uma ata: ela pode ser autêntica, pode estar assinada pelo personagem, mas isso não significa que suas afirmações sejam verdadeiras e nem que o personagem esteve presente fisicamente no momento de sua elaboração. Podemos entender que nesse tratado metodológico a verdade está associada à crítica interna e externa. A externa permite dizer se o documento é autêntico, verdadeiro ou falso e a interna se as afirmações expressas no seu conteúdo são sinceras e verdadeiras. Antes de mais nada é necessário esclarecer que, para Seignobos e Langlois, a crítica interna e externa não permite conclusões únicas e definitivas: “As únicas conclusões definitivas da crítica são

conclusões *negativas*. Todos os resultados positivos seguem sendo duvidosos, e podemos resumir assim: ‘Contamos com argumentos favoráveis e contrários a certeza desta afirmação’” (2003, p. 28).

Quando falamos em proposições verdadeiras contidas no documento estamos diante de um problema que pode ser analisado sob as perspectivas das teorias da verdade. Para chegarmos a este problema partimos das regras da crítica. A crítica externa tem caráter preparatório, ela permite identificar um documento autêntico. Ela inicia com a crítica de restituição que se refere à análise de cópias de um documento original e serve para descobrir documentos falsos, modificações e erros (2003, p. 123). Segue com a crítica de procedência do documento, para o qual se pergunta: De onde é? Quem é o autor? De que data? (2003, p. 115). Nesta etapa, são investigadas as características partilhadas por documentos feitos na mesma época. E, por fim, na crítica externa, ainda se faz uma classificação crítica das fontes, recompilando e classificando metodologicamente os materiais comprovados. Terminado este procedimento, é possível dizer se o documento é autêntico, ou seja, se é o que diz ser. Se foi escrito naquela época, por aquele autor, e naquela determinada situação.

A crítica interna, por sua vez, é responsável pela interpretação (hermenêutica) e pela crítica negativa de sinceridade e exatidão. O papel da interpretação é examinar o conteúdo do documento e estabelecer o sentido literal e o sentido oculto através da exegese. Já a crítica “da sinceridade incide sobre as intenções, confessadas ou não, do testemunho, enquanto a crítica da exatidão refere-se à sua situação objetiva. A primeira está atenta às mentiras, ao passo que a segunda considera o erro” (PROST, 2012 p. 59). A crítica interna permite considerar o que é verdadeiro em determinado documento. O processo de análise do documento inicia com a dúvida metódica, que não é uma atitude natural, pelo contrário, normalmente confiamos nas palavras do autor, confiamos no documento. Porém, “Nunca se deve perder de vista a distância que existe entre as afirmações de um autor, seja quem seja, e uma verdade cientificamente provada [...]” (2003, p. 170-1).

O objetivo da crítica interna é determinar se o autor relatou os acontecimentos com exatidão (2003, p. 176). A verdade do testemunho, portanto, depende da exatidão do relato, ou seja, é verdadeiro o relato se suas afirmações correspondem com exatidão os acontecimentos. Encontramos, neste ponto, uma definição correspondentista da verdade. Depois de examinada a exatidão das afirmações, não alcançamos conclusões definitivas, apenas contamos com argumentos favoráveis e contrários à certeza destas afirmações. Para chegar a uma conclusão, é necessária uma última operação: a comparação entre as muitas afirmações acerca das

observações. O teste final quanto à verdade das afirmações, como é possível notar, é um teste de coerência.

Para Seignobos e Langlois, as ciências já estabelecidas têm a observação como quesito para o conhecimento dos fatos: “Não existe senão um procedimento científico para conhecer um fato, e é a observação; portanto, é necessário que toda afirmação se apoie, de forma direta, ou através de um intermediário, em uma observação, e que esta tenha sido efetuada corretamente” (2003, p. 182). Toda afirmação sobre um fato científico (no nosso caso histórico), precisa estar apoiada em observações diretas ou indiretas. Os fatos pertencentes às disciplinas como a química e a biologia são rápidos, se referem a situações passageiras, contudo a história pode lidar com fatos bem menos específicos e de maior duração como, por exemplo, costumes de um grupo ou de um povo. Por essa razão, os critérios de observação para a história devem ser mais flexíveis (2003, p. 191).

As observações são de primeira ou segunda mão, mas para serem confiáveis devem ter sido feitas por indivíduos independentes que viram o mesmo fato. Ao analisar uma observação alguns critérios devem ser considerados: o observador pode acreditar estar narrando a verdade, mas por algum motivo, que pode ser de ordem psicológica, ele esteja imaginando coisas; o observador pode estar numa posição que lhe impeça de fazer uma descrição satisfatória, e por fim é necessário considerar se o observador deu a devida atenção ao fato constatado.

Toda esta preocupação com a observação do fato nos remete ao conceito de história e verdade grego, que foram explicados na introdução deste trabalho. Para Heródoto e Tucídides, a História significava relato verídico e sua verdade dependia das testemunhas oculares. Por isso quanto mais distante, no tempo, o historiador estivesse do fato relatado, mais dificuldades encontraria para escrever a história.

Seignobos e Langlois acreditam que a crítica interna consegue estabelecer quais afirmações contidas no documento são verdadeiras seguindo algumas regras: (1) uma verdade científica não se estabelece mediante o testemunho. Para aceitarmos uma proposição, necessitamos de argumentos concretos que nos demonstrem que é verdade aquilo que é expresso pela proposição (2003, p. 172); (2) a crítica a um documento não pode fazer-se de modo global, antes devem ser analisadas palavras, frases e partes, para enfim analisar o todo (2003, p. 173).

Já afirmamos que definição e critérios de verdade são diferentes. Seignobos e Langlois, assim como Bloch percebem esta diferença. Os metódicos afirmam que o relato pode assumir a aparência de verdadeiro quando ele é rico em detalhes e possui afirmações exatas. Somos tentados a julgar uma afirmação pela sua forma, mas não existe um critério externo que garanta



a sinceridade. Um relato autêntico pode dar a falsa sensação de que suas afirmações são verdadeiras (2003, p.178). Aparentemente verdadeiro não é necessariamente verdadeiro. Quando um relato é verdadeiro? Quando suas afirmações referem-se aos acontecimentos com exatidão (2003, p. 176). Aí, temos uma definição de verdade como correspondência, portanto. Frases verdadeiras contidas no relato são aquelas que correspondem aos acontecimentos com exatidão. Dois âmbitos são necessários quando falamos em verdade como correspondência, o da linguagem (relato) e o da realidade/mundo (acontecimento). A crítica interna permite identificar a verdade do relato contido no documento, ou seja, as regras da crítica são os critérios de identificação da verdade. Apesar disso, é interessante salientar novamente que “O exame crítico não propõe soluções definitivas; resulta indispensável para evitar erros, mas não nos conduz à verdade. A crítica não pode provar nenhum fato, se limita a indicar suas probabilidades” (2003, p. 200). Outro detalhe importante nesta frase deve ser mencionado e analisado. As conclusões obtidas por meio do exame crítico não são definitivas, elas podem indicar a verdade do testemunho, mas não garantem a verdade do fato.

A questão da verdade sobre os fatos históricos, ou seja, a garantia de sua ocorrência e processo, não pode ser analisada a partir das teorias da verdade. Retomamos aqui o que Russell diz sobre a verdade: ela está nas afirmações, nas crenças e não nos fatos. A existência ou não de fatos históricos talvez possa ser analisada por outra área da filosofia chamada de ontologia, contudo comentaremos brevemente sobre o assunto, pois nos parece muito interessante.

Para Seignobos fatos históricos só existem por sua posição em relação a um observador. Explicando melhor, fatos existiram, mas não há um critério que determine qual dentre os fatos, que não podem mais ser observados porque deixaram de existir, é histórico. “Portanto, não há fatos históricos por sua natureza, mas apenas por sua posição relativamente a um observador” (SEIGNOBOS *apud* PROST, 2012, p.65). Os fatos históricos são comprovados mediante análise crítica dos documentos. Hoje diríamos análise dos vestígios de modo geral. Para os historiadores metódicos em questão, para ser demonstrado, um fato precisa de uma certa quantidade de observações independentes que se tem conservada sobre ele. A simples menção “a um fato externo no documento não é prova suficiente para que o fato tenha ocorrido (2003, p. 199). Um princípio universal das ciências experimentais, é que uma única observação não leva a uma conclusão científica.

Toda ciência se forma mediante a comparação de múltiplas observações: os fatos científicos são aqueles pontos em que coincidem observações diferentes. Cada observação está sujeita a possibilidade de errar que não podemos eliminar por completo; mas se várias observações coincidem, é quase impossível que todas cometeram o mesmo erro: o motivo mais provável da coincidência é que os

observadores viram uma mesma realidade e a descreveram com exatidão. Os erros de cada pessoa tendem a ser diferentes, e as que coincidem são as observações exatas. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2003, p. 201)

As afirmações que tratam de um mesmo fato, pessoa e ou lugar observado, presentes em relatos diferentes, caso sejam contraditórias, indicam que algum desses relatos está mentindo. Não existe um meio termo, tentar conciliar duas informações contrárias é uma afronta ao espírito científico (2003, p. 203). Um fato histórico pode ser comprovado se existem vestígios que garantam o conhecimento sobre eles, e se esses são autênticos e independentes. As coincidências entre os variados vestígios fundamentam os fatos históricos, provando-os cientificamente (2003, p. 205). Detalhe importante que, para Seignobos e Langlois, o melhor seria que esses vestígios fossem fruto de observações escritas dos fatos.

Em síntese, observamos que, para Langlois e Seignobos, a correspondência é o que define a verdade, e a coerência entre as fontes é o teste que indica quais afirmações contidas nelas são verdadeiras. A brevidade dos textos de Monod não permite fazer uma análise mais detalhada sobre os critérios de verdade, embora seja visível que sua definição de verdade é a correspondência. Critica os historiadores romancistas, pois “Eles querem conservar para a posteridade a lembrança de acontecimentos que viram e dos quais tomaram parte, muito mais que retrair a seus contemporâneos uma imagem fiel dos tempos anteriores” (MONOD, 2016, p. 20). Portanto o importante para a história, segundo este trecho, é traçar uma imagem fiel dos tempos anteriores. Assim como seus companheiros metódicos, Monod entende que o método crítico, numa análise muito rigorosa, é o caminho para a verdade histórica: “[...] a história pode, com um método rigoroso e uma crítica prudente, senão descobrir sempre a verdade completa, ao menos determinar exatamente sobre cada ponto, o certo, o verossímil, o duvidoso e o falso” (MONOD, 2016, p. 40).

O objetivo da *Revue historique*, como foi exposto mais acima, era divulgar um conhecimento histórico científico, livre de posicionamentos e paixões, porque esses aspectos subjetivos, frequentemente, podem alterar a verdade (MONOD, 2016, p. 43). Monod questiona os historiadores, filósofos, generalizadores e artistas do século XVIII e início do XIX, porque eles “não conheciam tão bem o verdadeiro valor e o caráter exato dos materiais dos quais eles se serviam; eles aí fizeram construções disparatadas, onde o verdadeiro se mistura com o falso” (MONOD, 2016, p. 47). Entendemos que Monod, assim como Seignobos e Langlois, define a verdade como correspondência entre o portador da verdade e os fatos por ele narrados.

\*\*\*

Discutimos no final do primeiro capítulo se os *Annales* propuseram um novo paradigma e se promoveram uma “revolução historiográfica”. Nossas observações atestaram que as orientações teóricas dos “annalistas” permaneceram as mesmas da historiografia da segunda metade do século XIX, e que portanto a palavra que caberia ao movimento seria renovação e não revolução. Comentamos que alguns dos aspectos apresentados como novidade já estavam presentes na historiografia metódica, como por exemplo: temas históricos para além da política, história feita a partir de problemas e outras fontes históricas que não as escritas.

Durante a análise dos textos realizada na última parte deste trabalho percebemos outros aspectos que indicam continuidades entre a historiografia, considerada “tradicional”, e a dos *Annales*. Um deles se refere à noção de temporalidade e o outro diz respeito à relação entre a história e a filosofia. José Carlos Reis sustenta, como comentado na seção 2.4, a tese de que a principal inovação da historiografia dos *Annales* foi a mudança na noção de temporalidade. Os *Annales* propuseram uma abordagem estrutural, e com a influência das ciências sociais, uma noção de tempo descontínuo e desacelerado, rompendo, de acordo com o autor, com a noção de tempo progressivo e linear da “história tradicional” (REIS, 2000, p. 9-20).

Todavia, o que verificamos nos textos analisados é o que o professor Tiago Gomes de Melo chamou de “persistência do Antigo Regime historiográfico” na escrita dos *Annales*. Permanece em seus escritos alguns termos como evolução e primitivo, o que pode indicar uma visão temporal progressiva e linear. Vejamos algumas dessas citações: “A história evoluiu rapidamente, como qualquer ciência, hoje em dia” (FEBVRE, 1989, p. 248); ao comentar da Renascença, Bloch fala em “evolução intelectual” (1993, p. 253); Quanto a crença na cura pelo toque régio, Bloch a classifica como “primitiva”, “[...] porque traz a marca de um pensamento ainda pouco evoluído e todo mergulhado no irracional; e porque encontramos em estado especialmente puro nas sociedades que convencionamos chamar de primitivas” (BLOCH, 1993, p. 69). Não queremos cometer aqui aquilo de Febvre chamou de o “mais grave e ridículo dos erros: o anacronismo”, pois esses termos eram ainda frequentes na historiografia do início do século XX. Apenas queremos pôr em discussão o rompimento com a noção de tempo linear e a visão progressiva da história. “[...] uma concepção que não teria despertado qualquer piedade nos *Annales* caso tivesse sido formulada por Seignobos ou Lavissee” (MELO, 2006, p. 448).

Apontamos, ainda, mais um aspecto que pode ser considerado uma permanência da “historiografia tradicional” na historiografia dos *Annales*: a oposição à filosofia. Comentamos na introdução desta dissertação que, no século XIX, com a necessidade de estabelecer um campo específico da história, os historiadores da época se preocuparam em sinalizar a diferença

entre arte, filosofia e história, pois estes saberes diluíam-se no conhecimento histórico, dificultando sua definição, Bloch e Febvre mantiveram uma postura receosa em relação à filosofia. Bloch mais respeitoso e Febvre um tanto depreciativo. Bloch alerta que *Apologia da história* não é um texto sobre método, porque isso deve estar a cargo do filósofo, e como não tinha essa formação não poderia discutir assuntos dessa área. Sobre a mesma obra, Febvre afirma que “[...] não é possível acusar o seu autor de filosofar – o que, numa boca de historiador, significa não nos iludamos, o crime capital [...]” (FEBVRE, 1989, p. 254). Bloch discute neste livro questões relativas ao ofício do historiador, mas que refletem em aspectos epistemológicos da disciplina. Hoje podemos dizer que se trata de um livro de filosofia da história, mantendo, necessariamente, as distinções entre Filosofia Crítica da História e Filosofia da História Metafísica<sup>31</sup>. Acreditamos que é contra esta última filosofia que as críticas dos “annalistas” se referem. Febvre escreveu um artigo intitulado *Duas filosofias oportunistas da história: de Spengler a Toynbee*, demonstrando o tom depreciativo usado por Febvre em relação a essas filosofias. Spengler e Toynbee ofereceram explicações filosóficas para o processo histórico da humanidade, encontrando padrões de regularidade entre as várias sociedades. Do mesmo modo, Febvre critica a filosofia de Comte, asseverando que não passa de pensamentos fáceis (1989, p. 16).

Dentre as continuidades também está a definição de verdade. Nossa intenção, neste trabalho, era perceber qual teoria filosófica da verdade está implícita nos textos de Bloch e Febvre, para então comparar com os textos dos metódicos e verificar se existiam traços de semelhança. Constatamos que, salvo especificidades, Bloch, Febvre, Seignobos e Langlois definem a verdade como correspondência, portanto a teoria filosófica da verdade como correspondência sustenta o significado do termo “verdade”. Já o que identifica a verdade, ou seja, os critérios de identificação da verdade pertencem à teoria da coerência. Podemos nos perguntar se definir a verdade como correspondência e identificá-la por meio da coerência não seria uma espécie de padrão na historiografia. Ariscamos dizer que a noção de referencialidade entre a história/discurso e a história/realidade, noção necessária no limite de uma definição correspondentista da verdade, é uma noção presente na história da historiografia. Contudo, entendemos que esta noção de referencialidade sofreu fortes críticas a partir da filosofia analítica da linguagem de tradição anglo-saxônica. Essa tradição filosófica compreende que muitos dos problemas filosóficos são na verdade problemas de linguagem. Com o aprofundamento das discussões em torno da linguagem se tornou popular a expressão *linguistic*

---

<sup>31</sup> Conferir estas distinções na introdução deste trabalho.

*turn*. Esta expressão representaria o impacto causado pela ampliação dos estudos acerca da linguagem que se deu sobretudo a partir dos anos 70. Na tradução para o português a expressão ficou conhecida como “giro linguístico”. No interior do “giro linguístico” está a discussão sobre o caráter não-referencial da linguagem. Autores como Jacques Derrida (1930-2004) e Roland Barthes (1915-1980) ampliaram estas discussões. Barthes em especial, trabalha com problemática da linguagem em relação a história e afirma que o fato tem somente uma existência linguística. Em suma, os filósofos, linguistas, historiadores, teóricos no geral que se filiam a *linguistic turn* resistem a ideia de essência ou substância (SILVA, 2015).

Em acordo com Iggers (2012) sustentamos que é no interior deste “giro linguístico” que podemos falar em um novo paradigma historiográfico. Hayden White, autor já citado na introdução, é considerado o porta voz deste novo paradigma. Ele apresenta a história como artefato literário. Ele entende que a história é um tipo de arte (WHITE, 2001. p. 40), e que os objetivos do romancista e do historiador são os mesmos, oferecer uma “imagem verbal da realidade”. Esta imagem não precisa corresponder os tempos idos, mas precisa ser um discurso coerente.

Então, já não deveríamos esperar ingenuamente que as afirmações sobre uma dada época [...] “correspondam” a algum corpo preexistente de “fatos em estado natural”. [...] Deveríamos exigir apenas que o historiador demonstrasse algum tato no uso de metáforas regentes [...] que respeitasse a lógica implícita no modo do discurso pelo qual optou. (WHITE, 2001. p. 60)

White insiste que o critério de validade dos relatos históricos não depende dos conteúdos factuais, e afirma que alguns fatos são escolhidos devido a sua coerência com a estrutura global da série. Notamos que a noção de referencialidade (linguagem → fato) necessária para a definição de verdade como correspondência tem valor inferior à coerência textual. Talvez a teoria da verdade como coerência possa ser, dentro desta perspectiva, tanto definição quanto critério de identificação da verdade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação pretendeu realizar um exercício epistemológico articulando recursos de análise da história e filosofia, encaminhando-se para uma pesquisa interdisciplinar. Pretendíamos identificar qual teoria filosófica da verdade está presente nos escritos de Bloch e Febvre com a intenção de perceber se havia certa continuidade em relação à historiografia metódica, ou seja, se os historiadores fundadores dos *Annales* promoveram uma ruptura com a historiografia anterior no que se refere à definição de verdade.

A fim de responder ao objetivo proposto, inicialmente apresentamos Bloch e Febvre. Importantes historiadores do século XX, que produziram obras de referência para a história medieval e moderna como *Sociedade feudal*, *Os reis taumaturgos*, *O problema da incredulidade no século XVI*, entre outras. Foram diretores da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, publicada pela primeira vez em 1929. São considerados fundadores do movimento historiográfico *Annales*, que se desenvolveu em torno da revista.

O contexto histórico no qual se enquadram o lançamento da revista e atuação dos historiadores Bloch e Febvre era favorável à adoção da ideia do “novo”, como consequência das mudanças provocadas pela Grande Guerra e das transformações científicas do período. *Annales* se apresentou como a Nova História, uma alternativa à história da Escola Metódica caracterizada como política, factual, interessada em acontecimentos de curta duração e realizada apenas a partir de documentos. Comentamos ao longo do trabalho que esta caracterização é fruto principalmente do combate dos *Annales* à Escola Metódica. Era necessário criticar abertamente a historiografia metódica, dominante na academia até o início do século XX, para então se colocar como modelo e alternativa, e talvez ocupar este lugar institucional de poder.

Muitas renovações foram promovidas pelos *Annales*: ampliação das fontes históricas, maior interesse pela história social e econômica, a pesquisa histórica realizada a partir de problemas colocados pelo presente, mudanças na noção de temporalidade, entre outras. Todavia, destacamos, no final do primeiro capítulo, que muitos dos aspectos apresentados como novidade já estavam presentes na historiografia considerada como “tradicional” pelos “annalistas”. O contrário também é verdadeiro, persistia na escrita dos *Annales* traços do “Antigo Regime Historiográfico”. As continuidades são evidentes a tal ponto que nos fazem questionar: Ocorreu uma “revolução historiográfica” com os *Annales*, ou seja, inauguraram um novo paradigma em história? A teoria filosófica da verdade implícita nos textos de Bloch e Febvre seria mais um elemento de continuidade ou ruptura?

Antes de analisar os escritos dos historiadores e responder a estas questões foi necessário discutir qual a definição de verdade, quais são os portadores de verdade, o que são os critérios de identificação da verdade, o que é correspondência e o que é coerência no âmbito das teorias da verdade. Estes assuntos ficaram reservados ao segundo capítulo. A definição de verdade oferece resposta à pergunta: o que é a verdade? E os critérios de identificação são os aspectos que devemos considerar quando avaliamos se uma proposição é verdadeira ou falsa. Os portadores de verdade são geralmente as sentenças, as proposições ou os enunciados. A verdade é uma espécie de propriedade que o portador pode apresentar ou não. Ela é diferente de certeza e de justificação e essa diferença é fundamental para não concluirmos que a verdade é relativa. A verdade está nas sentenças/proposições e não nas coisas; as coisas simplesmente existem, não são verdadeiras nem falsas. Mas o juízo, o pensamento e a sentença que se referem às coisas podem ser verdadeiros ou falsos.

Em torno do problema filosófico “o que é a verdade?” surgiu um grande número de teorias filosóficas da verdade, essas teorias são agrupadas de acordo com características comuns, tais como correspondentistas, coerentistas, pragmatistas. Existem autores que buscam uma definição de verdade, outros querem fornecer critérios de identificação e de justificação da verdade. Os filósofos apresentados no segundo capítulo propõem teorias que definem e que buscam critérios de identificação da verdade. Para Russell, por exemplo, a correspondência define e é critério de identificação da verdade, assim como para Blanshard que entende que a coerência define e serve como critério de identificação da verdade. O interessante nos historiadores analisados é que eles, como comentamos ao longo do terceiro capítulo, parecem admitir que a definição de verdade é a correspondência, mas os critérios de identificação são do âmbito da coerência.

Depois de examinarmos os textos de Bloch, Febvre, Langlois e Seignobos, exercício realizado no terceiro capítulo desta dissertação, conseguimos perceber que a maneira como os fundadores dos *Annales* entendem a verdade, definindo-a e pensando-a em seus critérios de identificação, está muito próxima do pensamento de seus professores Seignobos e Langlois. Buscamos analisar como os historiadores definem e identificam a verdade no limite do conhecimento histórico.

Em nossa análise, os textos de Bloch, Seignobos e Langlois permitiam conclusões mais seguras, já os textos de Febvre nos levavam a observações mais instáveis. Isso porque as afirmações de Febvre são muitas vezes contraditórias. Dentre os textos lidos, a obra *Introdução aos estudos históricos* necessitou de maior cuidado, é um livro denso que pode servir de fonte

de reflexão sobre outros temas de estudo relacionados à epistemologia da história como fatos históricos, por exemplo.

Ao percebermos que a noção de verdade é mais um traço de continuidade entre os historiadores dos *Annales* e a os da Escola Metódica questionamos a tese de ruptura historiográfica entre esse movimento e a escola que o antecedeu. Concordamos, neste sentido com Iggers (2012), Raphael (2010) e Burguière (1979), autores para os quais não houve mudanças substanciais de caráter teórico com os *Annales* a ponto de inaugurar um novo paradigma. Ao reconhecer que os historiadores representantes da historiografia metódica e dos *Annales* definem e identificam a verdade de maneira muito próxima, apresentamos mais um argumento que contraria a ideia de “revolução historiográfica”. Entendemos que as bases teóricas que orientaram a história desde sua formação enquanto disciplina científica foram abaladas com o *linguistic turn*. Os *Annales* ainda eram muito “tradicionais” para serem os representantes de um novo paradigma historiográfico. Resumidamente, é como se os *Annales* tivessem promovido mudanças e inovações em certas áreas externas da estrutura da história científica do século XIX, sem colocá-la abaixo, movimento que é necessário quando falamos em revolução.

Atentamos por fim, que é importante refletir na história da historiografia, de maneira mais tranquila, sobre as continuidades e discontinuidades entre as várias historiografias. Sem combater uma em detrimento da outra. Entender que a sucessão de escolas históricas e de estilos de escrever história acontecem não por uma ser “nova” e a outra “ultrapassada”. Forastieri da Silva (2015) ainda expõe que devemos resistir a lógica binária presente no discurso histórico e realizar estudos no “domínio do intermediário”.



## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANDEL, Kelly Van. Brand Blanshard: Stirling Professor of Philosophy, **Yale University**. University of Glasgow. Disponível em: <<http://www.giffordlectures.org/lecturers/brand-blanshard>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- ARAÚJO, Leandro Shigueo. A Correspondência entre linguagem e mundo no Tractatus de Wittgenstein. **Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Patos de Minas: UNIPAM, n3, p.80-90, 2010. Disponível em <[http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/40465/a\\_correspondencia\\_entre\\_linguagem\\_e\\_mundo.pdf](http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/40465/a_correspondencia_entre_linguagem_e_mundo.pdf)>. Acesso em: 6 jan 2017.
- ARERNDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, 1988.
- ARISTÓTELES. Periérmeneias. In: **Organon**. vol. I. Lisboa: Guimarães, 1985.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2001.
- BAIARDI, Daniel Cerqueira. O Pragmatismo Clássico e a Dimensão Social do Conhecimento. **Intuito**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 134-145, nov. 2014. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/17541>> Acesso em: 21 jan 2017.
- BALDÓ, Marc. A história tem uma função social? **IHU – Online**, São Leopoldo, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/530080-a-historia-tem-uma-funcao-social-entrevista-com-marc-baldo>>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- BARBOSA FILHO, Balthazar. Nota sobre o Conceito Aristotélico de Verdade. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 233-244, jul./dez. 2003.
- BARROS, José D'Assunção. 'Teorias da História' e 'Filosofias da História': Considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. UFRGS. v.19, n.36, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/1591> > Acesso em: 2 mar 2017.
- BARROS, José D'assunção. Escola histórica, Paradigma, Matriz disciplinar: três conceitos para a teoria da história. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.3, n.2, p.1-18, 2011.
- BARROS, José D'assunção. **Teoria da História**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BARROS, José. A escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. **Revista Territórios e Fronteiras**, Mato Grosso, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/56/55>>. Acesso em: 20 jun 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhias das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. Como e por que trabalha o historiador. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. p. 444-461.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa; tradução e nota introdutória de Raimundo Vier**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Portugal: Europa-América Lda, 1983.

BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia (Org.). **Passados Reconstituídos: Campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa na Historiografia: A Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BUNGE, Mario. **La Ciencia su metodo y su filosofia**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1977.

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. A Questão da Verdade na Filosofia. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**. n. 01, 2009. Disponível em <[http://www.theoria.com.br/edicao0109/A\\_questao\\_da\\_verdade\\_na\\_Filosofia.pdf](http://www.theoria.com.br/edicao0109/A_questao_da_verdade_na_Filosofia.pdf)>. Acesso em: 12 out 2016.

CARR, Edward Hallet. [1961] **Que é História**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CARVALHO, Raphael Guilherme. Sobre o Sentido do Passado: Debates acerca do conceito de narrativa na história. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, Morrinhos n.3. dez. 2011. Disponível em: <[http://www.cdn.ueg.br/arquivos/revista\\_eletronica/conteudoN/614/EXPEDICOES\\_n.3\\_art.\\_4\\_raphael.pdf](http://www.cdn.ueg.br/arquivos/revista_eletronica/conteudoN/614/EXPEDICOES_n.3_art._4_raphael.pdf)> Acesso em 15 jan. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHIBENI, Silvio Seno. Síntese de A Estrutura das Revoluções Científicas, de Thomas Kuhn. **Departamento de Filosofia, Unicamp**, 1970. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/structure-sintese.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

- CLARCK, Stuart. Os historiadores dos Annales. In NOVAIS, Fernando; FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Org.). **Nova História em Perspectiva**. v.1. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 181-205.
- CORRÊA, Rogério. Pensamento e Figuração no Tractatus Logico-Philosophicus. **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 21, n. 29, p. 425-435, jul./dez. 2009. Disponível em <[www2.pucpr.br/reol/index.php/rf?dd99=pdf&dd1=3443](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/rf?dd99=pdf&dd1=3443)>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- COSTA, António. Notas sobre a Teoria Coerentistas da Verdade. **Crítica**, 19 mar. 2002. Disponível em:< [http://criticanarede.com/fil\\_teoriacoerentista.html](http://criticanarede.com/fil_teoriacoerentista.html) >. Acesso em: 25 jan 2017.
- COSTA, C. Teorias da verdade. **Crítica**, 2005. Disponível em:<[http://criticanarede.com/met\\_tverdade.html](http://criticanarede.com/met_tverdade.html)>. Acesso em: 20 maio 2016.
- COSTA, Joice. B. da. **Análise da linguagem: a condição de possibilidade dos enunciados filosóficos**. Ijuí: Unijuí, 2013.
- CRUZ, Juan Cruz. **Filosofia da história**. Tradução Fernando Marquezini. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2007.
- CUNHA, Ivan Ferreira. **Carnap e Neurath sobre Enunciados Protocolares**. 2008. 128 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, SC, 2008.
- CUNHA, Ivan Ferreira. **Rudolf Carnap e o Pragmatismo Americano: Ferramentas para a Filosofia da Ciência**. 2012. 266 f. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, SC, 2012.
- CUPANI, Alberto. **Filosofia da Ciência II**. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2010.
- CUPANI, Alberto. **Filosofia da Ciência**. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2009.
- CROUZET, Denis. Rabelais e seu duplo: o historiador em sinergia. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 395-420.
- D’ALLESSIO, Marcia Mansor. Os *Annales* no Brasil: algumas reflexões. **Anos 90**. n.2, maio 1994. p.127- 142.
- DOSSE, François. **A história em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In **Lições de história: O caminho da ciência no longo século XIX**. MALERBA, Jurandir (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p.15-31.
- DUBY. George. **A história continua**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Teoria do conhecimento**. Florianópolis: UFSC, 2008.

DUTRA, Luiz Henrique de A. **Verdade e Investigação**: o problema da verdade na teoria do conhecimento. São Paulo: EPU, 2001.

ENGELS, Odilo. Compreensão do Conceito na Idade Média. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.63-83.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEBVRE, Lucien; BERR, Henri. História. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013. p. 478-498.

FERNANDES, Cássio da S. Jacob Burckhardt (1818-1897). In: MARTINS, Estevão R. (Org.) **História Pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015. p.159-179.

FINK, Carole. **Marc Bloch**: Una vida para la historia. Granada: Universitat de València, 2004.

FLORES, Tito A. A noção de justificação epistêmica como conceito de avaliação epistêmica. **Ágora Filosófica**. n.1, p.179-197, jan./jun. 2012.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Paulo Alcoforado. 2 ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 129-158

GARCIA, Francisco Antonio. Filosofia e a verdade. **Acta Scientiarum**, Maringá, 23(1), p.251-255, 2001. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/2799/1906>>. Acesso em: 22 out. 2016.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

GOLDSTEIN, Lawrence. **Lógica**: conceitos-chave em filosofia. Tradução: Lia Levy. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOMES, Tiago de Melo. A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p.443-459, 2006.

- GIAROLO, Kariel Antonio Giarolo. A crítica de Frege a teoria da verdade como correspondência. **Philosophos**, Goiânia, v.18, n.2, p.135-166, 2013.
- GRAÇA, Adriana Silva. O Atomismo Lógico e a Função Referencial da Linguagem. **Intelecto**. Lisboa, n. 5, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.oocities.org/revistaintelecto/index3.html>>. Acesso em: dez. 2016.
- GÜNTHER, Horst. Pensamento Histórico no Início da Idade Moderna. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.85-118.
- HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas**. Tradução: Cezar Augusto Mortari, Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora.UNESP, 2002.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentimos e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- HARTOG, François. **Evidências da História**: O que os historiadores veem; Tradução Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François. **Os Antigos, o Passado e o Presente**. Organizado por José Otávio Guimarães; Tradução Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- HENRIQUES, Raimundo Ferreira. **O Coerentismo Pragmático-Sociológico de Otto Neurath**. 2016. 162 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2016.
- HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era dos Extremos**: O breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era dos Impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- IGGERS, Georg G. **La historiografía del siglo XX**: desde la objetividad científica al desafío posmoderno. Tradução: de Iván Jaksic. Santiago de Chile: FCE, 2012.
- JULIÃO, J. S. Ensaio de Introdução à Filosofia da História. **Veritas**, Porto Alegre v. 55, n. 3 p. 236-250, set./dez. 2010.
- KATZ, Miguel. **El Círculo de Viena**. Epistemología e Historia de la Química. 2010. Disponível em <<http://www.rlabato.com/isp/qui/epistemo-009.pdf>> Acesso em: 12 jan 2017.
- KIRKHAM, Richard L. **Teorias da Verdade**. Tradução: Alessandro Zir. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- KENNY, Anthony. A Filosofia Contemporânea. **Crítica**, 2004. Disponível em: <[http://criticanarede.com/filos\\_contemporanea.html](http://criticanarede.com/filos_contemporanea.html)>. Acesso em: 10 dez 2016.

KOSELLECK, Reinhart. A Configuração do Moderno Conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 119-184.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História os conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, p.134-146, 1992. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.fgv.br/objindex.php/rehartcviewARTICLE1945.pdf](http://www.bibliotecadigital.fgv.br/objindex.php/rehartcviewARTICLE1945.pdf)> Acesso em: 20 fev. 2017.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LA BLACHE, Vidal De. Des caractères distinctifs de la Géographie. **Annales De Géographie**, 22 (124): 289-299, 1913. Tradução de Odete Sandrini Mayer. Disponível em <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/as-caracteristicas-proprias-da-geografia-La-Blache1.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2017.

LANGLOIS, Charles-V; SEIGNOBOS, Charles. **Introducción a los Estudios Históricos**. Tradução: Francisco Sevilliano Calero. Salamanca: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2003.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 25-57.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1986.

LE GOFF, Jacques. **A História e a Nova História**. Lisboa: Teorema, 1994.

LOPES DOS SANTOS, L. H. A essência da proposição e a Essência do Mundo. In: WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução, apresentação e estudo introdutório: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 11-128.

LOPES DOS SANTOS, L. H. **Russel: Vida e obra**. In: RUSSEL, B. **Ensaio Escolhidos**. Tradução: Pablo Rubén Mariconda. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 7-18. (Os Pensadores).

MALATIAN, Teresa. Gabriel Monod. In: MALERBA, Jurandir. **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARCONDES, D. **Iniciação à História da Filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATA, Sérgio da. Leopold Von Ranke (1795-1886). In: MARTINS, Estevão R. (Org.) **História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 187-201.

MEIER, Christian. Antiguidade. In: KOSELLECK, Reinhart. et al. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.41-62.

MELO, Safra Ederson. **A Verdade e a Concepção Semântica**: a abordagem ortodoxa e a não ortodoxa. 2012. 153 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, SC, 2012.

MIGUENS, S. **Filosofia da Linguagem**: uma introdução. Porto: SerSilito-Empresa Gráfica, 2007.

MONOD, Gabriel. Do Progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. *Revue Historique* – Tomo I, 1876. In GLAYDSON, José da Silva. **A ‘Escola Metódica’**: Textos Didáticos. IFCH/UNICAMP n. 61, jul. de 2006. p. 20-51.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

MOSER, Paul K; MULDER, Dwayne H; TROUT, J. D. **A Teoria do conhecimento**: uma introdução temática. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NEURATH, Otto. **Proposiciones Protocolares**. Erkenntnis. vol.III, 1932.

NORRY, Maria Josefina. La Teoria de la Coherencia em Blanshard. In: SALTOR, Jorge E. (Compilador). **Reflexiones em Torno al la Verdad**. Tucumán – Argentina. Instituto de Epistemologia da Faculdade de Filosofia e Letras – UNT, 2005.

NOVAIS, Fernando. FORASTIERI DA SILVA, Rogério. Introdução: Para a Historiografia da Nova História. In: NOVAIS, Fernando. FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Org). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 7-70.

NOVAIS, Fernando; FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Org.). **Nova História em Perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

OKASHA, Samir. Realismo e Antirrealismo. **Crítica**, 2011. Disponível em <<http://criticanarede.com/realismo.html>>. Acesso em: 20 nov 2016.

OLIVEIRA, Márcio de. O Conceito de Representações Coletivas: Uma Trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012. Disponível em <file:///C:/Users/manua/Downloads/30352-143997-1-PB%20(2).pdf> Acesso em 09 out. 2017.

PEIRCE, Charles Sanders. **Escritos Coligidos**; seleção de Armando Mora D’Oliveira; tradução de Armando Mora D’Oliveira e Sérgio Pomerangblun. 3 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

PELAEZ, Alvaro. Otto Neurath: Proposiciones Protocolares y Verdad. **Galileu** – Publicación dedicada a problemas metacientíficos. n 24. n.d. Disponível em <[http://www.galileo.fhuce.edu.uy/index.php?option=com\\_content&view=article&id=123%3Aotto-neurath-proposiciones-protocolares-y-verdad-alvaro-pelaez&catid=72%3Anumero-24&Itemid=55](http://www.galileo.fhuce.edu.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=123%3Aotto-neurath-proposiciones-protocolares-y-verdad-alvaro-pelaez&catid=72%3Anumero-24&Itemid=55)> Acesso em: 12 jan. 2017.

- PIRES, Marcelo da Silva. O Rigor de Verdade do Pragmatismo de W. James. **Cognitio-Estudios**. v.8, n. 2, p.134-140, jul./dez., 2011. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/7920>> Acesso em: 20 jan. 2017.
- POMBO, Olga. **Otto Neurath**: Uma Comovente Figura de Filosofia do Século XX. Disponível em <<http://grupo.us.es/ghum609/php/homenaje/pombo.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2017.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- RAPHAEL, Lutz. Panorama: os Annales na história da historiografia do século XX. In NOVAIS, Fernando; FORASTIERI DA SILVA, Rogério (Org). **Nova História em Perspectiva**. v.2. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 141-156.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- REIS, José Carlos. **História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1999.
- REIS, José Carlos. Lugar da Teoria-Metodologia na Cultura Histórica. **Revista de Teoria da História**. Goiás, n. 6, dez. 2011. Disponível em: <<https://revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/Artigo%201,%20REIS.pdf?1325192313>>. Acesso em: 05 mai. 2016.
- ROCHA, Sabrina. **Lucien Febvre, Marc Bloch e as Ciências Históricas Alemãs (1928-1944)**. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Curso de pós-graduação em História, Mariana, 2010.
- ROJO, Roberto. Wittgenstein: el problema de la verdad. In: SALTOR, Jorge E. (Compilador). **Reflexiones em Torno al la Verdad**. Tucumán – Argentina. Instituto de Epistemologia da Faculdade de Filosofia e Letras – UNT, 2005.
- RORTY, Richard. Wittgenstein e a Virada Linguística. Tradução de Paulo Ghiraldelli Jr. **Centro de Estudos em Filosofia Americana**. 2006. Disponível em <[https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/rorty\\_virada.pdf](https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/rorty_virada.pdf)> Acesso em: 6 jan 2017.
- RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- RUSSELL, B. **Ensaio Escolhidos**. Tradução: Pablo Rubén Mariconda. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- RUSSELL, B. **Os problemas da Filosofia**. Tradução: Jaimir Conte. Florianópolis: EAD/UFSC, 2005.
- SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. Introdução. In: RUSSELL, B. **Ensaio Escolhidos**. Tradução: Pablo Rubén Mariconda. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.



SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. Apresentação e Estudos Introdutórios. In: WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução, apresentação e estudo introdutório: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**. v. 2, n. 2. São Paulo Mai/Ago.1988. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007)> Acesso em: 03 mar. 2017.

SCHAFF, Adam, **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SHOOK, John R. **Os Pioneiros do Pragmatismo Americano**; tradução Fabio M. Said. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Heraldo. Pragmatismo, narrativas conflitantes e pluralismo. **Princípios**. Natal, v.15, n.24, jul./dez. 2008 p. 99-133. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/principios/article/view/427>>. Acesso em: 20 jan 2017.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Rogério Forastieri da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, p. 377-395, abr. 2015.

SILVEIRA, Laura Frederico. Informação e Verdade na Filosofia de Peirce. **Cognitio**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 281-323, jul./dez. 2008. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/13390>> Acesso em 22 jan 2017.

SIMIAND, François. Método histórico y ciencia social. **Empiria**. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. n. 6, p. 163-202, 2003.

SOUZA, Fábio Feltrin de. O paradoxo do tempo nas Histórias de Heródoto. **NEArco**: Revista Eletrônica de Antiguidade. Ano V, n. II, p.241-255, 2013. Disponível em < <http://pt.calameo.com/books/0008977655a8d4f2e94a3>> Acesso em 06 mar 2017.

TROMBLEY, Stephen. **50 Pensadores que Formaram o Mundo Moderno**. São Paulo: Leya, 2014.

WAAL, Cornelis. **Sobre Pragmatismo**. Tradução: Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2007.

WALSH. W.H. **Introdução à Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEHLING, Arno. Historiografia e Epistemologia Histórica. In: MALERBA, Jurandir (Org). **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 75-89.

WHITE, Hayden. Enredo e Verdade na Escrita da História. In: MALERBA, Jurandir (Org). **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 191- 210.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura; Tradução Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução, apresentação e estudo introdutório: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

WRIGLEY, Michael. Continuidade e Descontinuidade na Filosofia de Wittgenstein. **CULT**. Ed 60. 2010. Disponível em < <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/filosofia-de-wittgenstein/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.